UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

Dissertação de Mestrado

Divisão sexual do trabalho no campo: autonomia, emancipação e empoderamento, uma experiência de Educação Popular no RS

Carla Negretto

Pelotas, 2019

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CAMPO: AUTONOMIA, EMANCIPAÇÃO E EMPODERAMENTO, UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR NO RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de Pesquisa: Epistemologias Descoloniais, Educação Transgressora e Práticas de Transformação.

Grupo de Pesquisa CNPq: D'Generus - Núcleo de estudos e pesquisas feministas e de gênero.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Alves da Silva.

Pelotas, 2019

Carla Negretto

Divisão sexual do trabalho no campo: autonomia, emancipação e empoderamento, uma experiência de Educação Popular no RS

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em ……....., Programa de Pós-Graduação em ....., Faculdade ……..……., Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa:

Banca examinadora:

.....
Prof.Dra.....(Orientador)
Doutor em ..... pela Universidade .....

.....
Prof.Dra.....
Doutor em ..... pela Universidade .....

.....
Prof.Dra.....
Doutor em ..... pela Universidade .....

Dedico esta dissertação a minha orientadora Márcia Alves da Silva pela sua dedicação.

Dedico-a, também, à todas as mulheres do campo e da cidade, às que lutaram e ainda lutam por liberdade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

À minha mãe, que sempre esteve ao meu lado, acreditando, incentivando, transmitindo valores e abrindo caminhos até onde seus braços puderam alcançar...

A todos os professoras e professores que passaram por minha vida. Sem vocês eu não teria chegado até aqui...

À minha família, por cada abraço, cada sorriso compartilhado, por todo incentivo, amizade, reciprocidade e amor...

À minha querida Orientadora e Professora Dra. Márcia Alves, pela competência e respeito e por acompanhar-me nesse longo processo de formação, que constituiu a Professora feminista que sou hoje...

À Universidade Federal de Pelotas pela oportunidade de crescimento profissional e intelectual...

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa...

Às mulheres da Reforma Agrária, porque graças a elas e as trocas dos saberes e fazeres nunca mais serei a mesma...

À banca examinadora, pelo encorajamento, e pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação...

Às colegas, pela amizade, cumplicidade, trocas e respeito...

E ao MST, que sempre acreditou que a democratização do conhecimento é considerada tão importante quanto a Reforma Agrária no processo de consolidação da democracia.

Sem Medo de ser Mulher

“Pra mudar a sociedade do jeito que gente quer
Participando sem medo de ser mulher.
Porque a luta não é só dos companheiros,
Participando sem medo de ser mulher.
Pisando firme sem pedir nenhum segredo,
Participando sem medo de ser mulher.
Pois sem mulher a luta vai pela metade,
Participando sem medo de ser mulher.
Fortalecendo os movimentos populares,
Participando sem medo de ser mulher.
Na aliança operário-camponesa,
Participando sem medo de ser mulher.
Pois a vitória vai ser nossa, com certeza,
Participando sem medo de ser mulher.”
(Nazaré Flor, Itapipoca - Ce)

RESUMO

NEGRETTO, Carla. Divisão sexual do trabalho no campo: autonomia, emancipação e empoderamento, uma experiência de Educação Popular no RS. 2019. 117p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

Esta pesquisa participante, trata sobre as relações de gênero no contexto rural de dois assentamentos da Reforma Agrária localizados no interior do município de Pinheiro Machado/RS. Como objetivo geral dessa pesquisa pretende-se investigar como as relações de gênero se constituíram e se desenvolveram nos assentamentos do MST, partir do Projeto de Extensão empreendido pela UFPel, relacionando artesanato, arte e docência em oficinas de criação, através do referencial da Educação Popular Feminista. São sujeitos(as) de investigação mulheres e homens camponeses, assentados da Reforma Agrária, dos assentamentos denominados Santa Inácia e Alegrias. Para a realização dessa investigação, partimos do cotidiano rural, explorando o espaço social e as experiências vividas, dando voz às mulheres sobre suas trajetórias de vida e trabalho. Os instrumentos para coleta de dados contemplou rodas de conversa, observação participante (anotações em um diário de campo), oficinas artesanais, debates e palestras sobre gênero, trabalho e patriarcado e registro dos encontros por meio de fotografias. Estas ferramentas metodológicas tiveram um fundamento político que possibilitou discutir a importância do processo de investigação tendo como perspectiva a intervenção na realidade social. Buscou-se trabalhar a autonomia, emancipação e o empoderamento das envolvidas e a consciência de que é preciso mudar as relações que qualificam e redimensionam a tripla jornada de trabalho feminino nos assentamentos, inteirando esse paradigma cultural como um componente das relações sociais no capitalismo patriarcal. Os resultados indicam que, embora ainda prevaleçam situações de desigualdades e de invisibilidade da mulher, além da tripla jornada de trabalho realizado por elas, a Educação Popular Feminista possibilitou, de maneira significativa, melhorias objetivas na realidade de vida e trabalho das mulheres, deslocando paulatinamente as fronteiras da desigualdade.

Palavras-chave: mulheres; autonomia; emancipação; empoderamento.

ABSTRACT

NEGRETTO, Carla. Sexual division of work in the field: autonomy, emancipation and empowerment, an experience of Popular Education in RS. 117p. Dissertation (Master's) - Graduate Program in Education. Federal University of Pelotas, Pelotas, 2019.

This participant research deals with gender relations in the rural context of two Agrarian Reform settlements located in the interior of the municipality of Pinheiro Machado / RS. The general objective of this research is to investigate how the gender relations were constituted and developed in the settlements of the MST, starting from the Project of Extension undertaken by UFPel, relating crafts, art and teaching in workshops of creation, through the reference of Popular Education Feminist. They are subjects of investigation women and men farmers, peasants of Agrarian Reform, of the denominated settlements Santa Inácia and Alegrias. In order to carry out this research, we start from the rural daily life, exploring the social space and the lived experiences, giving women a voice about their life and work trajectories. The instruments for data collection included talk wheels, participant observation (notes in a field diary), craft workshops, debates and lectures on gender, work and patriarchy and registration of meetings through photographs. These methodological tools had a political foundation that made it possible to discuss the importance of the research process with a perspective on intervention in social reality. The autonomy, emancipation and empowerment of those involved were sought to work, and the awareness that it is necessary to change the relations that qualify and re-dimension the triple working day of women in the settlements, integrating this cultural paradigm as a component of social relations in patriarchal capitalism. The results indicate that, although situations of inequalities and women's invisibility still prevail, in addition to the tripartite work done by them, Feminist Popular Education has made significant improvements in the reality of women's life and work, the frontiers of inequality.

Key-words: women; autonomy; emancipation; empowerment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Oficinas de artesanato com alunas da graduação e comunidade.....	13
Figura 2	Grupo de mulheres agricultoras da Reforma Agrária, participantes do Programa de Extensão – município de Pinheiro Machado/RS.....	16
Figura 3	Distribuição geográfica dos assentamentos de reforma agrária no RS.....	34
Figura 4	Localização geográfica dos assentamentos: Alegrias, Santa Inácia, Figueira, Pinheiro Machado e Campo Bonito no município de Pinheiro Machado/RS, Brasil.....	35
Figura 5	Localização geográfica dos assentamentos: Alegrias, Santa Inácia, Figueira, Pinheiro Machado e Campo Bonito no município de Pinheiro Machado/RS, Brasil.....	35
Figura 6	1ª visita das mulheres assentadas no espaço acadêmico. A imagem também revela as peças de cestaria em jornal que elas confeccionaram para a exposição.....	38
Figura 7	Grupo de Mulheres Assentadas, participando da exposição de trabalhos artesanais no I Simpósio de Gênero e Diversidade UFPel.....	39
Figura 8	Mulheres Assentadas comercializando produtos da Reforma Agrária no XXVI Congresso de Iniciação Científica – UFPel.....	40
Figura 9	- Mulheres Assentadas da Reforma Agrária ministrando oficina artesanal para um grupo de alunos do curso de Geografia/UFPel.....	41
Figura 10	Símbolo construído coletivamente pelas mulheres agricultoras do Assentamento Santa Inácia.....	42
Figura11	Formatura grupo de mulheres Guerreiras da Arte. Assentamento Santa Inácia – Município – Pinheiro Machado/RS.....	43
Figura 12	Mulheres participando do III Seminário Regional das Mulheres do Campo, das Águas, Florestas e das Cidades. Universidade Federal do Rio Grande/FURG Campus São Lourenço do Sul.....	44

Figura 13 Grupo de mulheres participantes do projeto de extensão. Assentamento Campo Bonito – Município de Pinheiro Machado/RS..... 52

Figura 14 Oficina de mosaicos com cascas de ovos em caixas de MDF..... 53

Figura 15 Artesanatos produzidos durante as oficinas de projeto. Município de Pinheiro/Machado/RS..... 55

Figura 16 Artesanatos produzidos durante as oficinas de projeto. Município de Pinheiro/Machado/RS..... 55

Figura 17 Artesanatos produzidos durante as oficinas de projeto. Município de Pinheiro/Machado/RS..... 55

Figura 18 Artesanatos produzidos durante as oficinas de projeto. Município de Pinheiro/Machado/RS..... 55

Figura 19 Grupo de mulheres e homens nas 'rodas de conversa' – Assentamento Alegrias, Pinheiro Machado/RS..... 56

Figura 20 Grupo de mulheres do assentamento Campo Bonito. Oficina realizada ao ar livre..... 87

Figura 21 Grupo de Mulheres do Assentamento Santa Inácia, recebendo a visita da Professora Mexicana Maria Guadalupe Huacuz. Visita organizada por ocasião do Evento do I D'Generus/ Coordenado pela Prof.a e Dra. Márcia Alves da Silva/UFPel. Pinheiro Machado/RS..... 97

Figura 22 Oficina coletiva de peneira de feijão. Assentamento Santa Inácia Pinheiro Machado/RS..... 99

Figura 23 Oficina coletiva de peneira de feijão. Assentamento Santa Inácia Pinheiro Machado/RS..... 99

Figura 24 Oficina coletiva de peneira de feijão. Assentamento Santa Inácia Pinheiro Machado/RS..... 99

Figura 25 Oficina coletiva de peneira de feijão. Assentamento Santa Inácia Pinheiro Machado/RS..... 99

Figura 26 Homens do assentamento Santa Inácia se reunindo para confeccionar peneiras de feijão. Pinheiro Machado/RS..... 100

Figura 27 Homens do assentamento Santa Inácia se reunindo para confeccionar peneiras de feijão. Pinheiro Machado/RS..... 100

LISTA DE SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CCHS	Campus das Ciências Humanas e Sociais
CCJ	Comissão de Constituição de Justiça
CIMI	Comissão Indigenista Missionaria
CPT	Comissão Pastoral da Terra
COPTEC	Cooperativa de Trabalho em Serviços Técnicos
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CGATER	Coordenação Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural
DIMS	Departamento de Integração e Mobilidade Social
D'GENERUS	Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PLS	Projeto de Lei do Senado
PRA	Plano de Recuperação do Assentamento
PROBEC	Programa de Bolsas de Extensão e Cultura
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PUC	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SMC	Secretaria de Mobilidade Social
UAM	Universidade Anhembi Morumbi
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
ULTAB	União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....13

1. A TRAJETÓRIA DO MST.....24

1.1. As Mulheres e a Reforma Agrária.....29

1.2. O Setor de Gênero do MST: Um Movimento dentro do Movimento.....31

1.3. Contexto de vida e trabalho das mulheres que participaram da pesquisa.....33

2. A TRAJETÓRIA DO PROJETO TRABALHO ARTESANAL COM MULHERES DO MST: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE EXTENSÃO E PESQUISA COMO ORIGEM DO ESTUDO.....38

2.1. Construindo novas propostas: Somos todas trabalhadoras.....45

3. METODOLOGIA DA PESQUISA: UMA PESQUISA PARTICIPANTE.....49

4. GÊNERO E PATRIARCADO: UM POUCO SOBRE A HISTÓRIA DAS MULHERES.....61

4.1. Problematização do trabalho das mulheres assentadas como extensão do trabalho doméstico.....70

4.2. A Educação Popular e os Estudos Feministas: Contribuições para transformação social.....76

4.3. Uma Educação Popular Feminista para Humanização.....81

5. AS MULHERES: AUTONOMIA, EMANCIPAÇÃO E EMPODERAMENTO FEMININO.....86

5.1. Os Homens: quando o silêncio fala.....94

5.2. Mulheres e homens: emancipação e resistência pós golpe 2016.....101

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....106

REFERÊNCIAS.....109

ANEXOS.....116

INTRODUÇÃO

As primeiras experiências que suscitaram o desenvolvimento dessa pesquisa se originaram nos caminhos percorridos por três projetos de extensão, dos quais fiz parte como bolsista de extensão e artesã PROBEC[1] e PROEXT[2]. Em 2013, a começar pelo Projeto de Extensão denominado "*ARTESÃ E PROFESSORA: aproximando artesanato, arte e docência em oficinas de criação",* que possuía como objetivo geral possibilitar a ampliação de referenciais pedagógico-existenciais, reflexivo-sensíveis e profissionais por meio da extensão, fortalecendo o intercâmbio entre a universidade e a comunidade, por intermédio de Oficinas de Criação Coletiva, tendo a produção artesanal como foco central.

Figura 1: Oficinas de artesanato com alunas da graduação e comunidade.

Fonte: Acervo do Projeto, 2013.

O projeto[3] buscou contribuir no que se refere ao universo do trabalho feminino, no sentido de valorizar as produções artesanais como elemento constituidor das

[1] Programa de Bolsas de Extensão e Cultura da UFPel.

[2] O Programa de Extensão Universitária (ProExt) da UFPel tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Criado em 2003, o ProExt abrange a extensão universitária, com ênfase na inclusão social, e foi o resultado das parcerias de diversos Ministérios do Governo Federal.

[3] Projeto: Ações processuais e específicas, com duração determinada, de caráter educativo, social, cultural, artístico, esportivo, científico ou tecnológico, com objetivo específico, que propiciem a relação teoria/prática e envolvam servidores, discentes, e a comunidade. (UTFPR) - <Disponível em

identidades femininas. A partir dessa concepção, pensar no feminino implicou pensar nos mais diversos trabalhos femininos que, muitas vezes, se mantém na invisibilidade do espaço doméstico. Os principais resultados desta pesquisa se deram por meio da elaboração de referenciais teóricos sobre trabalho feminino incorporado ao trabalho artesanal, possibilitando o diálogo entre artesania[4] e formação docente na constituição das identidades de gênero.

Em 2014, o Programa[5] de Extensão, financiado pelo Edital PROEXT/2014, denominado *"Gênero, educação e arte: artesania, arte popular e formação em oficinas de criação coletiva"* buscou articular diversas iniciativas, partindo do tripé 'gênero, educação e arte', no sentido de promover ações com mulheres da região, além de discentes da UFPel; professores/as e alunos/as da rede de ensino. Nessa trajetória, surgiu a oportunidade de trabalhar com três grupos de mulheres agricultoras assentadas da reforma agrária, do município de Pinheiro Machado/RS. A iniciativa e o primeiro contato com a Universidade Federal de Pelotas, partiu das próprias mulheres, que procuraram a equipe de técnicos da Cooptec/ATES para solicitar aulas de oficinas artesanais que viabilizassem a autonomia financeira das participantes, já que muitas delas declararam posteriormente que mesmo participando ativamente na produção do trabalho que gera receita para a família, não tinham direito igualitário na participação dos lucros, sendo na maioria das vezes, o homem quem decide o destino da renda. Nessa conjuntura oportuna, foi provocada a seguinte questão: O trabalho artesanal pode ser uma ferramenta para um processo de autonomia e emancipação feminina no que se refere ao mundo do trabalho? Dessa forma, a proposta se colocou na tentativa de trazer uma contribuição a esse debate, buscando problematizar o mundo do trabalho feminino a partir da implementação de oficinas de artesanato, partindo da concretude das experiências das mulheres envolvidas.

Na concepção freireana sobre autonomia, entendemos essa temática como um princípio pedagógico para uma educação libertadora, constituindo performance ao processo de construção de conhecimentos e saberes, no qual as educandas

---

http://www.utfpr.edu.br/londrina/estrutura-universitaria/diretorias/direc/departamento-de-extensao-depex/modelos-de-projeto-de-extensao-1/modalidades-da-extensao > Acesso em 10 de dez, de 2018.

[4] Artesania (substantivo feminino) Obra de artesão; artesanato. Aquilo que diz respeito às técnicas artesanais. Etimologia (origem da palavra ***artesania***). Artesão + ia. Dicionário *online* de Português. https://www.dicio.com.br/

[5] Programa: Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos e apoio tecnológico), integrando preferencialmente as ações de extensão, pesquisa e ensino, de ação continuada, de caráter orgânico institucional, voltados a um objetivo comum. (UTFPR).

conseguissem se perceber como sujeito do processo histórico e responsável pela sua condição social individual e, também, coletiva (FREIRE, 1996). Nesses assentamentos, a situação de desigualdade de gênero[6], foi avaliada por indicadores que dão conta do grau de autonomia na família, referente às decisões produtivas (lavora, criação, arrendamento, pomares, feira). Também incluídas as decisões sobre mobilidade e autoridade e do acesso e controle dos recursos econômicos. Por isso, a ideia de autonomia aqui, intimamente ligada à educação popular feminista entende a "autonomia econômica das mulheres", relacionada à capacidade de elas desenvolverem seu próprio sustento e o de seus dependentes sem serem inviabilizadas nesse processo, tornando-as livres para participar e tomar decisões, construindo assim, um processo emancipatório.

[6] Para Saffioti (2004), o conceito de *Gênero* não se resume a uma categoria de análise, como muitos estudiosos pensam, não obstante apresenta muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relação homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (SAFFIOTI, 1992,1997b; SAFFIOTI e Almeida, 1995) etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino (p. 44-45).

A figura 2, revela momentos de aprendizagens e trocas de experiências entre as mulheres assentadas, participantes do Programa de Extensão, financiado pelo Edital PROEXT/2014.

Figura 2: Grupo de mulheres agricultoras da Reforma Agrária, participantes do Programa de Extensão – município de Pinheiro Machado/RS.

Fonte: Acervo do Programa, "Gênero, educação e arte: artesania, arte popular e formação em oficinas de criação coletiva". Setembro de 2014.

No ano de 2015, devido ao sucesso das atividades realizadas em 2014 pelo projeto vinculado ao Programa/PROEXT, com suas ações repercutidas em vários locais do município de Pelotas-RS e também fora dele[7], correspondente às práticas de extensão e mostras acadêmicas, houve um grande interesse por parte dos grupos de mulheres assentadas para continuidade do projeto nas áreas de assentamentos da Reforma Agrária. A partir dessa demanda, o projeto coordenado pela Prof.ª Dr.ª Márcia Alves da Silva, passou a se chamar *"Trabalho artesanal com mulheres do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)"*, que se moveu no sentido de abordar especificamente a experiência de oficinas de artesanato encaminhadas com grupos de mulheres assentadas no interior do município de Pinheiro Machado - RS.

[7] Desde o início do ano de 2014 o Projeto *"Gênero Educação e Arte: artesania, arte popular e formação em oficinas de criação coletiva"*, já vinha atendendo 3 assentamentos da Reforma Agrária do município de Pinheiro Machado/RS. Sendo eles: Santa Inácia, Campo Bonito e Pinheiro Machado, só mais tarde, a partir do ano de 2015 o assentamento Alegrias, localizado no mesmo município, passou a fazer parte das atividades do Projeto de extensão.

No período que corresponde aos anos 2015-2016, foram ministrados oficinas artesanais que atenderam 40 mulheres de quatro assentamentos do INCRA[8], localizados na zona rural do município de Pinheiro Machado - RS, que formam os assentamentos Santa Inácia, Pinheiro Machado, Campo Bonito e Alegrias. Inicialmente, algumas participantes temiam a prática de 'fazer artesanato'. Consideravam que era *algo* muito complicado, que não teriam competência para elaborar e executar essa nova atividade. Esse temor nos demonstrou a baixa autoestima que algumas mulheres nutriam sobre si, sobre seus corpos e sobre sua capacidade cognitiva. Nesse compasso, trabalhamos com muitas possibilidades diferentes, utilizando múltiplos materiais distintos, motivando cada participante a descobrir um novo olhar sobre si e sobre suas aptidões, e o resultado foi surpreendente, como aparece na fala de uma assentada: "*Agora eu sei que mulher pode fazer muito mais, do que só limpar a casa!" (Assentada X, 2016).*

Muito além da falta de autoestima, que essas mulheres nutriam sobre seus corpos e suas práticas de vivências, as relações patriarcais no campo fazem com que, a família seja compreendida como um todo homogêneo, em que o homem representa os interesses do conjunto e detém o poder de decisão. Dessa forma, a partir da família, se organiza uma hierarquia de gênero e geração centrada no poder dos homens sobre as mulheres e filhos (as). Nessa visão, parece que os membros da família têm interesses comuns que se complementam. A divisão sexual do trabalho faz com que as atividades das mulheres sejam vistas como parte do seu papel de mães, vinculadas ao trabalho doméstico e de cuidados, com a produção no quintal, da horta, do pomar e criação de pequenos animais. E ainda seu trabalho no roçado é considerado apenas como uma ajuda e, portanto, um trabalho não reconhecido e invisibilizado. Essa forma de ver o mundo contribui para uma desvalorização do papel econômico do trabalho das mulheres na família.

E foi pensando nessas questões, através da trajetória como aluna do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), bolsista de extensão e artesã, adentro dos projetos: *ARTESÃ E PROFESSORA: aproximando artesanato, arte e docência em oficinas de criação; Gênero, educação e arte:*

[8] O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é uma autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o Incra está implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais. Disponível em <www.incra.gov.br/> Acesso em 26/10/2018.

artesania, arte popular e formação em oficinas de criação coletiva e *Trabalho Artesanal com Mulheres do MST,* pretendo prosseguir, por meio da pesquisa participante o trabalho que já vinha sido feito.

*C*ontudo, neste momento incorporando a participação do público masculino adjunto ao feminino de maneira mais efetiva, em atividades formativas, embasadas na Educação Popular Feminista, buscando uma transformação nas relações entre homem e mulher, numa práxis que, segundo Paulo Freire (1987), possibilitasse a relação entre humanização e educação. É importante frisar, que os homens assentados, participantes dessa pesquisa, são cônjuges/companheiros das participantes, sendo que estes, já vinham participando de alguns diálogos organizados pelo projeto de extensão desde o ano de 2014. O que se tornou algo positivo para a construção das novas relações de gênero[9] nesses assentamentos.

O perfil das mulheres e dos homens integrantes dessa pesquisa está ligado a origem rural. A grande maioria deles (as) são filhas e filhos de assentados (as) e sempre trabalharam na lavoura, roçando, colhendo e cuidando dos animais. O grau de escolaridade deles (as) é baixo, a maioria não conseguiu completar o antigo primário e apenas uma assentada tem ensino superior. Vários deles já trabalharam na cidade, vendendo a força de trabalho para o comércio ou para as fábricas. A maioria das mulheres já trabalhou como empregada doméstica e retornaram para o campo assim que constituíram família, em busca de seu próprio assentamento.

Como objetivo geral dessa pesquisa pretendo investigar como as relações de gênero se constituíram e se desenvolveram nos assentamentos do MST Alegrias e Santa Inácia, partir do Projeto de Extensão empreendido pela UFPel, relacionando artesanato, arte e docência em oficinas de criação, através do referencial da Educação Popular Feminista. Para essa finalidade esse trabalho teve inicio a partir do referencial da divisão sexual do trabalho, debatendo com homens e mulheres a questão do trabalho num sentido mais amplo, não só como assalariado, mas também a reprodução social que divide atribuições, tarefas e lugares sociais para homens e mulheres. Incorporando a participação do público masculino nas atividades

[9] Para Heleieth Saffioti (2004), as relações entre os sexos, em nossa compreensão, tanto no espaço privado do lar, quanto no espaço público das relações civis, são caracterizadas por uma relação hierárquica de poder. Nessa hierarquia a desigualdade e a exclusão das mulheres manifestam-se e são explicadas com base nas diferenças físicas, sexuais e biológicas. A construção sociocultural da identidade feminina e a definição de seus papéis como figura passiva e submissa cria o espaço propício para o exercício da opressão masculina.

formativas, buscou-se uma transformação nas relações entre homem e mulher, numa práxis que, segundo Paulo Freire (1987), possibilitasse a relação entre humanização e educação. Para atingir essa meta, a pesquisa focou em questões de autonomia, emancipação e o empoderamento das mulheres envolvidas e a consciência de que é preciso mudar as relações que qualificam e redimensionam a tripla jornada de trabalho feminino nos assentamentos, inteirando esse paradigma cultural como um componente das relações sociais no capitalismo patriarcal.

Como objetivos específicos tencionou-se em:

- Realizar a análise dos dados coletados durante o período do projeto de extensão, descrevendo a realidade concreta de vida e a divisão sexual do trabalho que existe no campo, que mesmo se tratando do âmbito rural, onde todas as atividades são fundamentais para a permanência da família na terra, conserva-se dividindo e desvalorizando o trabalho desempenhado por mulheres e crianças;
- Dialogar por meio das ‘rodas de conversa’, preconceitos sobre a divisão de atribuições, tarefas de lugares sociais para mulheres e homens, decorrentes das relações sociais de sexo;
- Tematizar por meio de debates e palestras, o trabalho doméstico e a divisão sexual do trabalho; suas construções históricas e culturais que determinam a disparidade social dos gêneros e desencadeiam as relações de poder (dominação, exploração e opressão dos homens sobre as mulheres);
- Caracterizar criticamente, a hierarquia que existe entre o trabalho feminino e o trabalho masculino, assim como trabalhar de forma coletiva possibilidades para mudar essa situação.

Dentro da concepção da Educação Popular Feminista, entendemos que a construção social deve ser feita de forma conjunta, entre homens e mulheres reflexivos, sem preconceitos e voltada para equidade dos gêneros. Nessa perspectiva, foi feito uma revisão bibliográfica na plataforma Scielo e Capes, em Revistas Cientificas voltadas para Educação do Campo no Brasil e Google, onde foi possível encontrar vários trabalhos no campo da Geografia, Psicologia, História e Educação que tem como interesse mulheres assentadas e as relações de gênero na divisão

sexual do trabalho no campo (MORAES, 2011; SALVARO, 2004; OLIVEIRA, 2015; SANTOS, 2013; PIRES, 2005; FORTUNATO,2004; SANTOS, 2011). No entanto, apenas um dos oito trabalhos revisados, teve uma maior aproximação com este estudo, tendo a experiência de extensão em comum, para o desenvolvimento de discussões acerca das relações de gênero, no âmbito da família e do trabalho nas comunidades de assentamentos da reforma agrária. O Projeto de extensão "*Vivenciando as relações de gênero nos assentamentos"*, vinculado ao Programa de Bolsas de Extensão da Universidade Federal de Campina Grande foi realizado nos anos de 2002 a 2004, envolvendo 256 famílias assentadas do município de Cajazeiras – PB. Propondo-se desenvolver discussões acerca das relações de gênero, no âmbito da família e do trabalho nas comunidades assentadas, o projeto foi desenvolvido tendo por base dois eixos de ação: discussões políticas acerca das questões de gênero com a realização de debates, mesas redondas e utilização de multimeios, como vídeos, filmes e oficinas temáticas para a discussão e aprofundamento de questões como: dominação masculina, gênero e educação sexista, participação de homens e mulheres no mundo público e privado, relações de gênero, luta pela terra, entre outras (FORTUNATO, 2004).

Apesar de todo o esforço da pesquisa para possibilitar uma construção de ações conjuntas para a vivência de novas relações sociais, nas práticas cotidianas de homens e mulheres, os avanços foram visíveis apenas na participação feminina em atividades públicas até então desempenhadas majoritariamente pelos homens. Sendo que a compreensão do trabalho feminino fora de casa, nesses assentamentos, sobretudo, na agricultura, continuou sendo vista pelos homens, como uma "ajuda", descaracterizando qualquer compreensão do valor social deste trabalho, a exemplo do que também acontece com o trabalho doméstico, visto como inerente a "condição feminina". Constatou-se desse modo, que as relações de gênero são vivenciadas de forma tradicional nesses assentamentos e revelam aspectos da dominação masculina e a pouca visibilidade feminina.

Contudo, mesmo em assentadas da reforma agrária do MST[10], sendo estes, fruto de lutas históricas levantadas por milhares de trabalhadoras e trabalhadores

[10] O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. Mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária. (MST, *online,* 2014).

rurais sem-terra, que defendem um modelo econômico e social baseado no uso consciente da terra para a subsistência, sempre estiveram presente o desafio da participação das mulheres em todos os espaços do Movimento, desde os processos produtivos, de formação e educação, nas mobilizações, nos debate da inclusão do nome da mulher nos documentos de concessão de posse e no uso da terra de forma conjunta. Isto quer dizer, que o MST busca constantemente, mecanismos de participação e integração da mulher nas diversas instâncias. No entanto, ainda há uma carência de trabalhos que identifiquem as lutas e conquistas femininas no campo, ou que proponham sugestões e práticas, que projetem condições para que a mulher se liberte da condição de submissão, fortalecendo a estabilidade das famílias no campo e o próprio MST.

Para que possamos entender a trajetória dessa pesquisa, essa dissertação compõe-se de seis capítulos. No capítulo um buscaremos abordar, um recorte histórico da luta pela terra no Brasil desde a invasão portuguesa no século XVI, seguido pelo surgimento do MST em 1970, como herdeiros e continuadores das lutas pela democratização da terra e da sociedade; assim como a participação das mulheres nesse processo de luta pela terra, e os problemas específicos enfrentados por elas, em todos os níveis de atuação, instâncias de poder e representatividade – o que resulta na criação do Setor de Gênero do MST como referencial para estudos e formações de mulheres Sem Terra, em relação ao seu processo de vivência e a necessidade de organização e luta por seus direitos até os dias atuais.

O segundo capítulo é destinado a contar a trajetória do projeto *“Trabalho Artesanal com Mulheres do Movimento dos Trabalhadores rurais sem Terra MST”*: O fortalecimento de cada participante enquanto mulher e enquanto grupo de artesãs; O estimulo à participação nos encontros e eventos acadêmicos, auxiliando-as para um melhor convívio social e se configurando no fortalecimento da autoestima e desenvolvimento da cidadania, pelo direito de instruírem-se e terem voz nos espaços de decisão; A união e o diálogo com as mulheres, favoreceu o amadurecimento de debates em torno das temáticas de gênero, patriarcado e sobre a divisão sexual do trabalho no campo.

No terceiro capítulo, apresentamos a metodologia da pesquisa, assim como as ferramentas e abordagens utilizadas para pensar as questões de vida e trabalho da

mulher rural. Buscou-se por meio da Educação Popular (FREIRE, 1987) e da Pedagogia Feminista (KOROL, 2007), construir um espaço de encontro entre diversas experiências, com o intuito de ajudar gerar processos de reflexão e novas práticas, com momentos de internalização-externalização não só da experiência imediata e direta, mas também de processos gerais e particulares que atravessam o aqui e agora das batalhas contra a cultura patriarcal.

O quarto capítulo, é dedicado a uma breve contextualização sobre a história das mulheres na América Latina, as lutas frente às transformações sociais e a implantação do novo modelo de família monogâmica - capitalista que destruiu a vida das comunidades originárias submetidas à servidão, assim como a vida dos povos trazidos da África como escravos. Do mesmo modo trazemos a Educação Popular Feminista como um campo de conhecimento e como prática educativa que se constituiu num exercício permanente de crítica ao sistema societário vigente, assim como de contra – hegemonia ao padrão de sociabilidade por ele difundida.

Em nosso quinto e último capítulo, apresentamos os resultados e discussão, revelando uma trajetória de luta e resistência dos grupos de mulheres assentadas por *autonomia, emancipação* e *empoderamento* feminino. A participação ativa das mulheres nos debates, nas trocas de saberes e nas suas reivindicações, ganharam espaço e propiciaram alterações visíveis na forma de ver a vida e educar os filhos. É certo que para algumas das mulheres pesquisadas a opressão e a desvalorização de seus trabalhos ainda é uma realidade penosa e difícil de ser mudada. No entanto, elas seguem lutando pela transformação social, pelo *empoderamento* feminino e para que suas vozes sejam ouvidas. No que diz respeito ao público masculino, constatamos que eles ocupam um lugar de privilégio dentro do sistema patriarcal, não precisando conquistar simpatia para ocupar um espaço e que os sujeitos não aprendem do mesmo modo. Adotar determinada estratégia, optar por certo caminho e decidir entre uma ou outra alternativa evidenciou um jeito próprio e singular de trabalhar com os homens. Nas palavras de Paulo Freire (1996), quem ensina aprende e quem aprende, ensina a aprender. Dando sequência nesse capítulo, buscamos refletir de forma parcial sobre o Golpe de estado de 2016 e suas implicações na vida dos camponeses. Para o homem e para a mulher camponeses, o novo quadro econômico e as perdas do trabalho realizado no campo, estão sendo difíceis de serem encaradas. Para a mulher, foi ainda pior, porque junto dele se instaurou uma ditadura machista, insidiosa e cínica, como é de esperar de todo setor conservador, mas que ainda não sabemos

aonde isso vai nos levar; Apesar das poucas conquistas na última década, a luta continua como no passado a buscar dignidade humana como uma conquista de cada dia, nunca deixando de esquecer que a vida social não se resume às grandes decisões tomadas pelos poderosos.

CAPITULO 1

A TRAJETÓRIA DO MST

Para entendermos a história do MST é necessário antes compreender que ele é parte de um movimento longo e histórico, da luta camponesa pela terra no Brasil, iniciada em decorrência da invasão portuguesa neste território em meados do século XVI. Ao longo de cinco séculos de latifúndio, foram travadas lutas e resistências populares, podendo destacar a organização e resistência dos quilombos, a Guerra de Canudos (década de 1890), a Guerra do Contestado (década de 1910), as Ligas Camponesas (década de 1950-60), entre tantas outras travadas contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativeiro da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão. Todas essas marcam a história dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Com a institucionalização da Lei de Terras, decretada pela Coroa brasileira em 1850, mesmo ano da abolição do tráfico de escravos, se consolidou a perversa concentração fundiária. “Isso para que os ex-escravos, os brasileiros pobres, os posseiros e os imigrantes não pudessem se tornar proprietários, mas sim constituíssem a mão de obra assalariada necessária nos latifúndios” (MORISSAWA 2001, p.70-71). Por meio dessa lei, só poderia se tornar proprietário de terras quem as comprasse e legalizasse as áreas em cartório, mediante pagamento de uma taxa a Coroa. Assim, a grilagem de terras – ou a apropriação de terras devolutas através de documentação forjada – regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural e formalizou as bases para a desigualdade social e territorial que hoje conhecemos (MST, *online,* 2014).

No final do século XIX e início do século XX, contínuos conflitos e eventos formaram a organização do campesinato na luta pela terra e na luta pela reforma agrária. Os enfrentamentos mais importantes desse período foram liderados por Antônio Conselheiro, em Canudos Bahia (1893-1897), e a Guerra do Contestado (1912-1916), na divisa entre o Paraná e Santa Catarina que teve como líder o “Monge” José Maria. Ambas mobilizações envolveram milhares de camponeses que foram derrotados pela cruel repressão das tropas federais.

No período de 1954 a 1964, surgiram três importantes organizações camponesas que lutavam pela reforma agrária: a *Ultab* (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), as *Ligas Camponesas* e o *Master* (Movimento dos Agricultores Sem Terra). Com a sindicalização rural regulamentada em 1962 pelo governo Jango, os sindicatos passaram a ser reconhecidos e outros começaram a se organizar. Mas com o golpe de 1964, todas as organizações de trabalhadores rurais foram fechadas e as poucas que sobraram mudaram completamente seus métodos, passando a ter caráter assistencialista.

Autoritarismo, desrespeito à Constituição, perseguição policial e militar, prisão e tortura marcaram os anos de ditadura no Brasil, criado pelo regime militar para arrasar com toda e qualquer forma de oposição a ele, fosse ela urbana ou rural. No campo, a ditadura militar implantou um modelo agrário concentrador e excludente, instalando uma modernização agrícola seletiva, que excluía a pequena agricultura impulsionando o êxodo rural, a exportação da produção, o uso intensivo de venenos e concentrando não apenas a terra, mas os subsídios financeiros para a agricultura. Além disso, os camponeses também foram privados dos direitos de expressão, reunião, organização e manifestação, impostos pela truculência da Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº 5.

No final da década de 1970, quando as contradições do modelo agrícola se tornam intensas e insustentáveis, eclodem em todo país diversas lutas camponesas e ressurgem as ocupações de terra. No sul do Brasil, em 1962 já havia mais de 5 mil pessoas acampadas na periferia da fazenda Sarandi, localizada no município gaúcho de mesmo nome.

Para Morissawa (2001),

> O resultado mais importante desse início de organização dos sem-terra foi que, em seguida começaram a discutir, realizar assembleias em cada acampamento e analisar quais seriam as saídas. Nesse processo de conscientização, eles se juntaram aos acampados militantes CPT[11] (Comissão Pastoral da Terra) e da reforma agrária, passando a buscar soluções coletivas. Esses grupos de discussão e conscientização foram a semente de um novo movimento social (p. 124).

[11] A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Disponível https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico. Acesso em 20/10/2018.

Na madrugada do dia 7 de setembro de 1979, em plena ditadura militar, 110 famílias sem-terra ocuparam as terras da fazenda Macáli e Brilhante no Rio Grande do Sul, ambas pertencentes a fazenda Sarandi que haviam sido griladas. No dia seguinte, a Brigada Militar acampou nas proximidades de Macáli. Como articulado anteriormente, mulheres e crianças montaram barreira em volta das barracas para impedir a invasão do acampamento. No dia 25, daquele mesmo mês, 170 famílias organizadas ocuparam a granja Brilhante. Apesar de toda ameaça e repressão da polícia, as famílias resistiram com o apoio da sociedade.

Com o tempo passando e a situação sem expectativa de resolução, as mulheres tomaram novamente a iniciativa e se colocaram na frente das máquinas de colheita dos grileiros, impedindo assim, o trabalho dos empregados da empresa que grilava as terras e conseguiram entrar em acordo com o governo para assentar parte daquelas famílias, já que não havia terra para todas (MORISSAWA, 2001).

Em dezembro de 1981, famílias que não conseguiram assentamento em lutas anteriores formaram um novo acampamento, num local chamado Encruzilhada Natalino[12] (entroncamento de estradas que levam a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo), era um local estratégico, próximo da Annoni[13] (2019; ver também documentário Terra para Rose, 1987), Macáli e Brilhante. Estas famílias ficaram cercadas pelas tropas do exército brasileiro comandada pelo Coronel Curió, que tentava intimidar e desanimar os sem-terra de seu objetivo. Imediatamente, o acampamento teve uma grande repercussão nacional, e muitas entidades foram se associando a campanha de solidariedade aos sem-terra, incluindo o bispo D. Pedro Casaldália[14], que rezou uma missa reunindo mais de 6 mil pessoas simpatizantes à causa.

Nas palavras do jornalista Eduardo Scolese (2008),

> Num início de noite, um acampamento tratou de girar o botão do rádio, assim que ouviu a saudação do locutor da *Voz do Brasil*, programa produzido pelo governo e obrigatório em cadeia nacional. Em ondas curtas, pouco depois

[12] O nome “Natalino” vem de Natalino Verardi, o proprietário de terra da região que tinha um pequeno comércio à beira da rodovia (SCOLESE, 2008).

[13] As famílias remanescentes da Macali e da Brilhante, e as que não haviam estado nessa ocupação ou que não couberam nas duas áreas, ocupam então em outubro de 1980, a fazenda Annoni, de 9.500 hectares, localizada em Sarandi, Rio Grande do Sul (MORISSAWA, 2001, p.125).

[14] Espanhol da Catalunha, Dom Pedro Casaldáliga foi nomeado Bispo da prelazia de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, na década de 1970. Desde o início de seu Bispado, defrontou a realidade do processo de concentração de terras e do desrespeito ao direito dos índios (MARISSAWA, 2001, p. 126).

> das sete horas, tentava sintonizar alguma rádio argentina, muitas delas com alcance no Rio Grande do Sul. Gira pra cá, gira pra lá, até que o sem-terra ouviu uma conversa num bom e claro português: era nada mais do que o coronel Curió, via rádio, passando os informes do dia ao comando do antigo SNI, Serviço Nacional de Informações, em Brasília. Com o rádio na mão, o colono saiu em disparada para o barraco no qual estavam os dirigentes do acampamento. Um deles era João Pedro Stédile, que atuava as escondidas com os sem-terra por ser, naquela época, funcionário da Secretaria Estadual da Agricultura. Nesse informe, diário e sempre as sete da noite, Curió fazia um relato das últimas atividades e narrava a chefia as estratégias para o dia seguinte. Num outro barraco, Stédile e os demais dirigentes do acampamento sintonizavam a "Rádio Curió", assim por eles chamada, ouviam os diálogos "supersigilosos" do militar e armavam a defesa para as horas seguintes, já cientes do que teriam pela frente. Foi por meio dessa rádio que os líderes sem-terra souberam, em primeira mão, que Curió fora convocado para uma missão "importantíssima" no Bico do Papagaio. Ele deixou o local no fim de agosto de 1981 e, semanas depois o sem-terra descobriram que a tal missão era, na verdade, articular a prisão de dois padres franceses. Tempos depois, Curió iria dizer que não teve sucesso na Encruzilhada Natalino porque, segundo ele, os sem-terra do acampamento conseguiam antecipar as suas táticas por serem dirigidos por guerrilheiros muito bem treinados do MR-8, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, grupo armado de militantes de esquerda contra ditadura militar que já estava fora de combate na época do acampamento (SCOLESE, 2008, p.23-24).

Com o apoio e solidariedade da população os trabalhadores e trabalhadoras resistiriam à repressão militar federal e estadual e a precariedade das condições de vida. Sobreviveram ao campo de concentração, e a solução para o impasse foi anunciada na 5ª Romaria da Terra, em 23 de fevereiro de 1982. Quando a igreja católica adquiriu uma área de 108 hectares em Ronda Alta. Ali foi montado um abrigo provisório para as 210 famílias, coroando a resistência de 208 dias à repressão militar no acampamento com uma vitória. Depois de três anos de resistência, o governo se deu por vencido e desapropriou diversas áreas, que foram destinadas para formação definitiva dos assentamentos para todas as famílias.

Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade em todo o país se convergem no 1° Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Estavam presentes trabalhadores rurais de 12 estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima. Participaram também representantes importantes da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), da Cut (Central Única dos Trabalhadores), da Cimi (Comissão Indigenista Missionaria) e da Pastoral Operaria de São Paulo. Esses apoios representavam a união de intelectuais, operários, indígenas e trabalhadores rurais em torno da formação de um movimento voltado à unificação das lutas dos sem-terra. O objetivo

do encontro foi apresentar as principais lutas desenvolvidas pelas (os) sem-terra em todo o território nacional e discutir as políticas dos governos estaduais e federal quanto à questão da reforma agrária. Isso possibilitou conhecer e analisar as diferentes realidades camponesas em todo o estado nacional oportunizando a fundação de um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais em todo o país (MST, *online*, 2014).

Outro aspecto relevante a ser ponderado sobre o MST, nesse processo, é a questão legal sobre propriedade de terras. Normalmente questiona-se sobre a ilegalidade nas ocupações de terra. É imprescindível, em primeiro lugar não confundir *ocupação* com i*nvasão*. A imprensa, na maioria das vezes faz questão de utilizar a palavra invasão, para designar de forma condenável a entrada dos sem-terra em áreas de uma fazenda. Para os juristas Luiz Edson Facchin e Régis de Oliveira, existem profundas diferenças entre a palavra *invadir* e *ocupar*. Invadir significa penetrar num determinado lugar e ocupá-lo pela força; apoderar-se; tomar; conquistar; ocupar um lugar de forma maciça e abusiva. “Ocupar significa, meramente preencher um espaço vazio, no caso terras que não cumprem sua função social – e fazer pressão social coletiva para aplicação da lei e a desapropriação” (MARISSAWA, 2001, p.132 apud SILVA, 1996, p. 114-123). É imprescindível que não haja dúvidas sobre a área ocupada pelos sem-terra, sendo por princípio, terra grilada, latifúndio por exploração, fazenda improdutiva ou área devoluta. A *função social da terra* está no inciso XXIII do artigo 5° e nos artigos 184 e 186 da Constituição Federal, que explicitam:

> O proprietário da terra deve fazer dela um uso racional e adequado, preservando os recursos naturais e o meio ambiente, observando as leis trabalhistas e que a produção favoreça tanto a ele como aos trabalhadores; A propriedade que não cumprir qualquer dos requisitos citados, será desapropriada e destinada ao Programa Nacional de Reforma Agrária (MARISSAWA, 2001, p. 215).

Portanto, se o governo federal, por motivos políticos não está cumprindo a lei, os sem-terra tem direito e podem se organizar, por meio de mobilizações e ocupações, pressionando e exigindo que a lei seja obedecida. Caberá ao juiz verificar se a terra cumpre ou não sua função social. Se ela estiver devidamente de acordo com a constituição, o juiz deve conceder a liminar de reintegração de posse, caso contrário, deve determinar ao Incra que faça a vistoria no imóvel iniciando assim, o processo de

desapropriação em favor dos trabalhadores. Esclarecido as questões que implicam a 'função social da terra', na próxima seção, discutiremos sobre o determinante papel que a mulher vem desempenhando nessa longa jornada de luta pela terra, pela reforma agrária[15] e na sociedade que elas querem construir. Não obstante, as normas básicas do MST são bem claras sobre a participação das mulheres nesse processo de luta pela terra. O capítulo VIII 51-54 diz: "O movimento dos Sem Terra deve estimular a participação das mulheres em todos os níveis de atuação nas instâncias de poder e representatividade". Na verdade, estas normas só deixaram de ser normas, graças a insistente preocupação dos grupos e coletivos femininos no interior do MST, que mobilizam-se e viabilizam a participação e o engajamento político e econômico das mulheres nesse processo orgânico e massivo do Movimento Sem Terra.

1.1. As Mulheres e a Reforma Agrária

Esta seção destina-se a tratar da participação das mulheres no processo de construção da reforma agrária no Brasil. Desde a sua fundação em 1984 o MST se organiza em torno de três eixos principais: lutar pela terra; lutar por reforma agrária; lutar por uma sociedade mais justa e fraterna.

> Lutar por uma sociedade mais justa e fraterna significa que os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra apoiam e se envolvem nas iniciativas que buscam solucionar graves problemas estruturais do nosso país, como a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação, a exploração do trabalhador urbano, etc (MST, 2009).

Nas primeiras organizações de base para realizar uma ocupação, estão presentes a participação de toda à família. Mães, pais, crianças, jovens e velhos. As mulheres juntamente com os homens desempenham diversas atividades tanto nos acampamentos como nos assentamentos. Porém, dentro dessa movimentação de luta pela terra na classe operária camponesa existe heterogeneidade, ou seja, as relações entre homens e mulheres são diferentes, mesmo havendo situações comuns frente

[15] A Reforma Agrária, é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. Para alcançar esse objetivo, o principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas, os Latifúndios, e sua redistribuição entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral (MST *online, 2014*).

ao imperialismo e o latifúndio. De acordo com a Cartilha do MST *"Compreender e Construir Novas Relações de Gênero"* (1998) existem dois tipos de lutas sendo travadas. A luta violenta, que é aquela contra os inimigos de classe, 'fazendeiros x camponeses'. E a luta pacífica, não-violenta, que acontece dentro da classe entre os gêneros, ou seja, ao mesmo tempo em que, está se travando de forma conjunta uma luta contra o inimigo externo, também está ocorrendo uma luta interna entre companheiros e companheiras para homogeneizar a condição das mulheres dentro da classe.

Não é necessário responder qual é o papel das mulheres no MST na cooperação agrícola e na sociedade. É necessário questionar porque a participação das mulheres em cada etapa da luta, desde as primeiras mobilizações até a grande luta final, se dá de maneira diferente. Por que quando a luta se torna mais intensa, aguda e com maiores confrontos, a incorporação das mulheres nas fileiras de combate é importante para os homens, mas quando a luta entra na fase de negociações da consolidação, a tendência é que a mulheres voltem aos padrões anteriores? Foi fazendo esses questionamentos, que no I Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, foram aprovadas dentre as normas gerais a organização de comissões de mulheres dentro do MST, para discutir problemas específicos, o estímulo à participação das mulheres em todos os níveis de atuação, instâncias de poder e representatividade, assim como combater toda a forma de discriminação das mulheres e a luta contra o machismo (MST, 2014). Desde 1990, às mulheres do MST vem se organizando em coletivos, onde o objetivo é estudar e debater o conceito de gênero dentro da organização. A necessidade de envolver o todo da organização neste debate culmina na criação do setor de Gênero, no Encontro Nacional do MST em 2000. Este teria a tarefa de estimular o debate de gênero nas instâncias e espaços de formação, produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuíssem para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres, fortalecendo desse modo, o próprio MST.

1.2. O Setor de Gênero do MST: Um Movimento dentro do Movimento

Desde os primeiros anos de organização do Movimento (1984), as mulheres sempre estiveram presentes em todos os setores políticos e têm sido fundamentais no desenvolvimento das ações em todos os níveis. Suas experiências nas ocupações, nos enfrentamentos e nas negociações, na lavoura, na casa ou nos barracos, "possibilitou a organização de grupos de mulheres e posteriormente em coletivos auto – organizados para discussão sobre a situação de opressão de gênero e de classe" (MST, *online,* 2014).

A necessidade de envolver o todo da organização neste debate teve espaço no I Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, onde foram aprovadas dentre as normas gerais, a organização de comissões de mulheres dentro do MST para discutir problemas específicos, o estímulo à participação das mulheres em todos os níveis de atuação, instâncias de poder e representatividade, assim como combater toda a forma de discriminação das mulheres e a luta contra o machismo.

Na década de 1990, por meio da organização destas comissões e coletivos de mulheres do/no MST, as lideranças femininas começaram a estudar e debater o conceito de gênero. Mas foi no Encontro Nacional do MST em 2000, que foi enfim, fundado o Setor de Gênero do MST, com o objetivo de estimular o debate de gênero nas instâncias e espaços de formação, produzir materiais, propor atividades, ações e lutas[16] que contribuam para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres, fortalecendo o próprio MST (MST, *online*, 2014).

Sobre a produção de materiais, podemos citar sete conteúdos publicados entre 1988 e 2015, mas só a partir de 2001 que pela primeira vez a organização das mulheres aparece nomeada como Setor de Gênero. Entre eles estão cadernos de formação, cartilhas, coletâneas de artigos e folhetos. São eles: *A mulher nas diferentes sociedades* (1988)*; A questão da mulher no MST* (1996); *Compreender e construir novas relações de gênero* (1998); *Mulher Sem Terra (2000); Construindo o caminho* (2001); *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder* (2003)*; Mulheres conscientes na luta permanente!* (2015). Inicialmente, as obras

[16] Além da luta cotidiana, as mulheres têm dois momentos no ano em que organizam ações de enfrentamento ao capital, por Reforma Agrária e contra toda forma de violência contra as mulheres: é no 8 de Março – Dia Internacional das Mulheres e no dia 25 de novembro – Dia Mundial de Combate à Violência Contra a Mulher.

destacam contribuições importantes para que as vozes das mulheres sejam reconhecidas de modo simétrico. Atualmente, o Setor de gênero ainda demonstra essa necessidade de normas internas, no entanto aponta para uma necessidade maior de políticas públicas com vias a transformar as relações de gênero (SANTO, 2016).

Outra conquista do setor de gênero que merece destaque, são as linhas de créditos especifica para as mulheres, que tem um viés pedagógico, pois possibilita que tarefas sistematicamente realizadas pelos homens sejam experienciadas pelas mulheres, como a elaboração de um projeto para captação de recursos, o orçamento e, posteriormente, a gestão dos recursos. A linha de crédito Apoio Mulher disponibilizada pelo Incra é fruto da luta do Setor de Gênero para o reconhecimento da importância do trabalho produtivo das mulheres da reforma agrária. As mulheres que contam com o apoio de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)[17] podem usar esse recurso para a implantação de quintais produtivos e com isso garantir alimentação saudável, mais qualidade de vida para sua família e gerar renda.

Somando a essas conquistas, está também o trabalho que o setor de gênero vem desenvolvendo desde o ano de 2012, que visa promover debate e organização de grupos produtivos de mulheres, aliado as outras discussões sobre a questão da participação, violência, problema econômico e da inserção política da mulher na sociedade. O objetivo é conscientizar a mulher em relação ao seu processo de vivência e a necessidade de organização e luta por seus direitos. A ideia permanece, e vem se desenvolvendo para que todos os acampamentos e assentamentos do MST estejam discutindo, debatendo e sensibilizando os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra sobre a questão da violência contra as mulheres. Mesmo que essas metas sejam ainda um desafio permanente, a construção do setor de gênero possibilitou um novo significado da luta pela terra, onde todos e todas devem sentir-se sujeitos participantes de um processo de mudança (MST, *online*, 2014).

Porém, entre ter a oportunidade de estar presente nesses espaços e participar do processo de mudança, existe muita diferença e um longo caminho a ser trilhado.

[17]A Assistência Técnica e Extensão Rural ATER são atribuições regimentais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme estabelece a Lei nº 10.683/2003, e o Decreto nº 8852/2016, que trata da estrutura regimental deste ministério. Deste modo, compete à Coordenação Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural (CGATER/DIMS/SMC) coordenar, planejar, implementar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de projetos, programas e atividades relativos a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).
Disponível em < http://www.agricultura.gov.br/assuntos/ater > Acesso em 10 de dez. de 2018.

O setor de gênero ainda encontra dificuldades para atender todas as famílias existentes nos assentamentos. Mas isso não quer dizer, que ele não busque parcerias nesse processo de construção coletiva e igualitária. Um exemplo disso, foi a inserção no ano de 2014 do Projeto de Extensão da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), denominado *Trabalho artesanal com Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST)* que atendeu quatro assentamentos da reforma agrária localizados no município de Pinheiro Machado, no estado do Rio Grande do Sul. Como já mencionado, o interesse partiu das próprias assentadas, que procuraram a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos em áreas de Reforma Agrária (COPTEC)[18], solicitando para equipe de técnicos, cursos artesanais que viabilizassem tanto o entretenimento para as mulheres, que nessa época vinham se organizando enquanto grupo, quanto a viabilização de geração de renda para as participantes.

1.3. Contexto de vida e trabalho das mulheres assentadas que participaram da pesquisa

O grupo de mulheres dessa pesquisa está localizado no interior do município de Pinheiro Machado/RS. A maioria delas são filhas de assentados (as), e assim que constituíram família, foram à luta por seu próprio assentamento. A formação dos assentamentos rurais que elas pertencem, é resultado da histórica luta pela terra e pela reforma agrária, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em todo território Nacional.

[18] A COPTEC é uma sociedade cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos em áreas de Reforma Agrária, fundada em 1996 com o propósito voltado ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária existentes no Estado do Rio Grande do Sul. Leia mais: https://ates-rs.webnode.com/prestadoras/

O sudeste do Rio Grande do Sul foi uma das áreas com significativa intervenção governamental em sua estrutura agrária, como mostra a Figura 03.

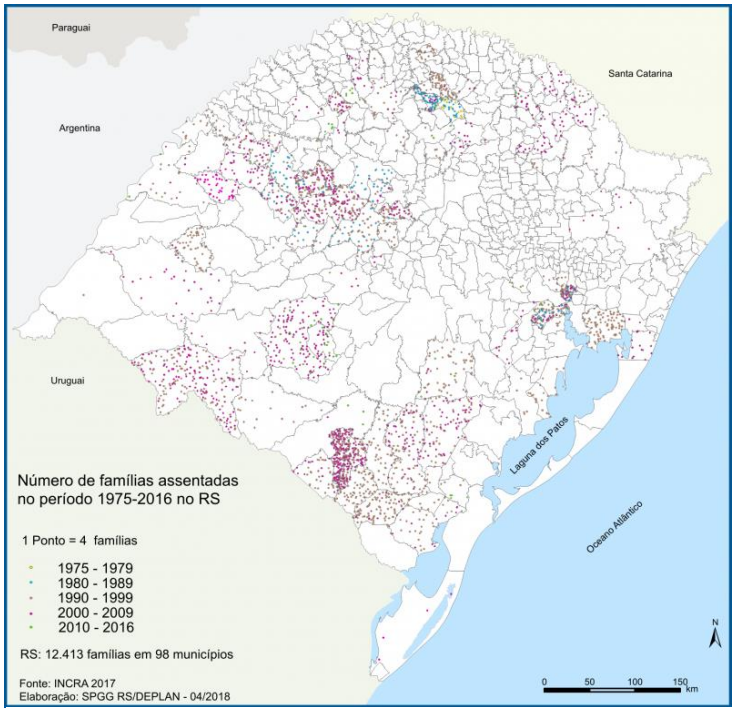

Figura 03 - Distribuição geográfica dos assentamentos de reforma agrária no RS

Fonte: Atlas Socioeconômico do RS.

A chegada das famílias em Pinheiro Machado teve início no assentamento Vieirina que fica 38 km da sede do município e ocorreu no ano de 1996. A seguir, houve a instalação do assentamento São Manoel, seguido dos assentamentos Alegrias, Santa Inácia, Figueira, Pinheiro Machado, São Manoel e Campo Bonito, que foram instalados logo depois, de modo que, a instalação do primeiro até o sétimo assentamento deu-se num curto período de tempo (entre 1996 e 1997).

A figura 04 e 05 apresenta a localização dos assentamentos da reforma agrária no município de Pinheiro Machado/RS, Brasil.

Figura 04 e 05: Localização geográfica dos assentamentos: Alegrias, Santa Inácia, Figueira, Pinheiro Machado e Campo Bonito no município de Pinheiro Machado/RS, Brasil.

Fonte: https://www.google.com/maps/

No total foram instaladas 185 famílias. Uma vez assentadas, as famílias buscaram sua viabilização sócio produtiva. Por serem assentamentos formados pelo MST, puderam contar com grau de organização inicial na formação de grupos de produção agrícola, discussão política com o poder público, viabilização das necessidades básicas como: saúde, educação e transporte das famílias dentro do município e também nas questões referentes às atividades produtivas a serem exploradas pelas agricultoras e agricultores assentados. Similarmente, tiveram o apoio da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda (COPTEC), uma sociedade cooperativa de prestação de serviços em áreas de reforma agrária, criada na base do MST em 1996 com o propósito voltado ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul.

Em Pinheiro Machado a COPTEC exerceu a função de orientar a implantação das atividades produtivas e a elaboração dos projetos de créditos de instalação e de investimento as famílias assentadas. O INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária foi o agente federal responsável pela execução da reforma agrária com a aquisição de terras, a liberação dos créditos de instalação e investimento, a

disponibilização de infraestrutura para os assentamentos, o fomento a educação e a preservação ambiental, a inclusão produtiva e a geração de renda das famílias assentadas sob sua responsabilidade nos assentamentos federais de reforma agrária.

Desse modo, podemos destacar uma imensa gama de esforços e possibilidades, construída de maneira coletiva nas linhas produtivas, para viabilização socioeconômica de cada família assentada. Conforme apresentado no PRA - Plano de Recuperação do Assentamento elaborado para cada um dos assentamentos de Pinheiro Machado/RS, podemos recuperar algumas experiências de estratégias produtivas utilizadas pelas famílias, como por exemplo, a produção leiteira, a produção de sementes, a criação de bovinos de corte e ovinos, eucalipto, fumo e hortigranjeiros.

Nessa trajetória de organização e consolidação dos assentamentos, sobretudo no período de acampamento, as mulheres trabalharam de forma igualitária com os homens desde as primeiras funções, até a construção das casas. Por outro lado, não se pode negar que a participação das mulheres nesse processo, sofreu significativas mudanças ao longo dos anos, nos espaços públicos e nas instâncias de decisão. Para Furlin (2013), entre os fatores que podem contribuir para isso, está a necessidade de cuidar dos filhos e da casa. Em alguns casos, há impedimentos da parte de seus esposos. Outras vezes, as próprias mulheres se acomodaram por considerar ter alcançado o objetivo da posse legal da terra. Assim, a ação de algumas mulheres assentadas foi se reduzindo ao espaço doméstico, deixando de ter uma participação ativa nas assembleias e em outras instâncias do assentamento e no próprio MST.

No que se refere ao trabalho no âmbito doméstico, a mulher camponesa se soma a luta e aos mesmos dilemas vivenciados pela mulher urbana, isso porque para ambas a manutenção da casa, das roupas, do alimento, o cuidado e educação dos filhos, não é necessariamente reconhecido pela sociedade como um trabalho, mas sim, visto como uma capacidade *natural* da mulher de garantir a subsistência familiar. “A sociedade investe muito na *naturalização* deste processo, e tenta fazer crer que à atribuição do espaço doméstico à mulher, decorre de sua capacidade de ser mãe” (SAFFIOTI, 1987, p.09).

Contudo, no caso das mulheres rurais, quando falamos de trabalho doméstico, não estamos apenas nos referindo ao trabalho não pago, “realizado para os outros, e sempre em nome da natureza, do amor” (HIRATA & KERGOAT, 2007, p.597), mas também,

> [...] ao que poderia ser considerado como um trabalho produtivo estrito, que, no entanto, não está registado em contas nacionais porque é considerado como uma extensão das tarefas de reprodução biológica e a reprodução da força de trabalho. O cuidado das hortas, dos animais, das sementes, da colheita de frutas, a busca de água, tornam-se parte das tarefas não pagas e consideradas não produtivas, embora forneçam comida, e façam as condições de sobrevivência de milhões de pessoas no mundo (KOROL, 2016).

A invisibilização do trabalho das mulheres rurais é baseada na naturalização da divisão sexual de trabalho, que faz com que esse trabalho não seja valorizado, e ajuda a consolidar as diferenças entre homens e mulheres no acesso à propriedade de terra, de créditos e de treinamento técnico. Por mais difícil que seja a inclusão e o reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres, ao longo da história elas nunca desistiram de lutar e buscar subsídios para valer direitos e encontrar reconhecimento. Podemos perceber isso no protagonismo feminino das numerosas revoltas camponesas ocorridas na Europa durante a Idade Moderna, onde elas organizavam verdadeiros motins populares, protestando contra a escassez de alimentos, o aumento do preço do pão e o excessivo preço dos impostos (FEDERICI, 2017). No Brasil nossas mulheres seguem lutando desde a invasão das Américas, criando mecanismo de defesa, subsistência e lutando lado a lado com os homens por uma vida mais justa.

Mesmo para aquelas que não conseguem participar da militância numa escala maior, podemos perceber movimentos micros de resistência e busca por melhores condições de vida e trabalho. É o caso das mulheres assentadas dessa pesquisa, que por meio da assistência técnica que as representasse buscaram apoio da Universidade para atender demandas pertinentes e necessárias para o bem-estar pessoal e familiar. A seguir falaremos da construção dessa ponte que conectou a Universidade à vida das mulheres assentadas como uma via de mão dupla. A troca de saberes e a incorporação do conceito de gênero e trabalho feminino nos debates promovidos pela academia nos permitiram “explicar comportamentos e papéis assumidos por mulheres e homens na convivência social, bem como compreender os problemas e as dificuldades que as mulheres enfrentavam na vida política, social, profissional e familiar” (FURLIN, 2013 p.257).

CAPÍTULO 2

A TRAJETÓRIA DO PROJETO TRABALHO ARTESANAL COM MULHERES DO MST: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE EXTENSÃO E PESQUISA COMO ORIGEM DO ESTUDO

Os apontamentos e análises abordados no decorrer dos últimos três anos do projeto de extensão arrematararam desenvolvimentos otimistas, indicando o fortalecimento do intercâmbio entre a universidade e os assentamentos da reforma agrária na construção de conexões e espaços de convivência e formação, numa perspectiva existencial e profissional em direção à revisitação das trajetórias de vida e de trabalho feminino. Um exemplo desse intercambio entre Universidade e Assentamentos, se deu ano de 2015, com a vinda de algumas das participantes do programa (Proext) pela primeira vez no espaço acadêmico, mais especificadamente no prédio do Campus das Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Pelotas (CCHS/UFPEL), localizado na Rua Alberto Rosa, 154, onde elas puderam fazer uma exposição de suas peças artesanais, conhecer o espaço universitário, dialogar e trocar experiências e valores culturais com alunas e alunos do Campus, como mostra a Figura 06.

Figura 06: 1ª visita das mulheres assentadas no espaço acadêmico.

Fonte: Acervo do Programa Proext. Nov. de 2014.

Em maio de 2016, as mulheres tiveram a oportunidade de participar *do I Simpósio de Gênero e Diversidade: Debatendo Identidades* (UFPel), onde exibiram sua produção artesanal e colonial, como demonstra a Figura 07, e participaram como ouvintes da mesa de debate do evento. A iniciativa do Observatório de Gênero e Diversidade e da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPel, o *I Simpósio de Gênero e Diversidade: debatendo identidades* teve como objetivo fortalecer um espaço amplo de intercâmbio onde investigadoras/es, estudantes, ativistas, militantes e demais profissionais, assim como a população interessada no tema, puderam aproximar e dialogar experiência entre si, com o intuito de fortalecer a luta pelos direitos das mulheres e demais identidades sexuais e de gênero.

Figura 07: Grupo de Mulheres Assentadas, participando da exposição de trabalhos artesanais no I Simpósio de Gênero e Diversidade UFPel.

Fonte: Projeto “Trabalho Artesanal com Mulheres do MST”. Maio de 2016.

Em setembro de 2016, as mulheres foram convidadas pela UFPel, para participar das bancas de exposição de produtos artesanais e coloniais no XXVI Congresso de Iniciação Científica, que teve por objetivos: valorizar o corpo docente da instituição dedicado ao desenvolvimento de atividades de pesquisa; Incentivar alunos de graduação visando à formação de novos pesquisadores e qualificando-os para os programas de pós-graduação; Fomentar a atividade de pesquisa na UFPel; Integrar a comunidade científica e acadêmica; Promover a interação entre a UFPel e instituições com interesse nas atividades de pesquisa desenvolvidas nesta universidade; Divulgar o desenvolvimento da pesquisa desenvolvida na instituição e

aproximar a pesquisa universitária e a sociedade. O evento proporcionou para as mulheres um espaço para apresentar e comercializar a diversificação dos produtos produzidos pela agricultura familiar, onde puderam interagir conquistando a simpatia da comunidade acadêmica e demais consumidores trazendo desse modo, um novo olhar sobre os assentamentos da Reforma Agrária. Em outubro de 2016, os quatro grupos de mulheres assentadas atendidos pelo projeto *Trabalho Artesanal com Mulheres do MST*, receberam o convite para ministrarem uma oficina artesanal para

Figura 08: Mulheres Assentadas comercializando produtos da Reforma Agrária no XXVI Congresso de Iniciação Científica – UFPel.

Fonte: Acervo do Projeto “Trabalho Artesanal com Mulheres do MST”. Set, 2016.

os estudantes do curso de Geografia/UFPel, onde tiveram a oportunidade pela primeira vez, de serem protagonistas, tendo um espaço concebido para debaterem sobre a vida e o trabalho nos assentamentos. O momento se iniciou por meio de uma mística[19] que retratou a história da chegada das famílias nos assentamentos e foi finalizado com uma oficina artesanal denominada de Á*rvore da fortuna*, confeccionada

[19] Desde suas primeiras ocupações os sem-terra vêm criando diversos símbolos de representação de sua luta. Circunstanciais, como a cruz da Encruzilhada Natalino, ou permanentes, como a bandeira e o hino do MST, são sobretudo, signos da unidade em torno de um ideal e constituem a **mística** do Movimento.
O que podemos entender por mística? Os dicionários dão como sentidos “tratados sobre coisas divinas ou espirituais e “ciência ou arte do mistério” No contexto dos sem-terra, é um ato cultural em que suas lutas e esperanças são representadas (MORISSAWA, 2001, p. 209).

com o uso de sementes agroecológicas produzidas nos próprios assentamentos, simbolizando a produção, a diversidade e a riqueza dessas áreas de reforma agrária, conforme demonstra a figura número 09.

Figura 09: Mulheres Assentadas da Reforma Agrária ministrando oficina artesanal para um grupo de alunos do curso de Geografia/UFPel.

Fonte: Acervo do Projeto Trabalho Artesanal com Mulheres do MST. Out, 2016.

O dia 12 de março de 2016 marcou o ápice significativo do protagonismo de um dos grupos investigados pelo projeto. Refere-se à conclusão das atividades do projeto de extensão *Trabalho Artesanal com Mulheres do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),* que por iniciativa das próprias mulheres, organizaram-se na realização de um evento de formatura, no qual a Universidade se inseriu posteriormente. O evento ocorreu na Sede do Assentamento Santa Inácia e se constituiu num momento relevante, repleto de sorrisos e olhares emocionados, pois tornou pública a caminhada de um dos grupos atendidos pelo projeto de extensão,

intitulado *Guerreiras da Arte.* Esse nome teve origem durante o período de realização do projeto e significa para as participantes a força da mulher que luta, seja a luta da lida no campo, do trabalho doméstico, nas frentes de massa e nos movimentos sociais. Inclusive por conta disso, foi elaborado de forma conjunta um símbolo que representa o Grupo de Mulheres Artesãs do Assentamento Santa Inácia, conforme se pode visualizar na Figura 10. Esse conjunto de símbolos são, sobretudo, signos da unidade em torno de um ideal e constituem a mística das mulheres. Isso porque, ao longo da trajetória do projeto elas passaram a se reconhecer enquanto mulheres que tem uma profissão, isto é, mulheres agricultoras e artesãs.

Figura 10: Simbolo construído coletivamente pelas mulheres agricultoras do Assentamento Santa Inácia.

Fonte: Acervo do Projeto. Ano 2015.

O Evento de Solenidade, contou com a participação da representante da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas, Profa. Dra. Ligia Maria Ávila Chiarelli e com a idealizadora e coordenadora do Projeto de Extensão Profa. Dra. da Faculdade de Educação da UFPel, Márcia Alves da Silva. Também estavam presentes autoridades municipais de Pinheiro Machado/RS e vários membros e convidados da comunidade em geral.

Formaram-se ao todo 15 mulheres assentadas como mostra a Figura 11 a seguir.

Figura 11: Formatura grupo de mulheres *Guerreiras da Arte*. Assentamento Santa Inácia – Município – Pinheiro Machado/RS.

Fonte: Acervo do Projeto, mar. 2016.

A conclusão desse curso certamente foi a celebração de uma grande conquista para as mulheres. Muitas delas, não chegaram a concluir o antigo primário e outras nunca se quer frequentaram a escola. Por isso a cerimônia de formatura foi um dos mais belos momentos dessa jornada. Com ela, as mulheres compartilharam a alegria com os entes mais queridos, assim como expressaram o reconhecimento para aqueles que, de alguma forma, contribuíram para essa vitória.

No ano de 2017, as mulheres seguiram sua caminhada, na participação de eventos acadêmicos. Agora a convite da Universidade Federal do Rio Grande/FURG Campus São Lourenço do Sul para o III Seminário Regional das Mulheres do Campo, das Águas, Florestas e das Cidades. A intenção foi, que não apenas elas pudessem expor sua confecção artesanal e sua produção das hortas e quintais (frutas, verduras, queijos, compotas e conservas), mas também que participassem como ouvintes dos debates sobre políticas públicas para as mulheres do campo e cidade. Nesse sentido, o Seminário buscou pensar a diversidade e as especificidades de mulheres e de grupos de mulheres existentes na região, tendo como objetivo empoderar, dar voz e

contribuir tanto com as mulheres acadêmicas, quanto da comunidade. Dialogando com elas questões relacionadas às leis para as mulheres, como por exemplo, a lei Maria da Penha, direitos trabalhistas das mulheres, feminicídio e educação. Também foram abordados assuntos como violência, abuso, preconceito, saúde, educação das mulheres de povos tradicionais, mulheres trans, homo, bi. Esse diálogo foi construído em movimento com mulheres do campo, das águas, das florestas: Quilombolas, pomeranas, pescadoras, ciganas, mulheres de terreiro, benzedeiras, enfim mulheres, contribuindo para promoção de novas propostas para as políticas públicas que atenda às mulheres, buscando soluções de seus problemas, dando visibilidade as lideranças femininas para denunciar os problemas existentes.

Podemos dizer que esses momentos, possibilitaram o fortalecimento de cada participante enquanto mulher e enquanto grupo. O estímulo à participação nos encontros promovidos pelas Universidades Federais, reaproximou essas mulheres, auxiliando-as para um melhor convívio social e se configurando, posteriormente, no fortalecimento da autoestima, desenvolvimento da cidadania e estimulo da emancipação feminina pelo direito de instruírem-se e terem voz nos espaços de decisão. Consideramos que o coletivo tornou-se muito mais do que a soma de diversos indivíduos; tornou-se também o ingresso que favoreceu o amadurecimento de debates em torno das temáticas de gênero, patriarcado e sobre a divisão sexual do trabalho no campo.

Figura 12: Mulheres participando do III Seminário Regional das Mulheres do Campo, das Águas, Florestas e das Cidades. Universidade Federal do Rio Grande/FURG Campus São Lourenço do Sul.

Fonte: acervo da pesquisa, maio de 2017.

2.1. Construindo novas propostas: Somos todas trabalhadoras

Como afirma Márcia Tiburi (2018), “Não há nada mais importante na vida do que aprender a pensar, e não se aprende a pensar sem aprender a perguntar pelas condições e pelos contextos nos quais estão situados os nossos objetos de análise e de interesse” (TIBURI, 2018, p.10). Escrevo isso pensando em cada encontro que detive o privilégio de experienciar com as mulheres dessa pesquisa. Visto que, para cada intervenção das oficinas e para cada evento acadêmico que essas mulheres tiveram a oportunidade de participar, elas também tiveram a chance de aprender a pensar. Pensar sobre suas vidas subjugadas, seus corpos para o trabalho, para procriação, para o cuidado e a manutenção da vida, para a produção do prazer alheio, para o fazer para o outro por necessidade e sobrevivência.

Não podemos pensar na submissão e opressão dessas mulheres, sem pensar no patriarcado, como uma representação hierárquica das relações presentes em todos os espaços sociais e que é uma relação civil e não privada. O patriarcado concede direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, possui uma base material e corporifica-se. Além disso, diz respeito a uma estrutura de poder que tem por base a ideologia e a violência (SAFFIOTI, 2004). E o feminismo é uma teoria social, que se interessa pelas relações de poder, pelas relações de exploração, opressão e dominação entre homens e mulheres (PAREDES, 2014).

Abordar o tema do trabalho com as mulheres implica em abordar a relação entre trabalho e gênero. Para Marx (2006) a base da sociedade, assim como a característica fundamental do homem, está no trabalho. É do e pelo trabalho que o homem se faz homem, constrói a sociedade, é pelo trabalho que o homem transforma a sociedade e faz história, o trabalho torna-se categoria essencial que permite não apenas explicar o mundo e a sociedade, mas também anteceder o futuro e propor práticas transformadoras ao homem, para construir uma nova sociedade (ROCHA, 2012). Porém, na crítica feminista sobre a divisão sexual do trabalho profissional e do trabalho doméstico subjacente à divisão sexual do poder e do saber, Marx não permite apreender o lugar das mulheres no processo de produção e na reprodução social. Não se pode negar que a classe operária possui dois sexos. Nesse sentido, o ponto que une as mulheres é a identidade de classe, uma vez que é da contradição de classe que emergem as desigualdades, opressões e explorações que marcam a vida das

mulheres trabalhadoras. Portanto, não se pode analisar gênero isoladamente das determinações econômico-sociais.

Desde o momento que nós mulheres nascemos, estamos condenadas a um tipo de trabalho que se parece muito com a servidão. Em nosso país em diferentes contextos, e em outros países e culturas vemos meninas, jovens, mulheres e idosas, condenadas ao trabalho braçal dentro de casa, a serviço dos outros que não podem ou não querem fazer. Para as que buscam autonomia financeira existe a dupla jornada de trabalho. Elas trabalharam mais que os homens, porque de um modo geral, os homens não fazem o serviço da casa. E por conta disso, elas acumularão o trabalho remunerado com o não remunerado, se tornando escravas do lar, quase sem nenhum tempo para poder desenvolver outros aspectos da vida (TIBURI, 2018).

Por meio de um trabalho dialógico, buscando palavras simples, porém eficazes para explicar a vida e os papéis sociais, a pesquisa trouxe indagações pertinentes através das vozes das mulheres assentadas: Como construir novas relações de gênero e trabalho, entre homens e mulheres? Haja vista que, a organização e a divisão do trabalho no meio rural dão-se, ainda, em uma extensão entre o ambiente doméstico e a unidade produtiva, numa relação de continuidade entre consumo e produção, colocando a centralidade da figura masculina na esfera produtiva e mulheres na esfera reprodutiva, reafirmando papéis sociais baseados na identidade de gênero socialmente atribuída. Isso sem falar que a dominação masculina possui um caráter histórico, material e ideológico, baseado em hierarquias, desigualdades e dependências, mas também em rupturas, conflitos, tensões e negociações, onde as mulheres ao mesmo tempo em que sofrem a opressão de gênero atuam como coreprodutoras dessa opressão.

Não basta apenas compreender a complexidade da luta da mulher frente à opressão de gênero; é mais importante ainda, se entender enquanto sujeita (o), nesse complexo sistema de relações de poder e entender como interromper os efeitos dentro do modelo de família e sociedade patriarcal. Assim sendo, é considerável não apenas interpretar como se estabelece a divisão sexual de trabalho no campo ou na cidade, mas acima de tudo é necessário buscar respostas para superar a disparidade que existe entre os sexos. Bem sabemos que essa indagação, não é pertinente apenas a ‘essa ou aquela’ sociedade. É uma interpelação de todos aqueles que sonham com uma sociedade mais justa, construída fora do modelo social que está imposto.

Entre os tantos motivos que levaram à realização dessa pesquisa, está a frase indagada por ex-participante do projeto de extensão que entoou sua voz, no final de um dia de atividades, exteriorizando: *Santo de casa não faz milagre! (Assentada M, 2016)*. Foi um pedido de ajuda. Acredito que essa expressão se atribui pelo fato de essa mulher já se perceber como cidadã de direitos equânimes, resultado da denúncia realizada durante os meses de intervenções do projeto de extensão; que dispunha como um de seus objetivos, justamente desvelar a sociedade patriarcal como um sistema social em que homens adultos mantêm o poder primário e predominam em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social, controle das propriedades e domínio da família.

Através de uma reflexão crítica dialógica, embasada nos estudos feministas, pudemos perceber que as mulheres assentadas se engajaram para compreender a naturalização dos processos socioculturais que sujeita a mulher aos costumes e a manutenção da servidão. Concomitantemente, e não menos esperado que isso, elas tentaram fazer uso dessas novas reflexões dentro da esfera familiar. Infelizmente, no início dessa empreitada, não tiveram sucesso. Isso porque, historicamente, o patriarcado como organização social de gênero autônoma, convivendo, de maneira subordinada, com a estrutura de classes sociais empenha-se muito para se manter no poder.

É necessário pensar e perguntar: a quem serve essa relação de dominação da mulher pelo homem? Por que os homens não se interessam pela problemática feminina? Para Saffioti (1987), esse modo de se comportar reside no fato de que não é mostrada ao homem a face oculta do chamado “privilégio” do macho. Por quê?

> Ora, no momento em que o homem entender que também ele é prejudicado pelas discriminações praticadas contra as mulheres, a supremacia masculina estará ameaçada. E com ela estarão também ameaçados o duplo padrão de moral que alimenta a família burguesa, a própria família, o domínio dos poderosos. O mesmo pode ser dito com relação à discriminação contra negros. (SAFFIOTI, 1987, p. 07).

Com base nessas reflexões, despertamos para trabalhar em prol de uma Educação Popular Feminista, que atendesse os anseios das mulheres, numa práxis para transformação nas relações de gênero. Acreditamos que uma educação libertadora só se efetiva de fato quando eclode conscientização sobre a opressão que existe em seu corpo. Dessa forma, a proposta se colocou na tentativa de trazer uma

contribuição a esse debate, buscando problematizar o mundo do *trabalho* e do *trabalho feminino* entre homens e mulheres assentados.

O próximo capítulo destina-se a apresentar sob quais pressupostos teórico-metodológicos se estrutura a pesquisa e a detalhar as ferramentas escolhidas para esta investigação.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA DA PESQUISA: UMA PESQUISA PARTICIPANTE

Tendo em vista que nossa realidade é sempre dialética e dinâmica, uma das principais observações de planejamento dessa pesquisa participante foi intentar um método de acordo com a realidade concreta das mulheres para poder transformá-la. Em vista disso, compreender as especificidades da realidade local, foi de extrema importância nessa construção coletiva. Elas enriqueceram o processo, tornando possível cumprir as premissas da pesquisa de acordo com a metodologia da educação popular feminista e das relações sociais de gênero. Pensar em Educação Popular Feminista implica em desenvolver alternativas para a construção de novas relações de gênero, com práticas voltadas para conscientização de homens e mulheres que se encontram emergidos na ordem patriarcal dominante, oferecendo para esses sujeitos instrumentos para superar esse modelo, podendo assim, construir novas relações de equidade.

Entendemos que é urgente um olhar crítico a partir da teoria feminista descolonial, que valorize os diferentes saberes, conhecimentos, experiências e práticas das mulheres, assim como seu protagonismo na construção das novas relações de gênero. A metodologia da educação popular feminista compreende as histórias das relações sociais, marcada por construções desiguais e hierarquizadas entre homens e mulheres.

Dentro do modelo de sociedade patriarcal, o controle é definido por relações de poder, o que na maioria das vezes coloca as mulheres em situação vulnerável de inviabilização e consequentemente serve como barreira que as impede de construir um caminho social e profissional próprio. Indo na contramão das relações sociais de poder, seja ela de gênero, classe ou raça. Claudia Korol (2007) nos apresenta uma educação feminista que vem contribuindo muito na construção de “[...] processos de reflexão e de novas práticas, como momentos de internalização-externalização não só da experiência imediata e direta, mas também de processos gerais e particulares que atravessem o aqui e agora das batalhas contra a cultura patriarcal” (KOROL, 2007, p. 03, *tradução nossa*).

Pelo viés de uma educação voltada para a formação de sujeitos individuais e coletivos, capazes de transformar o mundo e a si mesmos, buscamos a valorização das várias vozes, tendo o diálogo como nossa dinâmica problematizadora, no qual todas e todos são igualmente falantes e ouvintes, capazes de expressar diferentes saberes que contribuam para o processo de transformação. Nessa perspectiva, enxergamos os sujeitos como atores sociais que devem ser estimulados a acreditar nos seus saberes, dando sentido as suas falas de vivências, experiências e sonhos.

A educação popular feminista é emancipatória, porque possibilita a conscientização, a libertação e a transformação das (os) sujeitas (os) e de sua realidade. Como afirma Korol (2007),

> Pensamos, imaginamos e projetamos uma emancipação integral, múltipla, complexa, dialética, alegre, colorida, diversa, barulhenta, desafiadora, libertária, ética, polifônica, insubstancial, rebelde, pessoal/coletivo, solidária. Nós buscamos uma emancipação que questione e quebre os olhares, práticas e representações dicotômicas sociais, opressivas, abrindo caminhos para a criação de um feminismo socialista e latino-americano; revolucionário que revolucione em suas propostas e conceitos; claro e consistente em suas definições e buscas; transparente em suas opções éticas; reconstrutor de processos históricos; transformador do pessoal/político; comprometido com todos os setores explorados, subordinados, silenciados, oprimidos, deslegitimados. Um feminismo que ajuda simultaneamente a abrir estradas, que na dimensão da vida cotidiana ensaie novas dinâmicas relacionais que incluem luta, não apenas por melhores condições de vida no sentido econômico; mas também que optem por relações sociais mais justas, sem hierarquia, sem discriminação, sem desigualdades (KOROL, 2007, p.03-04, *tradução nossa*).

Além de uma libertadora, transformadora e dialógica, as novas práticas da educação popular feminista nos permitiu dar poder as mulheres, não no sentido de oprimir ou subordinar outras (os) sujeitas (os), mas na utilização de estratégias, de superação do estado de submissão e de ausência do exercício do poder de escolha e de decisão.

Não existe um modo possível de compreender as relações de poder como isentas nesse processo, haja vista que, as relações sociais são sempre relações de poder. Portanto, dentro da perspectiva de uma educação transformadora que visa à emancipação humana como conquista política, as novas práticas de libertação não escapam dos jogos de poder. Isso quer dizer que, o poder condiciona a experiência da mulher em um duplo sentido, ele pode ser “uma fonte de uma opressão quando objeto de abuso e uma fonte de emancipação em seu uso” (DEERE, 2002, p.53 apud. RADTKE & STAM, 1004, In: ROWLANDS, 1997, p.21).

Compreendendo o poder como possibilidade de mudança, Freire (1987) nos ensina que as mudanças exigem força e para que isso aconteça é necessário empoderar. Empoderamento, dentro do amplo referencial freireano está intimamente ligado à conscientização e liberdade. Na medida em que as pessoas tomam consciência, vão também se libertando. Não existem fórmulas mágicas, para que ocorra o empoderamento, e é muito contraditório dizer que uma pessoa seja capaz de empoderar outra. O empoderamento não é um processo linear com um começo, meio e fim igual para todas as pessoas; ele é adaptado para cada indivíduo através de suas vidas, seus contextos e sua história (DEERE, 2002).

Levando em consideração essa discussão, essa pesquisa voltada para a educação popular feminista, pensada como um processo educativo pelas mulheres para a construção de um mundo mais democrático; intentou-se não apenas realizar a análise dos dados coletados durante o período do projeto de extensão *Trabalho Artesanal com Mulheres do MST*, mas buscou problematizar o mundo do *trabalho* e do *trabalho feminino* a partir da continuidade do trabalho que já vinha sendo desenvolvido pelo projeto de extensão, agora incluindo o público masculino. Para isso a pesquisa seguiu utilizando as mesmas ferramentas metodológicas para a investigação, visto que, a intensão era continuar vinculada à vida dessas mulheres, contribuindo nas suas trajetórias de vida, trabalho, emancipação e empoderamento. Dessa forma, seguiu-se comtemplando como ferramentas metodológicas as oficinas artesanais, as rodas de conversa, debates sobre gênero, patriarcado e a divisão sexual do trabalho e registrando os encontros por meio de anotações em um diário de campo e fotografias.

Os encontros seguiram acontecendo nas sedes ou nas casas das/dos participantes de forma integral, isto é, foram desenvolvidas atividades no período da manhã e tarde, com pausa para o almoço. Sendo o almoço organizado de forma coletiva, para o qual cada participante contribuiu com um alimento de sua escolha. No segmento da tarde as atividades prosseguiam tendo encerramento no entardecer do dia.

Os sujeitos que fizeram parte dessa investigação foram homens, mulheres e adolescentes assentados do município de Pinheiro Machado, com idade entre 16 e 65 anos. O elemento impulsionador dessa pesquisa realizou-se por meio das oficinas artesanais e rodas de conversa, primeiramente com as mulheres e mais tarde com os homens. Podemos dizer que, as oficinas artesanais buscaram discutir o artesanato

como trabalho com suas potencialidades, partindo das relações e das memórias, em que a intenção foi trazer o artesanato à tona para discutí-lo como potencializador do ato de criação, da produção de subjetividades e construção da autonomia feminina.

Como demonstra a imagem 13, as atividades desenvolvidas se materializaram em espaços de construção coletiva e trocas de experiências de vida, em que, aos poucos, intentou-se a valorização do saber/fazer artesanato e o reconhecimento do artesanato como arte e como trabalho feminino e não como algo 'menor', constituindo-se para muitos participantes, como uma possibilidade real de geração de renda.

Figura 13: Grupo de mulheres participantes do projeto de extensão. Assentamento Campo Bonito – Município de Pinheiro Machado/RS.

Fonte: Acervo do Projeto, jan. de 2016.

Com base numa abordagem direta e tendo os estudos de Paulo Freire (1897) e Claúdia Korol (2007) como referência, compreendendo que o aprendizado é algo dinâmico e construído coletivamente, respeitando os saberes individuais de cada mulher.

Um primeiro exercício coletivo entre nós foi a afirmação de que, tudo o que sabemos é importante,

> [...] todo o conhecimento é de ordem distintas de saberes, tem valor e é complementar. Todo conhecimento, seja acadêmico ou empírico; seja das práticas cotidianas ou científico/tecnicista é vivenciado nos corpos e nos sentidos mais tênues de nós mulheres. Todos são indispensáveis para a reprodução da vida e esse exercício feminista, de nos enxergar como iguais

> em direitos, porém distintas, faz com que possamos construir um conhecimento coletivo nesse processo com toda nossa diversidade e complexidade (MORAES 2018, p.14).

É por isso que, no decurso das oficinas, as participantes contribuíram com seus conhecimentos empíricos, indicando desde o uso de materiais naturais para serem utilizados nas peças artesanais produzidas até seus conhecimentos mais práticos da vida cotidiana.

Os materiais naturais originaram-se do próprio ambiente de vivência e trabalho, podendo destacar-se aqui as diferentes qualidades de sementes, galhos de árvores, palha de milho, cascas de ovos, pedras e musgos. Já os materiais industrializados, derivam de compras pessoais na cidade ou doações de terceiros, como caixas de papelão, garrafas plásticas, jornal, retalhos de tecido, entre outros. Sobre isso, uma das participantes declarou: *Às vezes a gente acha que só as coisas que são compradas é que são bonitas... olhe só pra esses artesanatos de cascas de ovos... quem poderia imaginar que poderiam ficar assim! (Assentada J, 2014).*

Figura 14: Oficina de mosaicos com cascas de ovos em caixas de MDF.

Fonte: Acervo do Projeto, set. de 2014.

Os encontros também se destacaram como espaços de vivência, para silenciar, desabafar, descarregar o cotidiano de trabalho e de opressões vivenciadas no trabalho, na militância, em casa e na rua, compartilhando da certeza de que sairiam fortes e renovadas. Muitos desses momentos se configuravam em espaços de

carinho, de compreensão, de respeito à diversidade étnica e religiosa e proporcionavam trocas energéticas para acolhimento e renovação.

Claudia Korol (2007), afirma que esses momentos são práticas importantes no trabalho com mulheres, como parte de uma pedagogia feminista,

> Você pode falar sobre o carinho como parte de uma metodologia de pesquisa ou análise? Não tenho dúvidas de que o abraço e a carícia, o reconhecimento num relance, o sentimento em uma pele, produza possibilidades de "conhecimento", são tão férteis quanto outras formas de investigação. Não me refiro a um carinho programado, nem em um abraço paternalista feito de um lugar de conhecimento ou poder, contenção ou de apoio. Me refiro de um carinho e um abraço que nascem no momento exato do encontro das histórias de opressão que nos identifica. O carinho e o abraço que fazem parte uma ética feminista do acompanhamento, do cotovelo ao cotovelo, para passar pelas dores e tornar-se cúmplices de nossos desejos (KOROL, 2007, p. 20, *tradução nossa*).

Como resultado desses diferentes momentos, das trocas de afeto, conhecimento e dos diferentes materiais utilizados no decorrer das oficinas, podemos destacar conforme as figuras 15, 16,17 e 18 peças artesanais rematadas de cestaria em jornal, cerâmica fria, tapeçaria com malha, bonecas de palha de milho, fuxicos de retalhos, entre outros. Os produtos confeccionados durante esse período ficaram marcados de simbologia e energia. Estes foram vendidos na Feira da Reforma Agrária, que acontece duas vezes por mês no centro da cidade de Pinheiro Machado/RS.

Figura 15, 16, 17, 18: Artesanatos produzidos durante as oficinas de projeto. Município de Pinheiro/Machado/RS.

Fonte: Acervo do Projeto, 2015.

Nessa trajetória da construção da autonomia feminina, como um processo de decisão, independência e de humanização que todas (os) nós vamos construindo historicamente, a partir de várias e inúmeras decisões que tomamos ao longo de nossa existência (FREIRE, 1996), foram surgindo outras demandas que cercam o quotidiano de vida e trabalho da mulher assentada. De acordo com as falas das próprias mulheres durante a confecção artesanal, são os homens que frequentemente assumem o gerenciamento e o comando das decisões das atividades no lote. O trabalho feminino ainda remete uma atividade complementar da atividade exercida pelo trabalho masculino, não sendo valorizadas as produções de alimentos nos pomares e quintais, na criação de pequenos animais, na produção de produtos transformados que são vendidos nas feiras, nem tão pouco as atividades de ordem doméstica responsável por manter a casa em funcionamento. Para dar conta dessa necessidade que as mulheres tinham de falar, de denunciar, de ter voz e de ser ouvida, optou-se como ferramenta possibilitadora de comunicação social: a prática das *‘rodas de conversa’.*

A proposta das ‘rodas de conversa’, sendo este um método de ressonância coletiva, teve por objetivo trazer uma aproximação entre as participantes (homens e mulheres), criando um espaço de diálogo, em que todas pudessem se expressar de alguma maneira e, sobretudo, escutar as outras e a si mesmas. A intenção foi estimular ainda mais a construção da autonomia e consequentemente a *emancipação* e o *empoderamento* da mulher rural. Problematizando esses conceitos em trocas de saberes e na reflexão para ação.

Figura 19: Grupo de mulheres e homens nas ‘rodas de conversa’ – Assentamento Alegrias, Pinheiro Machado/RS.

Fonte: Acervo de Pesquisa, out. de 2017.

Quando conduzimos por meio das *rodas de conversa,* um debate sobre trabalho, por exemplo, nosso objetivo intentou compreender as relações entre espaço produtivo e reprodutivo, ligando esse debate com a realidade de vida e trabalho dentro dos assentamentos. Denomina-se *trabalho produtivo*, como o trabalho capaz de gerar bens e serviços, que têm valor monetário dentro do sistema econômico capitalista. Como resultado, os produtores desses bens e serviços ganham dinheiro pelo seu trabalho. Já o *trabalho reprodutivo*, mais entendido como trabalho improdutivo, refere-se a coisas que as pessoas fazem para cuidar de si mesmas ou dos outros. Isso inclui cozinhar, limpar e criar filhos, a vista disso, esse trabalho não objetiva ganhar dinheiro, por isso não é valorizado socialmente.

O processo de reflexão explorado em cada diálogo compartilhado buscou tematizar o conceito de trabalho, entendido por Marx (2006) como a forma pela qual

o homem se apropria da natureza a fim de satisfazer suas necessidades. “O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas [...].” (MARX, 1985, p.153). Todavia, o trabalho não deve ser analisado apenas pelas suas diferentes formas e/ou pelo seu aspecto técnico, mas é preciso levar em conta as relações sociais nas quais ocorre.

As condições de vida de mulheres e homens não são produtos de um destino biológico, mas, sim, fruto de construções sociais que têm como base material o trabalho e se exprimem através de uma divisão social do trabalho entre os sexos. Essa divisão sexual do trabalho reflete o fato que a maioria dos homens exerce suas atividades no mercado de trabalho capitalista (o chamado “trabalho produtivo”) e as mulheres dividem seu tempo “naturalmente” entre a produção de mercadorias fora de casa e a realização das tarefas domésticas relativas aos cuidados da família (o dito “trabalho reprodutivo”). O trabalho reprodutivo tem um grande significado para o bem-estar do ser humano. Porém, como não tem caráter mercantil, é ignorado pelas ciências econômicas e desvalorizado pela sociedade, que dele depende para se reproduzir. Assim, a divisão sexual do trabalho está no cerne da argumentação do pensamento feminista sobre as diferenças entre o papel feminino e o masculino.

Problematizar essa separação e a hierarquização do trabalho teve a intenção de ampliar a discussão sobre as formas de valorizar o papel das mulheres nas duas instâncias sociais: a reprodução e a produção. Esse enfoque evidencia que a plena participação das mulheres pode ser visualizada através da eliminação das limitações que as marginalizam ou as tornam invisíveis, seja nas atividades domésticas, seja nas atividades públicas e produtivas. A reflexão sobre a desigualdade existente na relação do trabalho do homem ao trabalho produtor de mercadorias e a da mulher à casa, concluem que o termo “dona de casa” não pode ser sinônimo de esposa e mãe, mas, sim, de trabalho doméstico não remunerado (Hirata, 1988, 1998; Kergoat, 1998).

Frequentemente esse exercício das *rodas de conversa*, foi realizado no período da manhã, e serviu para que as/os participantes percebessem as diferenças intrínsecas que existem entre os gêneros, sendo este, resultado de uma construção social desde a colonização das Américas, onde os europeus implantaram um novo modelo social, estabelecendo deste modo posições socias desiguais entre os sexos.

O dialogo e a reflexão crítica sobre a história de luta e resistência de mulheres e homens no passado, religada ao cotidiano do trabalho rural teve como propósito

também, desmascarar a naturalização de papéis sociais atribuídos as diferentes categorias de sexo. De acordo com a Socióloga Heleieth I. B. Saffioti (1987), “a sociedade delimita com bastante precisão os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem” (p.08). Sendo assim, o papel social agrupa um conjunto de comportamentos, normas, regras e deveres de cada indivíduo na estrutura social os quais determinarão diversos padrões sociais. Problematizar essas relações sociais na vida e no trabalho abriu possibilidades para construção de novos horizontes e questionamentos sobre a disparidade entre os sexos, que empurra para o biológico as construções sociais e as práticas de homens e mulheres.

Não obstante, o material privilegiado dessa investigação são as falas cotidianas das mulheres e dos homens investigados, que retrataram suas auto representações, suas leituras de mundo, seus discursos, suas aparições, seus sonhos. O primeiro passo nessa caminhada foi aprender a ver, ouvir e dar atenção às especificidades de linguagem. Mello nos ensina que, aprender a ver significa,

> [...] dar sentido e significado ao vivido, ao percebido, em um processo cada vez mais complexo e rico de aprendizagens. Perceber as diferenças, nomear, relacionar, são níveis para que possamos aprender os significados culturais dos fenômenos e realidades investigativas, trazendo à tona as visões de mundo e representações dos próprios sujeitos com os quais estamos buscando dialogar (MELLO, 2005, p. 49).

Para explorar o espaço social, compreendendo de maneira mais precisa como os sujeitos dão forma as suas experiências no contexto e que estão inseridos, ou mais especificamente falando, como se tornam quem são e como significam a existência por meio das diferentes linguagens culturais foi preciso ouvir.

Ainda de acordo com Mello,

> A escuta intencional, densa, etnográfica, permite que possamos capturar, na oralidade dos sujeitos com os quais estamos buscando o diálogo, a fonte de expressão dos homens e mulheres sobre suas condições de vida, sobre seus sonhos, sobre suas histórias, sobre seus saberes e sua cultura (MELLO, 2005, p. 49).

Abrahão (2004, p. 202) descreve a descrição da vida, como “uma forma de história autorreferente, portanto plena de significado, em que o sujeito se desvela, para si, e se revela para os demais”. Compreendendo isso, tudo o que vi, ouvi e o que

percebi na linguagem sistematizada para essa pesquisa foi o ponto de partida para todo o processo. A escuta sobre a vida quotidiana, expressada através das ‘falas’ nos permitiu compreender a realidade de vida e trabalho dos sujeitos. Foi por meio da linguagem e dos recortes dessas memórias que costurei histórias individuais e coletivas de resistência, mas também de limitações quanto aos “campos em que pode operar a mulher e os terrenos em que pode operar o homem” (SAFFIOTTI, 1987).

A tematização sobre as atribuições sociais que delegam às mulheres a vida privada, o cuidado da casa, dos filhos e dos doentes buscou desvelar essas atribuições como processos históricos construídos. Uma metodologia que busque contribuir, por meio do diálogo entre a educação popular e os estudos feministas podem trazer significativos aportes para a transformação social, isso porque de acordo com Paulo Freire (1987), a Educação Popular valoriza os saberes e a realidade do povo para a construção de novos saberes com metodologias incentivadoras à participação e ao empoderamento dos sujeitos.

A prática de dialogar sobre a vida vivida, ao mesmo tempo em que reconstrói o passado, também intenta o íntimo de cada participante na sua singularidade e subjetividade, transformando as experiências experimentadas numa nova percepção de mundo e de vida. É pela compreensão das especificidades da realidade local e na leitura transversal das narrativas de história de vida pessoal de trabalhadores e trabalhadoras que aprendemos e saímos modificados, adquirindo, assim, novas práticas de formação, de ensino, de construção identitária – relacionando-os aos diferentes momentos de cenários sociais, político, econômico e cultural do nosso país (ABRAHÃO, 2001).

Foi nas relações intrínsecas das *rodas de conversa*, nas texturas, entre as sucatas, os tecidos e as agulhas que as vozes trouxeram forte significado pessoal. Pelo aborde teórico sobre a luta feminista que mulheres e homens tiveram a chance de rememorar situações singulares que nos tornaram o que somos.

Através dessa memória rememorada,

> [...] entrelaçamos passado, presente e futuro, pois é olhando o passado que conseguimos compreender as cicatrizes da opressão, medo e silêncio que a vida feminina é levada no paradigma sociocultural a vivenciar. É através da vida vivida que cada mulher reinterpreta os fatos do outrora no presente, dando-lhes novos significados se assim julgar oportuno (NEGRETTO & SILVA, 2017, p. 2216-2217).

Mais do que se debruçar no passado, estudar, debater, dialogar sobre a luta, a resistência e a participação de nós mulheres para a construção da sociedade e da comunidade que fazemos parte, é nos permitir também imaginar um futuro diferente com base nas experiências que já vivemos. É compreendendo as tendências e os ciclos dos acontecimentos que obtemos novas ferramentas e perspectivas para apontar soluções diferentes para valorização de todas as mulheres.

No próximo capítulo, abordaremos uma breve contextualização da história das mulheres, uma vez que estas estiveram presentes na História do Brasil, assim como em outros países do mundo ocidental, sempre a sombra de seus pais, maridos e irmãos. Colonizado por uma sociedade patriarcal, o Brasil se desenvolveu através de conceitos ambíguos, ora pelo puritanismo exigido pela religião, ora pelo desejo “incontrolável” dos homens. Entre o público e o privado a cultura do Brasil foi construída sobre pilares controversos. Compreender a história das mulheres significa refletir sobre o mundo contemporâneo e procurar interferir sobre toda forma de opressão.

CAPÍTULO 4

GÊNERO E PATRIARCADO: UM POUCO SOBRE A HISTÓRIA DAS MULHERES

Historicamente, as mulheres camponesas assim como as mulheres urbanas sofrem com a desigualdade de gênero. Desse modo, o sistema patriarcal que reforça a divisão sexual do trabalho resume a vida de muitas mulheres, tanto à dominação e exploração quanto à responsabilidade única pelos afazeres domésticos e pelo cuidado com os filhos.

A história que cabe à mulher brasileira, aqui especificamente falando da mulher rural brasileira, não se inicia com o processo de colonização, mas vem de raízes muito mais profundas resultadas de outras civilizações. Quando observamos o papel da mulher nas *polis* gregas, ele é divergente, mostrando o quanto a importância da mulher varia de acordo com a necessidade masculina. Em Esparta, por exemplo, “as mulheres só casavam caso se ajustassem perfeitamente com o companheiro. Gozavam de muita liberdade; em geral, possuíam riquezas, recebidas em herança ou conseguidas no comércio, atividade proibida aos homens” (ARRUDA & PILETTI, 1994, p. 42). “Essas atividades só lhes eram permitidas porque cabia ao homem o papel de guerreiro e defensor da sociedade. As demais atividades eram tidas como frívolas e, por essa razão, podiam ser feitas somente pelas mulheres” (MELLO, 2013, p. 130).

Histórias semelhantes não são encontradas na Idade Média, onde a mulher foi mantida em casa como um bem do qual se pode desfazer a qualquer momento, sem voz ou direitos. Esse período histórico ocorreu entre os séculos IX e XIII e estruturou-se em vastas regiões do continente europeu como forma de organização social política e econômica que conhecemos genericamente sob o nome de feudalismo. A atuação da mulher na sociedade medieval era extremamente limitada. Elas estavam subordinadas à Igreja, aos pais, aos irmãos e ao marido. Sendo nobres, eram reclusas desde muito cedo em conventos, nos quais deveriam aprender a ler e a escrever, assim como instruir-se na submissão a Deus e aos homens (BAUER, 2001). “Antes dos quatorze anos, casavam-se e, diferentemente do que podem fazer-nos acreditar as cantigas trovadorescas, quase nunca por amor, e sim por arranjos familiares feitos quando ainda eram meninas” (MELLO, 2013, p. 131).

A mulher-serva e a camponesa representavam a maior parte das mulheres no feudalismo. Elas trabalhavam nas terras para ajudar no próprio sustento e no de seus familiares, além de garantir, é claro, os trabalhos domésticos. Independentemente da classe social, o destino da mulher medieval deveria ser o matrimônio, cerimônia sacramentada pela Igreja. A mulher tinha por obrigação ser submissa ao marido e por direito ser “suportada” por ele, pois o casamento era então considerado indissolúvel perante Deus. O comportamento da mulher era vigiado de perto pelos clérigos e demais homens da sociedade, e muitas delas eram acusadas de heresia e bruxaria ao menor sinal de subversão.

Com o fim do Feudalismo, no século XIV, a Europa voltou a reagrupar-se em cidades desenvolvidas pelo comércio. Os castelos e palácios foram tomados pelos povoados por uma nova ordem social com a qual surgiu a burguesia mercantil, mas que continuava centrada nas mãos de reis. O Velho Mundo abalou-se com a “descoberta” da América e, junto com ela, os costumes e as riquezas que alterariam o poder na Europa. A Idade Moderna foi marcada por novos e velhos valores que tentaram conciliar-se nas sociedades. O “humanismo renascentista caracterizou-se pelo racionalismo, pelo equilíbrio e pela busca da clareza na apresentação dos seus principais postulados, que buscavam constituir uma nova visão de mundo” (BAUER, 2001, p. 49). Para a mulher, a Idade Moderna continuaria sendo, no entanto, uma época de reclusão. A participação feminina nos ofícios urbanos continuou restrita ao trabalho familiar, centrado nas pequenas oficinas domésticas.

Embora, no século XIV, países como França e Inglaterra tenham proibido o trabalho feminino como “desonesto e infamante”, durante os séculos XVII e XVIII, a expansão econômica na Europa permitiu à mulher trabalhar na indústria fabril, uma vez que o trabalho doméstico não tinha condições de competir com as fábricas. “Outros dois ofícios bastante ligados à mulher da Idade Moderna, eram o de ama de leite e o de parteira, tendo, no entanto, esse último que competir, no século XVIII, com os cirurgiões” (BAUER, 2001, p. 56).

Contudo, o papel da mulher como esposa e mãe ainda era exigido. Após a consolidação do capitalismo mercantil e, junto com ele da burguesia, a mulher assumiu grandes responsabilidades na sociedade moderna, mas somente no que diz respeito ao lar, ao marido e aos filhos, sendo ela considerada responsável pela felicidade familiar.

No nosso continente, o novo modelo de família patriarcal foi estabelecida por meio da conquista e colonização, que destruiu a vida das comunidades originais submetidas à servidão, e dos povos trazidos da África como escravos.

Para Anibal Quijano (2005),

> A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, consequentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (QUIJANO, 2005, p.117).

Por meio da ideia de raça produzida na América, surgiram novas identidades sociais como, índios, negros e mestiços, assim como, surgiu à denominação espanhola, portuguesa e européia. O que antes era usado apenas geograficamente como forma de identificar a origem do indivíduo passa a ser uma característica determinante para a construção de novas identidades. A ideia de raça se transformou em algo tão forte, que acabou se tornando parte integrante da subjetividade dos sobreviventes.

Essas novas identidades foram utilizadas com a finalidade de formação de hierarquias, podendo assim, estabelecer o papel de cada identidade “raça”, dentro da sociedade nesse atual padrão de dominação. Esse encontro desigual e violento entre as culturas nativas e os colonizadores, colocou as mulheres num lugar complicado de desejo e repúdio por parte da grande maioria dos homens brancos invasores. Mesmo quando as mulheres indígenas eram violentadas por homens brancos, a interpretação corrente era de que elas provocavam os homens, com sua atitude supostamente descontrolada e erótica.

A submissão, a exploração e a imposição do modelo de família patriarcal na América Latina foram fundamentais para atender o objetivo colonial de saquear e roubar para as coroas europeias. A família surge com a dissolução da comunidade primitiva. Não é por acaso que a palavra "família" se refere originalmente ao direito da propriedade privada que os ‘chefes de família’ tinham tanto sobre as pessoas, quanto

sobre os bens que eles produziam na sua casa. A "casa" surge como a primeira forma empresa privada, de propriedade do chefe da família, para a produção, troca e concorrência com as outras casas, e para o acúmulo de produto. O direito a propriedade que o “cabeça” da família exercia, implicava a herança por linha paterna, a propriedade total da mulher, bem como o domínio e confisco da força de trabalho feminina (KOROL, 2016).

Nesse processo destrutivo, o homem indígena foi utilizado pelos colonizadores para tarefas do mato, guerra e caça. Já a mulher, tornou-se amásia, dona de casa, mãe, serviçais e trabalhadoras da lavoura. Foram elas – as cunhãs (que significa mulher em Tupy) – que tornaram a vida possível. Apesar do processo de violência que sofriam, articulavam formas de comunicação entre o português e os seus filhos e filhas mestiços, adaptando e mantendo a maior parte do arcabouço cultural e tecnológico das sociedades indígenas da floresta tropical, que foi sendo incorporado ao cotidiano da vida e trabalho (PALUDO, 2009, p. 22-24).

É necessário fazer este resgate do papel da mulher índia e negra nas terras do Brasil colônia, desconfiar do silêncio dos livros e dos documentos e perceber os processos coletivos, suas dinâmicas de gênero social para tornar visível a luta e a memória dessas mulheres, pois a subsistência e resistência só se tornaram possíveis graças aos conhecimentos adquiridos em dez mil anos de convivência com a floresta tropical. Porém, não podemos esquecer que a população indígena não assistiu passivamente à ação colonial; homens, mulheres e crianças lutaram lado a lado, liderando revoltas e se rebelando bravamente contra o novo modelo social que vinha sendo imposto.

A presença dos povos africanos no Brasil data dos momentos iniciais da história do país. Provenientes de diferentes regiões africanas, os escravos eram trazidos pelos portugueses, sendo transportados em suas caravelas, vindos da África. O patrimônio cultural e civilizatório dos negros, assim como o dos índios “influenciaram a língua, os costumes, a alimentação, a medicina e a arte no Brasil”. A expansão da agricultura brasileira se deve em grande parte às negras e negros cativos. Eles possuíam técnicas “agrícolas aperfeiçoadas a vários produtos; e, com seus valores coletivos, marcaram a formação social brasileira”.

Em uma sociedade em que o poder e a vontade dos homens eram mais do que imperativos, e os desejos sexuais no casamento eram cerceados por regras morais e valores religiosos, era forte a prescrição de que a mulher branca devia ser e manter-

se virtuosa e, ao mesmo tempo, a libido dos homens era estimulada. Para tanto, as mulheres negras escravizadas, eram obrigadas a satisfazer as vontades dos senhores e de seus filhos, havendo mesmo a crença de que poderiam se curar da sífilis tendo relações com negras jovens e virgens. “Muitas mulheres negras, escravas eram prostituídas para garantir maior renda aos senhores, fatos estes que deram origem ao mito (que persiste até hoje) da negra ultra-sexualizada e sedutora” (PALUDO, 2009, p. 34-35). Sobre isso Saffioti (1987) também examina que,

> [...] embora nenhuma pesquisa haja demonstrado que a negra ou a mulata seja mais sensual do que a branca, é assim que a mulher de sangue negro é socialmente considerada. Interessa ao homem branco alimentar este mito, pois, por tradição, está habituado a ‘usar sexualmente’ negras ou mulatas (SAFFIOTI, 1987, p. 53).

A prática da amamentação também foi uma tarefa incumbida às escravas, conhecidas pela imagem das amas-de-leite ou mães pretas. Tinham a responsabilidade de amamentar os filhos dos senhores e, com isso, elas deixaram de alimentar os seus, visto que o leite era preservado para as crianças brancas.

Nessas circunstâncias históricas, “onde a terra foi disputada palmo a palmo no processo de dominação do Brasil”, por meio da “violência sistemática contra as comunidades indígenas e negras, a partir da escravidão e da exploração, que arrancava das mulheres e homens os meios de produção e destruía os modos de vida e trabalho”. A perversa concentração fundiária, por meio de grilagem de terras – ou a apropriação de terras devolutas mediante documentação forjada – regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, formalizando desse modo as bases para a desigualdade social e territorial que hoje conhecemos (MST, 2014, *on-line)*. Essas “leis” transformaram todas as trabalhadoras e trabalhadores em sem-terra, forçados ao assalariamento ou ao abandono do campo.

As histórias de luta e resistência das mulheres no decurso de luta pela terra, não mudou as relações de gênero e poder, mas a luta de classes favoreceu, para algumas delas, apropriação de instrumentos políticos e econômicos para o enfrentamento da subordinação patriarcal. Situações de conflitos e de revolta redefiniram papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, exigindo de ambos os sexos novas atribuições. Podemos perceber que em circunstâncias de conflagrações prolongadas de risco ou clandestinidade, são as mulheres que assumem tarefas econômicas na comunidade, participação e organização da defesa “militar”, função

antes desempenhada pelos elementos masculinos. Por que, então, sendo elas capazes de trabalhar em qualquer atividade para substituir os homens, devem retornar ao cuidado do lar quando se findam os confrontos? (SAFFIOTI, 1987). “Isso sem falar que existe um grande número de mulheres presentes desde os primeiros acampamentos e assentamentos que não participam da luta pela terra, o que reflete depois em pouca participação nos assentamentos” (MOUVEMENT, 2010, *on-line).*

Mesmo que no MST estejam presentes discussões sobre a opressão de classe e de gênero e, que o Setor de Gênero do MST[20] busque organizar comissões de mulheres de dentro da organização para discutir problemas específicos relacionados à discriminação das mulheres e à luta contra o machismo; propondo atividades, ações e lutas que contribuam para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres. Ainda existem desafios a serem superados, uma vez que, para muitas mulheres assentadas ter a oportunidade de estar presente nesses espaços e participar do processo de mudança, existe muita diferença e um longo caminho a ser trilhado. Pesquisar questões de gênero, sobretudo no contexto do cotidiano da mulher camponesa, possibilita conhecer a realidade dos assentamentos não unicamente sob enfoque socioeconômico, mas também nas relações estabelecidas no dia a dia desses assentamentos que além de moldarem as vidas existentes no local, também repercutem na esfera pública. Ao pesquisar a estrutura organizativa de um assentamento, vêm à tona os diferentes tipos de opressão que mulheres, crianças e jovens vivenciam.

A influência que o patriarcado causa no grupo familiar é visível na vida dessas famílias. Adolescentes desses assentamentos, frequentemente migram para as cidades, devido o autoritarismo do pai e a submissão “intrínseca” da mãe frente à opressão e violência de gênero. O fascínio dos mais jovens pela cidade (visto como lócus do desenvolvimento) tem a ver com a busca de uma vida pessoal mais livre e por autonomia financeira. Aqueles que escolhem permanecer no campo encontram-se em meio a um complexo jogo de forças: motivações pessoais, pressão social e familiar, falta de melhores opções (SILIBRANDI, 2004, p. 125-126).

[20] A construção do setor de Gênero e a participação das mulheres no MST - No I Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, foram aprovadas, dentre as normas gerais, a organização de comissões de mulheres dentro do MST para discutir problemas específicos, o estimulo à participação das mulheres em todos os níveis de atuação, instâncias de poder e representatividade, assim como combater toda a forma de discriminação das mulheres e a luta contra o machismo. A necessidade de envolver o todo da organização neste debate culmina na criação do setor de Gênero no Encontro Nacional do MST em 2000 (MST, 2014).

As condições de sustentação econômica da mulher rural dentro dos assentamentos pesquisados, também é assunto relevante a ser problematizado; a autonomia financeira se dá de acordo com as condições de acesso aos meios de produção (trabalho na propriedade, feiras, arrendamentos de terra etc.), porém, de uma forma geral, percebe-se que essa autonomia só é possível de acordo com as relações de gênero que estruturam o ambiente familiar, sendo que na maioria das vezes é o homem quem decide o destino da renda. De acordo com os dados coletados[21] de 2013 até 2017, 90% das 40 mulheres camponesas pesquisadas declaram não se identificarem como trabalhadoras, sobretudo porque realizam tarefas secundárias com relação aos produtos economicamente mais importantes para a conformação da renda familiar. Ainda que seu trabalho cotidiano inclua a elaboração de produtos que são vendidos e geram receitas para a propriedade (seja não transformados, como ovos, pequenos animais, verduras etc.; seja artesanais, como pães, doces, conservas), raramente elas consideram essas tarefas como trabalho remunerado.

A busca pela *autonomia financeira* influencia muito a vida das mulheres. O desejo em conquistar uma renda pessoal, foi o primeiro tema a ser indagado pelas pesquisadas. A busca por liberdade econômica, trouxe muitas reflexões importantes para vida e para o trabalho realizado pelas mulheres em todas as instâncias. Para João Pedro Stédile, economista, ativista, escritor brasileiro e uma das mais importantes lideranças políticas do MST, não há dúvidas sobre a importância de a mulher conquistar sua autonomia financeira. [...] “quando a mulher camponesa se emancipa financeiramente, quando ela tem a oportunidade de ter seu próprio dinheiro, ela não aceita mais desaforo do velho (companheiro) dentro de casa!”[22] (STÉDILE, 2017).

Porém, se pensarmos em autonomia como capacidade da mulher de se guiar pelas próprias pernas, se autorregular, estaríamos afirmando uma liberdade ilusória, já que ninguém consegue ser livre vivendo num sistema social capitalista que oprime. Para que a mulher possa construir uma autonomia verdadeira, precisamos aproximá-la do conceito de emancipação. Para Paulo Freire (1987), só se é emancipado *de* algo

[21] Dados de Pesquisa (2013 – 2017). Projeto de extensão UFPel “Trabalho Artesanal com Mulheres do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST”.
[22] Entrevista concedida para a presente pesquisa de mestrado em 02 de dez, de 2017 em ocasião do evento 20 anos BIONATUR Semente Agroecológicas. (C. Negretto, Entrevistador) Candiota/Assentamento Roça Nova - Região da Campanha, RS, Brasil.

quando a prática política tem a ver com a condição da vida social na luta por ações que libertem os sujeitos da dominação. Essa libertação só é possível a partir da construção da conscientização crítica e desconstrução do discurso dos sistemas de opressão. Ser emancipada, portanto, significa necessariamente ser livre de um sistema que oprime.

Nesse contexto, reflexões se fazem latentes a respeito da participação e do papel da mulher assentada nos espaços de decisão, na divisão sexual do trabalho e nas implicações que rebatem na temática de gênero pela construção da *autonomia*, *emancipação e empoderamento*. São poucas as mulheres que têm oportunidade de viajar e participar de atividades de estudo e formação política, muitas são mães e precisam conciliar as atividades de estudo com as dores e prazeres da maternidade, por isso o nível de aproveitamento dos conteúdos muitas vezes é menor. Sem contar que, para as militantes que são casadas é preciso travar uma luta na família com o companheiro, para conseguir participar de cursos mais prolongados. Ainda é muito presente a chamada dupla moral, que garante aos homens o direito de ser livre mesmo depois do casamento e a mulher tem que ser sempre “protegida” pelo pai, irmão, ou marido, por isso não fica “bem” uma mulher decente ficar viajando sozinha (MOUVEMENT, 2010, *on-line).*

A organização de espaços que proporcionem reflexões sobre as questões de gênero, os papéis sociais atribuídos as diferentes categorias de sexo, trabalho e empoderamento feminino, auxilia na teorização da luta feminista em todas as ações que as mulheres venham desenvolver ao longo da vida, desde a manutenção da casa, educação das crianças, e cultivo dos campos.

A luta das mulheres não diz respeito apenas a elas, mas também aos homens. Os homens também são oprimidos pelo modelo capitalista. O sistema oprime o ser humano que existe nele. O próprio modelo de “machão” dificulta o ser humano sensível, solidário, capaz de erros, de ser gente. E, sem dúvida, os homens também sofrem com o gênero, pois se lhes nega a capacidade de serem sensíveis, de mostrar sentimentos, a afetividade (CARTILHA DO MST, 1998).

O preço pago pelo homem para dominar a mulher extravasa largamente o terreno econômico. Para agir como *macho* representado na ideologia dominante o homem deve aceitar, ainda que inconscientemente, sua própria castração. Verificamos essa afirmação, nas próprias dimensões da vida, quando consideramos o *macho* como *o provedor das necessidades da família.* “Ainda que sua mulher

trabalhe remuneradamente, cabe ao homem ganhar o maior salário e desincumbir a função de chefe. Quer seja o único provedor, quer seja o principal, não lhe é permitido fracassar". (SAFFIOTI, 1987, p. 24). Mas como exigir que todos os homens tenham sucesso econômico? Como impor-lhes a necessidade de ganharem seu próprio sustento e de toda a sua família? Como responsabilizá-los se fracassarem? Sem dúvida, é demasiadamente pesado o fardo masculino de *provedor do lar.* Quantos homens não perdem o desejo de viver em face da impossibilidade de cumprir o destino que a sociedade os reserva? Quantos não se tornam alcoólatras ao cabo de longos períodos de buscas infrutíferas de emprego? Quantos não se tornam impotentes pela impossibilidade de desempenhar funções de *macho*, segundo reza a cartilha das classes dominantes? (SAFFIOTI, 1987, p. 25). A ideologia dominante acarreta em grandes problemas psicológicos, tais como depressão, ansiedade, baixo bem-estar psicológico e autoestima baixa.

Por muito tempo o movimento feminista não reconheceu esse fato. Faz poucas décadas que estão apontando essa realidade. Os homens diante dos avanços das mulheres se sentem inseguros, sem identidade, contraditórios, se angustiam com a perda do papel. O homem não deixou o espaço público e adotou o espaço doméstico porque esse caminho inverso é desvalorizado. E nos perguntamos: que tipo de mulher e homem queremos criar? (CARTILHA, MST, 1998).

Assim como as mulheres, os homens podem ir muito além do papel de provedores financeiros. Ser macho não significa apenas ter êxito econômico. A busca por poder, dinheiro e ascensão social numa sociedade competitiva implica êxito de alguns e fracasso de muitos. Romper com a cultura do macho dominante é mostrar que essa construção sobre o que é ser macho e irreal pertence ao terreno da fantasia. Será que é possível, na prática, se colocar à prova o tempo todo sem nunca ficar em dúvida ou jamais desistir?

Ao macho estão sempre associados valores tais como força, razão, coragem. É considerado macho se for capaz de disfarçar, inibir e sufocar seus sentimentos, pois "Homem com H não chora". Quantos homens tiveram que engolir suas lágrimas diante da tristeza, da angústia, do luto, em nome desta conduta! Pesquisas demonstraram que as glândulas lacrimais de determinados homens chegam à atrofia, em virtude do desuso. Homens que nunca choram deixam de produzir lágrimas, assim como um rádio que nunca é usado, estraga-se (SAFFIOTI, 1987, p. 25-26).

As mudanças no comportamento masculino, que só será possível na medida em que os homens entenderem que também é prejudicado pelas discriminações praticadas contra as mulheres. Quando de fato essa interpretação das relações tornarem-se tangíveis, “a supremacia masculina estará ameaçada. E com ela estarão também o duplo padrão moral que alimenta a família burguesa, a própria família, o domínio dos poderosos” (SAFFIOTI, 1987, p. 7). Deixar de lado regras e modelos que funcionam apenas como ferramentas de opressão e buscar aquilo que faz mais sentido para quem somos (ou pretendemos ser) é o que nos permite sermos homens e mulheres por inteiro. Não queremos só igualdade de gênero, queremos modificar todos os esquemas, fazer da competitividade uma característica tanto de homens como de mulheres, sem que este sentimento se sobreponha à ternura ou a capacidade de ser paciente diante dos que são diferentes, queremos aceitar a diversidade, aprender a conviver com ela, queremos construir novos valores, queremos criar a mulher e o homem novo. Discussão de gênero não é assunto só de mulheres, é também dos homens (CARTILHA DO MST, 1998).

Para construirmos uma sociedade verdadeiramente justa, precisamos de uma Educação que seja capaz de desorganizar as relações de poder de forma subversiva e revolucionária, considerando o valor da subjetividade na criação histórica e o valor dos corpos inscritos nos territórios (KOROL, 2007). A educação popular feminista se constitui ao assumir o enfrentamento às estruturas opressoras, mas também em construir formas de resistências. Para a construção e conscientização, se faz urgente o conhecimento das histórias das mulheres, pois a valorização das várias vozes, sendo o diálogo sua dinâmica problematizadora, faz com que todas e todos sejam protagonistas, igualmente falantes e ouvintes, capazes de expressar diferentes saberes, possibilitando a conscientização da sua posição no mundo.

4.1. Problematização do trabalho rural das mulheres assentadas como extensão do trabalho doméstico

Já se sabe que as mulheres, tanto do campo como da cidade tem carga de trabalho diferenciada. As atividades desempenhadas pelas mulheres são, em sua grande maioria, duplas e até triplicas se comparada à dos homens. Na divisão sexual do trabalho no campo, cabe a elas a produção de alimentos para o consumo da família, através de pomares e reprodução de pequenos animais. Elas também

participam de atividades relacionados ao processamento, preservação e comercialização de produtos agrícolas que geralmente são vendidos em feiras locais. No caso das mulheres rurais, quando falamos trabalho invisível, não estamos apenas nos referindo ao trabalho doméstico não pago, mas também ao que poderia ser considerado como um trabalho produtivo estrito, que, no entanto, não está registrado em contas nacionais porque é considerado como uma extensão das tarefas de reprodução biológica e a reprodução da força de trabalho. O cuidado das hortas, dos animais, das sementes, da colheita de frutas, a busca de água, tornam-se parte de tarefas não pagas e consideradas não produtivas, embora forneçam comida, e façam as condições de sobrevivência de milhões de pessoas no mundo (KOROL, 2016).

Outro fator angustiante por parte das assentadas é o pouco caso, ou o que podemos chamar de desrespeito, que os membros da família têm em relação ao trabalho realizado pelas mulheres. É o que relata abaixo uma das entrevistadas:

> *E o pior de tudo é quando mal terminamos de passar o pano no chão e o marido entra dentro de casa, com o piso ainda molhado, as botas sujas de lama e acaba sujando tudo de novo. E a gente diz: não entra assim desse jeito, vai sujar tudo, está tudo tão limpinho.... É o mesmo que falasse: Entra, suja tudo! (Assentada M, 2015).*

O desprestígio do serviço doméstico é interpretado por alguns autores (MEDEIROS & SABBATO, 2008) pelo fato de ser este um trabalho reprodutivo. É um trabalho repetitivo, feito à mesma maneira, todos os dias, sem nunca chegar ao produto final, ao contrário do trabalho produtivo realizado pelo homem, cuja etapa final produzirá algum rendimento que garantirá a prosperidade da família. Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 599).

Algumas mulheres camponesas, assim como algumas mulheres urbanas, veem a organização da divisão sexual do trabalho como algo já naturalizado, mesmo que se queixem do excesso de trabalho doméstico. Esse pensamento pode ser

justificado pela ideologia naturalista que a sociedade utiliza para diferenciar e hierarquizar as atividades e, portanto, os sexos em suma para criar um sistema de gênero. Para aquelas que participam mais ativamente da vida pública, igualmente não compreendem o processo que possibilitou a chegada delas ao nível em que se encontram e acreditam que a decisão de participar ou não dos espaços públicos esteja atrelada à opção pessoal e não às limitações de gênero (GARCÍA, 2004). Para a pequena parcela de mulheres que consegue tomar consciência da "opressão" à qual estão submetidas, existe à denúncia de que o casamento impede a mulher de se libertar do serviço doméstico. É o que relata uma das integrantes:

> *Temos um grupo de mulheres que vem se fortalecendo a cada dia... Tenho recebido muitos elogios que minha postura vem mudando ao longo dos meses depois que comecei a participar ativamente nas oficinas de artesanato e nas feiras da agricultura familiar, me disseram que estou mais altiva, olhando mais de cabeça erguida, para o horizonte... por conta disso fui convidada para ser a porta voz do grupo, representando as mulheres nas reuniões com a equipe do Incra... quando contei para meu marido já ficou enciumado"* (Assentada Z, 2015).

Não obstante todas as diferenças que tornam a vida de mulher mais ou menos difícil, a responsabilidade última pela casa e pelos filhos é imputada ao elemento feminino; tornando evidente "que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno" (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 597). É clara a atribuição, por parte da sociedade, do espaço doméstico à mulher. A sociedade investe muito na naturalização deste processo. E tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é "natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, ai compreendida a socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber e dar à luz" (SAFFIOTI, 1987, p. 09).

Essa função social que é delegada à mulher camponesa, na maioria das vezes, as afasta das decisões importantes dentro da comunidade, isso porque a exaustão em decorrência da sobrecarga de trabalho doméstico e atividades do lote causa desinteresse e, consequentemente, diminuição da participação feminina dentro da comunidade. As que conseguem vencer o esgotamento físico, enfrentam ainda mais dificuldade, travando lutas diárias com os companheiros para poder participar da vida

pública. É o que relata uma das participantes: "*Há dias que meu pai não deixa de jeito nenhum minha mãe vir comigo para as oficinas... ele diz que ela tem que ajudá-lo na lavoura e ponto final... se eu ficar esperando demais por ela, acabo eu por não vindo*" (Assentada A, 2016).

É pertinente questionar por que, nós mulheres continuamos sendo inferiorizadas, desvalorizadas e oprimidas? Seria o mero fato de a mulher deter em geral menos força física que o homem? Os fatos históricos indicam que não, podendo citar aqui fatores ligados aos conflitos no campo (Brasil). No momento em que a luta se torna intensa, mais aguda, com maiores confrontos, aumenta a incorporação das mulheres nas fileiras de combate. Elas combatem igualmente com todos os métodos de luta: legal, ilegal, pacífico, violentos. Mas por que, quando a luta entra na fase de negociações, da consolidação, à tendência é fazer com que as mulheres voltem para os padrões anteriores. O processo de *naturalização* da discriminação contra a mulher é exclusivamente sociocultural. Mas como romper com as raízes do patriarcado? Acreditamos que essa resposta está nas mudanças das relações sociais.

Os estudos acadêmicos com a perspectiva de gênero influenciaram uma nova visão sobre a mulher e a divisão sexual do trabalho. A incorporação do conceito de gênero nos debates e nas rodas de conversa conseguiu de acordo com Furlin (2013),

> "[...] explicar os comportamentos e papéis assumidos por mulheres e homens na convivência social, bem como compreender os problemas e as dificuldades que as mulheres enfrentavam na vida política, social, profissional e familiar" (FURLIN, 2013, p. 257).

Na medida em que essa construção intelectual foi tomando forma, a categorização *ajuda prestada ao marido* também começa a inquietar, abrindo espaço para problematizar e construir importantes reflexões sobre o trabalho feminino. Identificou-se que essa *ajuda,* não expressa uma simples tarefa realizada esporadicamente, mas significa que a mulher desenvolve as mesmas atividades que o homem, inclusive apresentando muitas vezes maior produtividade que ele, todavia, a legitimação da ideologia naturalista da "inferioridade" é tão grande que faz crer que a mulher é inferior.

Luiz Felipe Miguel traz uma análise em seu texto, denominada *Política de Interesses, Política do Desvelo: Representação e Singularidade Feminina* (2001), onde ele explica que a sociedade patriarcal vigente justificou, ao longo de décadas, a

exclusão de mulheres da vida pública. Nesse estudo, o autor traz o pensamento de três principais autores contratualistas do século XV, XVI e XVII que ilustram diferentes estratégias para a justificação da exclusão feminina da vida política. Thomas Hobbes (1993, p. 130-137), por exemplo, não reconhece a mulher apenas como progenitora, mas naturaliza sua capacidade de dar à luz como um processo de fragilização do sexo: “a maternidade fragiliza a mulher, que passa a ser responsável pela segurança de outro ser, indefeso. Isto permite que o homem a domine, pela força. Para garantir a própria vida, mãe e filhos se submetem à autoridade do homem”.

Para John Locke (1999, p. 454-455), as mulheres abdicam de seus direitos no momento em que contraem o matrimônio, do mesmo modo que o trabalhador faz quando assina um contrato de trabalho. Ele ainda enfatiza que esta alienação contratual é o resultado vivo de uma racionalidade inferior e que, portanto, mulheres e trabalhadores estão inaptos para a participação da vida pública.

Jean-Jacques Rousseau (1992, p. 405) vai mais longe para justificar a exclusão das mulheres na esfera pública. Baseando-se em diferenças intrínsecas dos gêneros, em seu romance pedagógico denominado *Emílio*, ele afirma: “Consultai o gosto das mulheres nas coisas físicas e que se prendem ao julgamento dos sentidos; o dos homens nas coisas morais e que dependem mais do entendimento [...] Quando as mulheres forem o que devem ser, elas se limitarão às coisas de sua competência e julgarão sempre bem”. Essa força ideológica que inferioriza as mulheres “é tão grande, que até aquelas que trabalham na enxada, apresentando maior produtividade que os homens, admitem sua “fraqueza”. Estão de tal maneira imbuídas desta ideia de sua “inferioridade” que se assumem como seres inferiores aos homens (SAFFIOTI, 1987, p. 12).

Desse modo, a sociedade estabelece estrategicamente os papéis sociais que cada indivíduo deve representar, dentro de um único modelo de família aceitável; sendo este mononuclear, composto por uma mãe, um pai e poucos filhos, de preferência um casal. E espera que todas as pessoas cumpram o seu papel, sendo a mãe responsável por garantir a manutenção de quase todas as tarefas domésticas – cozinhar, cuidar da roupa, limpar a casa – trabalho essencial para existência e reprodução de todas as pessoas da casa. Porém, este também é um trabalho não pago, que serve para baratear o custo da reprodução da força de trabalho. Basta ver o custo exorbitante da comida pronta e da lavagem de roupa lavada na lavanderia para se ter uma ideia desse barateamento.

Para nos ajudar a refletir sobre os papéis específicos e articulados das instituições sociais na reprodução da dominação masculina, buscamos a contribuição de Pierre Bourdieu (1999). Segundo ele,

> O trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem (BOURDIEU, 1999, p. 103).

A escola também é um agente socializador e isto significa que junto com o conhecimento, a escola transmite valores, atitudes e preconceitos. Isso ocorre, por exemplo, quando as atividades são diferenciadas para meninos e meninas, ou quando reforça estereótipos “meninas não devem usar shorts, porque desperta a libido masculina” ou “fulano apresenta um comportamento afeminado, isso atrapalha a aula com os meninos ‘normais’”, “comporte-se como um menino / comporte-se como uma menina”.

Ainda Segundo Bourdieu (1999),

> [...] a Escola, mesmo quando já liberta da tutela da Igreja, continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança) e sobretudo, talvez, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas, entre as diferentes faculdades, entre as disciplinas ('moles ou duras'), entre as especialidades, isto é, entre as maneiras de ser e as maneiras de ver, de se ver, de se representarem as próprias aptidões e inclinações (BOURDIEU, 1999, p.104).

Os livros didáticos similarmente reproduzem e reforçam a desigualdade dos sexos, apresentando estereótipos de um modelo ideal de família, reforçam a diferença de classe e de raça. Nos livros as famílias quase sempre são brancas, o pai é bem sucedido no emprego e a mãe é quase sempre representada como dona de casa com um avental, cozinhando ou cuidando da casa e dos filhos. O menino está quase sempre brincando ao ar livre, com bolinhas de gude, carinhos, bicicleta ou bola. A menina é representada no ambiente privado brincando com bonecas ou com coisas menos interessantes. Tudo isso reforçam preconceitos e dividem tarefas e lugares para ambos os sexos.

Referindo-se a forma como o livro didático é concebido, Oliveira (2011) diz:

> Percebe-se que a forma como o livro-didático é concebido e que assim se faz chegar às escolas, nada mais nada menos se constitui como um retrato das concepções de mundo imaginadas pelos membros da sociedade civil: preconceitos, tabus, usos e costumes, práticas e vivências são todos assim retratados pelo livro-didático. (OLIVEIRA, 2011, p.141)

Se as questões de gênero forem tratadas superficialmente pelos livros didáticos, continuaremos a reproduzir representações das mulheres em papéis já naturalizados pela sociedade dominante, como dona do lar, mãe e boa esposa. Não se dará dessa forma, um espaço para a Mulher se ver como sujeito histórico e que produz História.

Tomar consciência, fazer reflexões e debater com outras mulheres, é um ato de coragem e rebeldia contra os padrões vigentes. Porque as/os que pensam como a maioria fazem de tudo para ridicularizar e diminuir a luta contra a opressão e o empoderamento feminino. É somente pela tomada de consciência e reflexão sobre a opressão de gênero que não só a mulher, mas também o homem pode transformar e mudar a realidade imposta.

A reconstrução de um novo homem e de uma nova mulher, objetiva contrapor o modelo eurocêntrico do fazer histórico, onde durante séculos o trabalho e a participação das mulheres nos espaços públicos e privados foi invisibilizado e marginalizado. Refletir sobre o trabalho feminino e suas contribuições para subsistência e preservação da espécie humana ao longo de séculos de exploração, implica recuperar a história de nossas ancestrais, denunciar e superar as opressões vivenciadas. Buscamos trabalhar a consciência de que é preciso mudar as relações que qualificam e redimensionam a tripla jornada de trabalho feminino nos assentamentos, inteirando esse paradigma cultural como um componente das relações sociais no capitalismo patriarcal.

4.2. A Educação Popular e os Estudos Feministas: Contribuições para a transformação social

Nós, Mulheres, fazemos indagações, nós oferecemos respostas sobre essas indagações e fazemos novas perguntas sobre as respostas que oferecemos; isso tudo para entender, afinal, em que mundo nós vivemos, qual é nosso papel, como chegar

a uma concepção adequada de mulher. Diante disso, percebemos que os homens não têm toda a verdade em suas mãos, não têm respostas para tudo e, assim como nós, mulheres, eles, os homens, também desconhecem o futuro. Então nós, mulheres, juntamente com os homens, somos seres inconclusos. A expressão que Paulo Freire usa em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1987) é que esse "homem inconcluso" está em constante movimento de busca.

É importante estar claro que nós, mulheres, e eles, os homens, somos conscientes de nossa inconclusão. Nós, mulheres e homens, somos sujeitos inacabados, históricos e sociais. Somos seres que precisam agir sobre a natureza para garantir nossa subsistência e, consequentemente, competirmos nesse cenário com outros grupos, gerando a desigualdade social e a desigualdade de gênero.

A desigualdade social e de gênero é resultado de uma sociedade de lutas de classes historicamente construída. Tudo o que acontece na nossa vida, em termos sociais, não é determinado pela natureza. A natureza não estabeleceu regras determinando que algumas pessoas nascessem mais pobres e outras mais ricas, algumas com mais prestígio e outras com menos prestígio. A natureza não criou posições desiguais entre homens e mulheres, nem determinou os campos em que podem operar os homens e os campos em que podem operar as mulheres. Isso tudo é construção histórica da sociedade da qual pertencemos. "É preciso atentar para o processo inverso, que consiste em *naturalizar* processos socioculturais. Quando se afirma que é *natural* que a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, *naturalizando* um resultado da história" (SAFFIOTI, 1987, p. 11).

Por sermos sujeitos históricos, não paramos de nos construir e reconstruir. Esse é um movimento constante, de inconclusão de nós mesmos, porém, quais são as possibilidades dessa mulher e desse homem inconcluso? Segundo Paulo Freire (1987), são duas: a humanização e a desumanização. Se vou falar de humanização, tenho que entender que essa é a vocação tanto do homem como da mulher. A vocação desses dois sexos é viver uma vida humanizada. Mas, se olharmos ao nosso redor, nos noticiários, na sociedade em que vivemos, existe humanização? Todas as pessoas estão prontas para ajudar umas às outras? Todas têm em mente essa necessidade? As pessoas estão abrindo mão de seus excedentes para fazer com que as pessoas que não têm nada possam ter alguma coisa? Homens e mulheres estão tendo os mesmos salários pelas mesmas funções desempenhadas? Patrões

“estão cumprindo a legislação trabalhista que proíbe despedir empregadas em razão de casamento, gravidez etc?” (SAFFIOTI, 1987, p. 20). Não, não é isso que está acontecendo. Apesar de a humanização ser a nossa vocação, ela é negada. Nós, mulheres e homens, apesar de termos vocação para humanização, construímos um cenário de desumanização em que a humanização é negada na vida concreta e na vida material. E a humanização? É uma possibilidade, mas não é vocação; é só uma possibilidade.

Na sociedade em que vivemos, existem homens dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens. Isso equivale a dizer que o patriarcado, sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira (SAFFIOTI, 1987, p. 16).

A desumanização é um fato concreto. Vivemos com ela; nós a vemos todos os dias, mas o que precisamos entender é que ela não é um destino que foi dado à mulher nem ao homem. É resultado de uma sociedade injusta, de uma ordem injusta. E essa ordem injusta foi construída pelo opressor, pelos opressores. Essa ordem injusta é a ação violenta dos opressores sobre os oprimidos.

> A divisão da população em classes sociais, profundamente desiguais quanto às oportunidades de “vencer na vida”, representa outra fonte de dominação, considerada absolutamente legítima pelos poderosos e por aqueles que se proclamam neutros, o mesmo se passando com as diferenças raciais e ou étnicas [...]. De modo geral, contudo, a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando também presente no campo da discriminação racial. Ainda que a supremacia dos ricos e brancos torne mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na “ordem das bicadas” é uma mulher [...] (SAFFIOTI, 1987, p. 16).

A existência dessa desumanização faz com que a luta pela humanização tenha sentido, visto que a realidade que se propõe é hegemônica, é de opressão. Existe um opressor ditando regras. Uma em três brasileiras é vítima de violência. Segundo a pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil”, realizada pelo Datafolha, uma a cada três brasileiras com 16 anos ou mais foi espancada, xingada, ameaçada, agarrada, perseguida, esfaqueada, empurrada ou chutada. De cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras (Ipea); isso sem falar sobre a violência

no campo. Na série histórica de 1985 a 2016, houve 1.387 assassinatos no campo, com um total de 1.834 vítimas. Em 2016, foram registrados 61 assassinatos em conflitos no campo, o que equivale a uma média de cinco assassinatos por mês. Desses, 13 foram de indígenas, quatro de quilombolas, seis de mulheres, 16 de jovens com idade entre 15 e 29 anos, sendo um adolescente. Nos últimos 25 anos, o número de assassinatos só foi maior em 2003, quando foram registrados 73 casos. Esses e outros dados compõem o Relatório de Conflitos no Campo Brasil 2016, da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Então falar em luta de classes para superar essa violência é algo que tem um significado, é algo que faz sentido. Por quê? Porque nós construímos a sociedade concreta, histórica. Isso quer dizer que, se num determinado momento construiu-se desigualdade, precisamos agora superar isso (FREIRE, 1987). Como afirma Saffioti (1987),

> Desta sorte, a curto prazo, a luta por uma sociedade justa beneficiará, na medida de seu sucesso, as categorias sociais discriminadas, que sofrem mais brutalmente a dominação-exploração. Mas não só mulheres e negros colheriam os frutos desta luta. Também os homens brancos, pobres e das classes médias teriam ampliado o campo do prazer em suas vidas. Ou seja, eles desfrutariam do prazer proporcionado pelas relações simétricas, de igual para igual. Em poucas palavras, eles encontrariam o verdadeiro sentido da vida, que reside na partilha. O prazer, assim, deixaria de existir pela metade, porque vivido solitariamente, para existir por inteiro, na sua plenitude (SAFFIOTI, 1987, p. 98).

Desconstruir a realidade desigual e reconstruir uma realidade de igualdade entre as classes e equidade entre homens e mulheres é a ideia da educação popular feminista. A existência da discriminação como processo desumano dá sentido à luta pela transformação social, contra as injustiças praticadas no campo e na cidade, principalmente as que vão em direção às mulheres, às mulheres negras, enfim à todas as pessoas que se sentem oprimidas.

Para a Educadora Popular Cláudia Korol (2007), existe oportunidade de recuperar e recriar um novo modelo de sociedade,

> [...] colocando ênfase na nossa experiência pedagógica política nas batalhas pela liberdade, não apenas no além desejado, mas em nosso própria cotidiano. A nossa luta como "prática da liberdade" não se limita a um discurso contra as formas opressivas e repressivas do Estado burguês e patriarcal, de suas instituições de reprodução da cultura colonizadora, androcêntrica e colonizadora. É acima de tudo possibilidade de um exercício

> material e subjetivo de luta contra a alienação, contra a mercantilização de nossas vidas, a privatização de nossos desejos, a domesticação de nossos corpos, a negação sistemática de nossos sonhos, a mutilação de nossas rebeliões, a invisibilidade de nossos traços, o silenciamento da nossa palavra, e a desvelada repressão de nossos atos subversivos (KOROL, 2007, p.16, *tradução nossa*).

A partir do diálogo entre a experiência de educação feminista e a concepção pedagógica de educação popular freireana, alimentado pelas teorias feministas que explicam a situação das mulheres, desenvolve-se um conjunto de elementos que podem ser sistematizados para esta perspectiva educacional que estamos legitimando. A indispensabilidade das nossas práticas enquanto educadoras e educadores popular requer a dialogicidade no ato político-educativo de ouvir as mulheres, os homens, às crianças e as pessoas mais velhas. Acredito que essa é a chave fundamental para construção do conhecimento na prática educativa a partir de experiências cotidianas. Enxergar à vida na visão dos sujeitos e sujeitas como indivíduos de conhecimento e de ação política transformadora de suas vidas e do mundo, dispensa lugares formais.

A escola não é o único lugar onde nos educamos ou onde podemos construir conhecimento. Se a educação é obtida ao longo da vida, isso quer dizer que ela vai muito além do que se aprende na escola. Ela é constante e se dá em todos os tempos e espaços e com todas as pessoas com as quais convivemos.

Sobre os processos educativos Silva (2009) diz,

> Os processos educativos acontecem também, [...] no movimento social, no processo produtivo, na família, enfim, na convivência cotidiana com vários grupos, nos quais participamos no nosso dia a dia. Isso nos remete à convicção da diversidade das práticas educativas, o que significa que essas práticas são muitas e que elas acontecem em vários lugares. Desse modo, não podemos reduzir as práticas educativas exclusivamente às escolas (SILVA, 2009, p.114).

Independente do lugar, que nós educadoras e educadores popular estivermos, a questão fundamental é definir o objetivo e o tema dos processos emancipatórios. É necessário retornar às definições que propõem a educação popular como uma pedagogia das oprimidas e dos oprimidos, e não pelos oprimidos e oprimidas (KOROL, 2007). Para isso como afirma Moraes (2018),

> O feminismo dentro da perspectiva da educação popular deve promover a redefinição da teoria política e da teoria social e colocar em xeque a neutralidade de categorias consagradas nesses campos teóricos, que se

> estabeleceram, até então, a partir de um caráter universal, invisibilizando e excluindo as questões da esfera privada e doméstica que estão diretamente relacionadas às mulheres, distanciando-as do acesso à cidadania e à justiça social. A teoria feminista deve estar presente para reforçar que as transformações sociais nas relações de gênero, classe e raça, somente serão possíveis se houver mudanças nas relações hierárquicas e opressoras da esfera pública.
> A teoria crítica feminista tem a missão de fortalecer a luta das mulheres enquanto sujeitas políticas de direitos, que se materializa pelo direito à fala, a terra, à água, ao território, no acesso às políticas públicas e no processo de autodeterminação de seus corpos, na luta por autonomia, na construção de outras formas de economia, pelas relações de solidariedade, reciprocidade, pela prática do cuidado, amorosidade e sororidade, pela construção de outros mercados, no reconhecimento dos bens comuns como indispensáveis à vida, à natureza como nossa mãe e irmã, aos saberes descolonizados e ecológicos e assim na luta contra todas as formas de violências (MORAES, 2018, p.13).

Mais adiante Moraes (2018), falando sobre a possibilidade para uma transformação social:

> Entendemos que a transformação social só poderá ocorrer de forma eficaz, via processos educativos, populares e coletivos. Para tal, é fundamental que nós mulheres consigamos transformar o conhecimento existente sobre nós mesmas e sobre a realidade a partir das lentes dos feminismos, das nossas experiências e especificidades, criando e nos apropriando de métodos e procedimentos que se aproximem da nossa maneira de ser e estar no mundo (MORAES, 2018, p.13).

4.3. Uma Educação Popular Feminista para a humanização

A luta da mulher camponesa é contra o capital, pela Reforma Agrária e contra toda forma de violência contra as mulheres. O primeiro passo para se lutar é identificar quem é o opressor. Isso dá sentido ao processo de desalienação das categorias sociais discriminadas. Num sistema social desigual capitalista e de classe, o opressor segundo Paulo Freire (1987), é o *desumanizado,* ou seja, aquele que se sobrepõe a alguém e justifica o seu poder, a sua influência, a sua capacidade, os seus privilégios, os seus benefícios, sua renda, seu poder na sociedade. “Para os opressores, o que vale é ter mais e cada vez mais, à custa, inclusive, do ter menos, ou nada ter dos oprimidos” (FREIRE, 1987, p. 25).

A violência dos opressores, que os faz desumanizados não instaura outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. “Somente os oprimidos, libertando-se, podem libertar os opressores” (FREIRE, 1987, p.24). Libertação

segundo Freire, significa libertar-se do processo alienante do opressor, libertar-se das desigualdades, das imposições, do poder colocado sobre o oprimido.

Num movimento dialético contra a opressão sofrida pelas classes menos privilegiadas, podemos afirmar que, para o MST sempre esteve presente o desafio da participação e do envolvimento de toda a família no processo de luta pela terra: homens, mulheres, jovens, idosos e crianças são todos e todas protagonistas de sua própria história (MST, 2014). É verdade também, que para muitas oprimidas o MST foi e é a possibilidade de se libertar de várias formas de opressão e se afirmar como mulheres e como trabalhadoras. Porém, dentro dessa movimentação política e social da luta pela terra, existem lacunas obscuras, desfavoráveis e antidemocráticas que passam despercebidas e naturalizadas pelos próprios processos socioculturais na análise de gênero e da divisão sexual do trabalho.

Se, num primeiro momento, os oprimidos e oprimidas do campo desvelam e reconhecem esse mundo opressor e se comprometem na prática a transformá-lo, num segundo momento, essa transformação da realidade é manca, é cocha, é pela metade. Por quê? “Ora, porque não é legítimo defender a cidadania plena para homens, deixando de lado as mulheres” (SAFFIOTI, 1987), *naturalizando* o espaço doméstico como sendo da mulher e deixando o espaço público livre aos homens.

> A defesa dos direitos de cidadão para uns e não para outros prejudica o próprio exercício destes direitos por parte daqueles que os detêm. Como pode uma pessoa exercer seus direitos de cidadão sem respeitar os direitos de cidadão do outro? Como todo direito implica responsabilidades, ou seja, dever, a verdadeira cidadania só pode existir numa sociedade em que todos, absolutamente todos, gozem dos mesmos direitos e tenham as mesmas obrigações. Logo, ela é impossível nas sociedades regidas pelo patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987, p. 109).

Para se aprofundar na questão da luta contra a opressão de gênero no campo, é necessário se deter em alguns pontos importantes da Educação Popular. Primeiramente, é que, segundo Paulo Freire (1987), “Ninguém liberta ninguém, ninguém liberta-se sozinho, os homens se libertam em comunhão”. Essa ideia de liberdade traz uma necessidade de ações conjuntas.

A organização entre as mulheres oprimidas, por exemplo, e o processo de comunicação entre elas é extremamente importante e fundamental para que o processo de libertação se torne realidade. Para isso, é necessário engajamento de todas em prol da mesma causa, que é de transformar a realidade, participar dos

espaços de decisão, dividir todas as atividades comuns do dia a dia. Só assim a luta contra o patriarcado no campo não se tratará de mero ativismo.

Para que o processo de libertação não se trate de mero ativismo, é necessário reflexão para transformação. A reflexão é a capacidade de os indivíduos em grupo reconhecerem em que nível está essa opressão e de que forma ela é praticada. Sem a reflexão, o engajamento se torna algo utópico, que não gera um diálogo legítimo em interesse da mesma causa.

> O questionamento transformador, ainda que contenha boa dose de irreverência, representa um estágio muito mais complexo da consciência crítica. Este passo mais adiante inclui a coragem do irreverente, mas exige também a coerência na demolição das injustiças, compreensão clara das possibilidades de redefinição das relações sociais, propositura dos caminhos a serem trilhados. Ora, para que as pessoas se conduzam desta forma é preciso que se informem muito bem sobre as situações vividas, reflitam sobre elas e as discutam com outros críticos do status quo vigente. Discussões francas e abertas são altamente esclarecedoras, melhorando, via de regra, a compreensão dos problemas e, por conseguinte, também as estratégias de luta formuladas para combatê-las (SAFFIOTI, 1987, p. 102).

Para nos libertamos das garras dos nossos opressores, precisamos encontrar no diálogo a nossa arma de defesa. Um diálogo que abarque todas as nossas opressões e que nos permita sermos sujeitos de nossa própria marcha, do nosso próprio curso, que renove nossos objetivos, os caminhos e os ritmos que escolhermos seguir (KOROL, 2007).

A maioria das mulheres são coagidas a ficarem silenciadas, não podendo expressar suas opiniões, tornando-se pessoas submissas aos detentores do poder da sociedade vigente. O diálogo é à base da comunicação, por via dele conhecemos o outro, suas carências e necessidades. Se eu não escuto o outro, eu não o conheço. A palavra é a chave da libertação do oprimido (MEDEIROS, 2014*).*

Para Freire (1987),

> Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que o funda. Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação (FREIRE, 1987, p. 45).

Outro fator importante no processo de libertação e emancipação é atentar para o processo inverso, isto é, se nossas motivações forem apenas igualar-se ao nosso 'opressor', ou mesmo, usurpar o seu lugar, ter o seu poder, daremos continuidade ao ciclo vicioso da opressão. Vamos nos igualar exatamente àquilo que tanto criticamos. Desse modo, a luta perderá o sentido. “E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos” (FREIRE, 1987, p. 16).

Se há desejo de desconstruir os processos de desigualdade, de violência, de injustiça, não se podem construir novos processos. É necessário superar essa condição e encarar um novo papel social: o de restaurador da humanidade dentro da sociedade. Se essa luta é feminista, humanista e histórica, a preocupação dos oprimidos é com o opressor. Nosso papel é nos libertarmos da condição de oprimidas e libertar os opressores, que precisarão reconhecer a sua condição.

> À primeira vista, só os poderosos beneficiam-se com o patriarcado-racismo-capitalismo. Rigorosamente, entretanto, se estes poderosos forem tomados como seres humanos, cuja capacidade social de dominar lhes impede de viver certas dimensões da vida, também eles, a longo prazo, terão a possibilidade de viver mais plenamente a condição humana numa sociedade igualitária. Esta seria a democracia para todos, muito diversa da democracia liberal, que só existe para alguns, ou seja, homens brancos, ricos e adultos (SAFFIOTI, 1987, p. 98).

Problematizar a luta feminista pelo viés da educação popular pode ser definida como uma forma de educação transformadora, que liberta o ser humano, atuando contra os efeitos de uma psicologia da opressão, contribuindo para a humanização de uma sociedade menos injusta, menos iníqua, menos castradora. Não se pode afirmar que este seja o melhor caminho a seguir para uma construção igualitária, mas, sem dúvida, é muito superior aos modelos estruturais atrelados aos padrões educacionais herdados de nossos antepassados.

No próximo capítulo, falaremos sobre os resultados dessa pesquisa, bem como a trajetória de luta e resistência dos grupos de mulheres assentadas por *autonomia, emancipação* e *empoderamento* feminino. É inegável o papel fundamental que as mulheres têm em suas mãos nas comunidades camponesas. Mas é necessário que a que a família e sociedade em geral, comecem a reconhecer os valores das mulheres

do campo, para possibilitar uma sociedade integrada e digna, em que nascer homem ou mulher não limite as capacidades nem a possibilidades das pessoas.

CAPÍTULO 5

AS MULHERES: AUTONOMIA, EMANCIPAÇÃO E EMPODERAMENTO FEMININO

Os apontamentos e análises abordados no decorrer da pesquisa de mestrado, nos revelaram uma trajetória de luta e resistência dos grupos de mulheres assentadas por autonomia, emancipação e empoderamento feminino. Independentemente de como tenha começado a busca por autonomia, seja ele somente visando o lado financeiro ou não, acredito que foi por causa desse desejo que as mulheres assentadas tiveram a chance de construir um caminho diferente daquele que lhes foi imposto desde o nascimento. Paulo Freire (1996) nos ensina que autonomia é um processo de decisão e de humanização que vamos construindo ao longo de nossas vidas, a partir das inúmeras decisões que tomamos. Portanto, “A autonomia é um amadurecimento do ser para si, é um processo, é vir a ser” (FREIRE, 2000, p.121). Dessa forma, esse conceito se colocou na tentativa de trazer uma contribuição para os debates de vida e trabalho feminino, buscando problematizar de forma conjunta, as adversidades do contexto rural, a partir da implementação de encontros coletivos estabelecidos através de oficinas artesanais.

É importante frisar que desde o início dessa trajetória, nosso objetivo principal foi atender a demanda solicitada pelas mulheres, por elas e para elas, assim sendo, nos dedicamos inicialmente à promoção de oficinas artesanais que viabilizassem a *autonomia* financeira das participantes, já que muitas delas declararam que mesmo participando ativamente no trabalho que gera renda para a família, seja o trabalho na propriedade, feiras, arrendamentos de terra etc. a grande maioria delas não tinha direito igualitário na participação dos lucros, tendo maior prevalência, a decisão dos homens no destino da renda.

O início dessa caminhada foi marcado pela insegurança, visto que, algumas das participantes temiam a prática de ‘fazer artesanato’ porque consideravam ‘algo’ muito complicado, e que talvez não teriam competência para elaborar e executar essa nova atividade. Esse ‘medo’ de se aventurar em novas experiências, deixando de lado por algumas horas o trabalho da casa, o cuidado dos filhos e o cabo da enxada, nos demonstrou a baixa autoestima que algumas mulheres nutriam sobre si mesmas.

O artesanato foi a ferramenta responsável por conseguir reunir as mulheres.

Ele foi a motivação para que elas deixassem por algumas horas o trabalho no lote. E foi por causa dele, que elas constituíram uma explicação ou o que podemos chamar também de justificação pessoal, para disporem de um momento coletivo e feminino só delas.

É o que revela a fala de uma participante,

> *Eu gosto de artesanar, gosto de vir participar das oficinas, primeiro porque as oficinas une o grupo né... Nós somos sozinhas aqui e precisamos umas das outras pra se sentir mais forte (risos)... e segundo porque a gente aprende um montão de coisas diferentes, que daí a gente faz e vende pro pessoal da cidade"* (Assentada X, 2017).

Grande parte das oficinas foram realizadas nas sedes dos assentamentos. Quando não foi possível dispor desses ambientes, ocupamos os espaços disponíveis nas residências das participantes, ou organizamos oficinas artesanais ao ar livre, como demonstra a figura de número 20.

Figura 20: Grupo de mulheres do assentamento Campo Bonito. Oficina realizada ao ar livre.

Fonte: Projeto "Trabalho Artesanal com Mulheres do MST". Imagem capturada em 05 de fevereiro de 2015.

As atividades formaram verdadeiros espaços de construção coletiva, onde as mulheres puderam se reunir em grupos de 10, 15 e até 20 mulheres, trocar notícias, receber conselhos e formar um ponto de vista próprio, autônomo da perspectiva

masculina – sobre os acontecimentos da comunidade (FEDERICI, 2017). Esses momentos possibilitaram a troca de experiência de vida, fortalecendo cada participante enquanto mulher e enquanto grupo. Isso porque, a socialização e a amizade vinham se extinguindo entre elas em decorrência dos afazeres domésticos que por vezes, sucumbe todas as horas do dia, tornando-se um trabalho repetitivo e fastidioso, não remanescendo tempo para empenhar-se em incumbências contrárias. O estimulo à participação nos encontros reaproximou essas mulheres, auxiliando-as para um melhor convívio social, se configurando posteriormente no fortalecimento da autoestima, desenvolvimento da cidadania e da autonomia, pelo direito de instruírem-se e construírem novas opiniões sobre a vida e o trabalho no campo.

Na medida em que o processo da construção da autonomia foi se configurando, outras demandas que cercam o quotidiano de vida da mulher assentada foram surgindo. O enfrentamento a violência é uma delas. Quando as mulheres falavam em violência, por exemplo, não estavam apenas se referindo à violência doméstica (física e verbal), mas também a violência patrimonial, haja vista, que desde a 'construção' da história do Brasil, o domínio da terra sempre foi um direito dado aos homens e em grande maioria a homens brancos, héteros e cristãos. Numa rápida pesquisa nos dados do IBGE (2018) podemos constatar que apenas 13% das terras estão no nome das mulheres, e isso é uma forma de violência formalizada e legalizada pelo sistema patriarcal capitalista que redefiniu papéis e lugares sociais para homens e mulheres desde o período colonial. Ora, se as mulheres trabalham, cuidam, e produzem o produto excedente, incluindo a elaboração de produtos que são vendidos e geram receitas para a propriedade (seja não transformados, como ovos, pequenos animais, verduras etc.; sejam artesanais, como pães, doces, conservas), porque então não são reconhecidas como trabalhadoras, como produtoras e como parceira nessa terra? Essa foi mais uma pauta a ser levantadas pelas mulheres, como ação libertadora e como existência contrária ao modelo de família patriarcal. É exatamente nesse momento, que eclodiu uma luta por *emancipação* da mulher assentada, ou seja, uma luta por libertação da opressão e dominação patriarcal. No livro *Pedagogia do Oprimido* (1991), Paulo Freire defende uma pedagogia para homens e mulheres se emanciparem, mediante uma luta pela libertação, que só faz sentido se os oprimidos buscarem a reconstrução de sua humanidade e realizarem "a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores" (p. 30). Como resultado dessa construção emancipatória, como um eixo que uniu

problematização e reflexão, mais da metade das mulheres assentadas perderam o medo, e no decorrer dos meses ousaram denunciar a opressão até então silenciada nas quatro paredes do âmbito doméstico.

Dentre as falas, se destacou a denúncia contra o modelo de sociedade em que vivemos, que naturaliza o serviço doméstico e o cuidado dos filhos como sendo uma atividade biologicamente feminina e, por conseguinte, sem valor, por ser um trabalho repetitivo e que não resulta em um produto final. Vejamos algumas declarações: *Lá em casa, sempre me ensinaram que serviço doméstico é coisa de mulher fazer* (Assentada C, 2013).

Do mesmo modo, a mesma participante denuncia:

> *Eu sempre como comida fria. Todo mundo senta à mesa e ergue o prato para cima pra mim servir um por um, cortar a carne a salada, servir o suco. Quando me sento na mesa, a comida já esfriou e todos já terminaram de comer. Fico sozinha na mesa* (Assentada C, 2015).

Na fala de outra participante,

> *Meu marido diz que serviço doméstico é coisa de mulherzinha, por isso não posso nem pensar em ensinar meus filhos a cozinhar, quanto mais a lavar a louça, fazer algum serviço na casa. (Assentada, K, 2016).*
>
> *Meu filho foi para o quartel e levou castigo, porque não sabia nem arrumar a própria cama, não sabia esticar bem o lençol, por isso levou castigo... Meu marido disse que era pra eu ensinar, mas pra mim não é certo isso, foi minha família que me ensinou desse jeito (Assentada K, 2016).*

Essas declarações, apesar de lastimáveis, nos representaram um ponto positivo, ou melhor dizendo, um êxito pela reconquista da voz feminina. A coragem de denunciar os abusos exercidos pelos homens, que mantêm o poder primário e predominam em funções de liderança e domínio da família, nos permitiu ser otimistas em pensar que, apesar das dificuldades encontradas nesses processos que naturalizam o trabalho doméstico como sendo biologicamente feminino, as mulheres criaram coragem para *falar* e delatar as relações de gênero e poder que imergem dentro do contexto familiar.

Quanto ao estabelecimento de relações assimétricas de *poder* entre os sexos, Heleieth Saffioti (1987) nos esclarece que, a sociedade não está dividida entre homens dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro.

Segundo a autora,

> Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens. Isto equivale dizer que o patriarcado, sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira (SAFFIOTI, 1987, p.16).

Contudo, a situação mais frequente no campo do trabalho é aquela que reúne homens e mulheres sob o comando de homens. No caso dos assentamentos pesquisados, a sujeição feminina é mais profunda que a masculina. Essa subordinação pode ser percebida até na "ajuda prestada ao marido". Mesmo que as mulheres desempenhem as mesmas funções que os homens, na produção de excedentes que geram receita para a propriedade esse trabalho é visto socialmente como *ajuda* prestada ao marido. Porém, essa *ajuda* não significa uma simples tarefa realizada esporadicamente, essa *ajuda* significa que muitas das mulheres trabalham lado a lado, diretamente com o companheiro na lavoura e não são reconhecidas pelo trabalho realizado, não participam das decisões sobre os rendimentos do produto final e não recebem retorno igualitário na execução das tarefas domésticas, causando, consequentemente, frustação e sobrecarga de trabalho, conforme afirma uma assentada: *Queria ser mais valorizada como esposa, como artesã e agricultora. Queria que me respeitassem mais* (Assentada M, 2016).

Para Hirata e Kergoat (2007), essa "complementariedade" que existe no trabalho realizado pelas mulheres está ligada à própria reprodução dos papéis sexuados, que podem aparecer de diversas formas. No "modelo tradicional", por exemplo, o papel doméstico é assumido inteiramente pelas mulheres, e o papel de "provedor" é sempre atribuído aos homens. Conforme a fala de uma participante podemos perceber que esse paradigma segue sendo reproduzido no âmbito familiar: *Meu marido diz que serviço doméstico é coisa de mulherzinha, por isso não posso nem pensar em ensinar meus filhos* (homens) *a cozinhar, quanto mais a lavar a louça, fazer algum serviço na casa. (Assentada C, 2016).*

Nesse modelo social cabe também, quase que exclusivamente, às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional e por mais que desempenhem uma jornada dupla ou tripla de trabalho, as atividades desempenhadas fora do ambiente privado, sempre são vistas como uma extensão do serviço doméstico. Essa divisão sexual do trabalho está na base social da opressão e da desigualdade. Em primeiro lugar, é

preciso destacar que ela é histórica, ou seja, foi sendo constituída, tendo como característica a destinação prioritária dos homens às atividades produtivas (ocupações de forte valor social agregado a domínio e cultivo da terra, comércio, indústria, empreendimentos e política) e a mulheres à esfera reprodutiva (atividades relacionadas a cuidados e afazeres domésticos).

Isso pode ser comprovado na fala de uma anciã de 60 anos participante da nossa pesquisa,

> *Lá em casa as mulheres tinham obrigação de cuidar da casa, do serviço doméstico, dos filhos e dos velhos. O meu pai e meus irmãos homens cuidavam da doma dos bichos, caçavam pra modo de trazer comida pra dentro de casa, trabalhavam na roça e vendiam produtos na cidade (Assentada N., 2014).*

Silvia Federici (2017), também traz importantes contribuições sobre a divisão sexual do trabalho. Em seu livro intitulado *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva* (2017), ela demonstra, a partir de uma análise histórica, que a discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não é um legado de um mundo pré-moderno, mas sim uma formação do capitalismo, construída sobre diferenças sexuais existentes e reconstruídas para cumprir novas funções sociais. Com uma breve história das mulheres e da acumulação primitiva. Silvia detalhou a construção de uma nova ordem patriarcal, que tornou as mulheres servas da força de trabalho masculina, esse com certeza foi um aspecto importante do desenvolvimento capitalista. Com base nisso, uma nova divisão sexual do trabalho foi aplicada, diferenciando não apenas as tarefas que mulheres e homens deveriam desempenhar, mas suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora. Assim, não menos do que a divisão internacional do trabalho, a divisão sexual do trabalho é acima de tudo uma relação de poder, uma divisão dentro da força de trabalho que se desenvolve segundo as autoras Hirata e Kergoat (2007), por dois princípios organizadores. Sendo um deles a ideia que separa o que é trabalho de homens e de mulheres, e o outro que considera que o trabalho dos homens, vale mais do que o das mulheres, o que as autoras chamaram de hierarquização do trabalho.

A reflexão sobre o conceito da *divisão sexual do trabalho* auxiliou as mulheres para a conscientização sobre os papéis, as tarefas e os lugares que o corpo feminino experiência ao longo da vida, que vão desde o cuidado da casa, educação das

crianças, cuidado do lote e as atividades agrícolas. Por meio das falas e diálogos coletados nas rodas de conversa, verificamos que muitas participantes cumprem jornadas duplas e triplas diariamente, pois além da atividade profissional fora de casa (o trabalho no lote), elas também desempenham várias atividades domésticas.

A fala da assentada a seguir comprova esse aspecto,

> Tem dias que a gente passa o dia inteiro plantando, roçando, tratando da criação. Tem semanas do mês que a gente fica só em função da feira. Então quando chega em casa, tem mais um monte de serviço esperando. Isso cansa a vida. Ainda mais sabendo que se eu não fizer o serviço da casa, ninguém mais faz (Assentada J, 2017).

Os estudos históricos nos revelam que por séculos as mulheres camponesas têm sido responsáveis pelas tarefas de ordem doméstica e de subsistência familiar. Os assentamentos pesquisados apontaram para essas cirunstâncias. Visto que, são as mulheres que, predominantemente, antecipam as atividades no alvorecer do dia. São elas que ordenham as vacas, aprontam o desjejum, desadormecem e preparam as crianças para a escola e executam rapidamente o serviço doméstico antes de destinar-se com o companheiro nas atividades do lote. Cabe as mulheres também, a produção de alimento para o consumo da família, através das hortas, quintais, pomares e criação de pequenos animais. Levam o trabalho reprodutivo de forma produtiva e comunitária, porém ocupam uma esfera privado e invisível, em contraste com as transações econômicas agrícolas consideradas de maior valor e tradicionalmente realizadas pelos homens, como a compra e venda de animais ou maquinários e a comercialização de grandes quantidades de cereais. Salvo nos caso de viuvez, onde as mulheres desempenham as mesmas funções, antes desempenhada pelo cônjuge.

Outro fator importante a ser destacado na pesquisa é o reconhecimento do trabalho na propriedade como profissão. De acordo com os dados coletados, de 2014 até 2016, 90% das 40 mulheres camponesas pesquisadas declaravam não se identificarem como trabalhadoras/Agricultoras, sobretudo porque consideravam suas tarefas secundárias comparadas aos produtos economicamente mais importantes para a conformação da renda familiar. Ainda que seu trabalho cotidiano inclua a elaboração de produtos que são vendidos nas feiras e geram receitas para a propriedade, sejam não transformados, como ovos, pequenos animais, verduras etc.;

sejam artesanais, como pães, doces, conservas, raramente elas consideravam essas tarefas como trabalho remunerado. Isso porque, no processo da própria construção patriarcal, a mulher quando expulsa do universo econômico que cria o produto excedente, cumpriu uma função econômica fundamental. A de restauradora da força de trabalho que move a economia, ficando desse modo marginalizada na esfera pública e escondida atrás da fachada da família monogâmica até os dias atuais.

A problematização sobre essa violência dentro da temática da divisão sexual do trabalho e, posteriormente, o reconhecimento desse trabalho como profissão foi o segundo passo para o enfrentamento ao modelo 'capitalista-patriarcal'. Esses dois elementos centrais *capitalismo* e *patriarcado* ocuparam um espaço importante nesse debate com as mulheres, ao longo dos meses de intervenção elas compreenderam que o patriarcado é uma concepção que vincula o campo político ao campo econômico, que entende a dominação do campo político com a exploração do campo econômico como fases da mesma moeda. O patriarcado é um sistema de dominação-exploração. Uma hierarquização das relações sociais em que homens têm o direito quase restrito do corpo da mulher, da força de trabalho da mulher e dos produtos que o corpo da mulher produz.

Nessa forma de organização capitalista, de *dominação* x *exploração*, as mulheres entenderam também que o processo de libertação é um processo que tem que transformar as estruturas, e que ele não acontece individualmente. Indo nessa direção, as mulheres sentiram a necessidade de trazer os homens para esse campo de debate, envolvendo-se com eles numa formação política e numa organização conjunta com outras mulheres na luta por libertação dos processos de dominação patriarcal. Sabemos que a ideologia à violência tem uma base material concreta e essa base material está ligada a centralidade do trabalho, a divisão sexual do trabalho. No campo isso é muito forte, e romper com ela é um processo que demanda um trabalho de base, de formação política, mas também de debate ideológico. Só foi possível avançar as fronteiras da naturalização dos papéis sociais graças ao engajamento e organização das mulheres. Foi essa organização que concedeu condições para enfrentar os pilares do patriarcado, do sistema que oprime e que domina.

O engajamento ético e político dessas mulheres despontaram para a construção do *empoderamento*, intimamente ligado a conscientização e a liberdade. No livro E*ducação como prática da liberdade,* Paulo Freire traz uma visão que, à

medida que as pessoas tomam consciência (conscientização), vão também se libertando (FREIRE, 2007). Essas mudanças como prática de liberdade vêm sendo evidenciadas desde o ano de 2017 por meio de conversas informais, realizadas nos próprios assentamentos e até mesmo nos grupos de *whatsapp*. Confirma-se que muitas das mulheres vem alcançando transformações significativas no seu lar, junto a seu companheiro, filhos e filhas, outras ainda não são reconhecidas por todos os trabalhos que realizam para manter a subsistência familiar. Muitas ainda recebem o título de “ajudantes” do marido, mesmo que desempenhem as mesmas funções no lote e tenham a carga de trabalho dobrada pelos afazeres domésticos, cuidando dos filhos e vendas de artesanatos. Porém, a participação ativa das mulheres nos debates, nas trocas de saberes e nas suas reivindicações, tem ganhado espaço e propiciado alterações visíveis na forma de ver a vida e educar os filhos. É certo que para muitas das mulheres pesquisadas a opressão e a desvalorização de seus trabalhos ainda é uma realidade penosa e difícil de ser mudada. No entanto, elas seguem lutando pela transformação social, pelo *empoderamento* feminino e para que suas vozes sejam ouvidas.

5.1. Os Homens: quando o silêncio fala

Pensei muito em como escrever sobre os *homens,* nesse longo processo de construção coletiva com as mulheres e para as mulheres. Não é fácil escrever sobre *homens*, enquanto sabemos que eles já ocupam lugar de destaque na história, nos livros e nas ciências. Pensei que seria fácil misturar os dados que coletei juntamente com os das mulheres, até porque, é isso que esperam de mim enquanto pesquisadora. Mas simplesmente não consegui. Eu sei que eles sempre estiveram lá, desde os primeiros encontros ainda no período do projeto de extensão. Mesmo sem serem convidados, eles se fizeram presentes. Talvez bem curiosos em saber o porquê a mulherada estava se reunindo.

E não, eu não sou contra os homens, nem sou uma feminista radical que acredita numa revolução social feita somente por mulheres. Muito pelo contrário, acredito que novas relações humanas são responsabilidade pessoal e coletiva de ‘todas, todes e todos” (TIBURI, 2018). O fato é que a construção desta pesquisa, envolvendo o público masculino, se deu de maneira diferente. E não estaria sendo

justa e verdadeira com os princípios éticos da pesquisa, se eu descrevesse os dados de maneira diferente, que não seja essa.

Como já mencionei acima, os homens estiveram conosco nessa caminhada desde o primeiro dia. Eles fizeram parte das nossas rodas de conversa. Os seus olhos estavam lá, por vezes nos intimidando, outras nos admirando. Eles escutaram nossas vozes e nossas queixas. Alguns deles opinaram, outros se mantiveram mudos até o final dessa pesquisa. Muito diferente do comportamento da companheira e das filhas. Essas interagiram, riram, falaram, se movimentaram, dançaram.

O fato é que de uma forma ou de outra os homens sabem que eles ocupam um lugar de privilégio dentro do sistema patriarcal, e eles não precisam conquistar simpatia para ocupar um espaço. Privilégio masculino significa nunca ter sua inteligência ou suas qualificações questionadas por causa do seu gênero. Provavelmente, se você é um homem, as pessoas não irão presumir que você não sabe lidar com dinheiro, que você é enganado com mais facilidade ou que sua capacidade de tomar decisões importantes depende do período do mês. Mas de onde vem toda essa confiança? Posso responder que ela é depositada em cada menininho desde o seu nascimento, desde a escolha da cor da sua roupa e de seus primeiros brinquedos.

A explicação está na forma como esse menininho vai ser educado pela sua família, pela escola e pela sociedade. É na família que a criança começa a aprender o que é “ser homem” e o que é “ser mulher”. Se o menininho crescer observando que o trabalho doméstico – cozinhar, cuidar da roupa, limpar a casa e a própria socialização com ele e com os demais irmãos (se tiver) for tarefa só da mãe, da avó, das tias, das irmãs ou primas mais velhas, ele vai aprender desde cedo que ele ocupa um lugar de privilégio na casa. Quando esse menino começar a frequentar a escola, e perceber que a escola privilegia os meninos em determinadas atividades como, por exemplo, no jogo de futebol, onde meninos passam mais tempo jogando bola, porque são meninos, ele vai entender que ali ele também ocupa um lugar de privilégio, e, portanto o espaço público pertence muito mais aos homens do que as mulheres. E quando esse menininho crescer e virar um homem, essa certeza vai estar estampada no seu olhar altivo. Um olhar que quase todos os homens carregam, conduzindo a certeza que ele foi criado para dominar, para comandar e para decidir.

Voltando a falar dos homens dessa pesquisa, posso dizer que eles participaram “do modo deles”, se é assim que posso me expressar melhor. Não foram

frequentadores assíduos como as mulheres. Eles chegavam às *rodas de conversa*, sentavam, ouviam a fala das mulheres, alguns dialogavam conosco sobre as temáticas propostas como, por exemplo, *trabalho, trabalho doméstico, papéis sociais*, outros não diziam nada. Ficavam de 30 a 40 minutos, bebiam 2 a 3 cuias de chimarrão, se despediam e iam embora. Voltavam apenas para o almoço.

E nesse mesmo compasso, as mulheres não paravam de questionar as relações de gênero e poder. Tinham plena consciência da contradição que existia entre o trabalho masculino e o trabalho feminino. E o machismo ali conosco, nos olhando, talvez até tentando compreender nossos questionamentos. Mas a verdade é, que quando você se beneficia com o sistema do modo como ele está posto, você não acha necessário fazer mudanças. Contudo, apesar dos pesares, posso afirmar que ninguém ousou nos calar. Pelo menos naquele espaço não. Tivemos o direito de falar, de ouvir e ser ouvidas e por muitas vezes, ficamos tristes em saber que algumas companheiras não puderam participar porque o cônjuge não autorizou.

Mesmo com tantos diálogos sobre empoderamento feminino, construídos durante nossa trajetória, nesse último ano, tive a impressão que as mulheres queriam que de alguma forma eu, ou alguém da Universidade fosse lá na casa delas e resolvesse o problema do machismo, o problema da violência patrimonial, o problema do trabalho doméstico, enfim, os problemas que nós mulheres somos obrigadas a ter que conviver durante a vida. Confesso que durante a própria pesquisa de mestrado, não pude estar tão presente nos assentamentos como gostaria. Hora por falta de verba, hora pelo caos que se encontrava o país por conta do golpe. Às vezes marcava e não dava para ir, porque o pessoal estava mobilizado em questões políticas, outras vezes chovia. Foram dois anos difíceis. Fiquei uns bons meses sem ver as mulheres durante o ano de 2018. E foi por causa desse momento político que o país enfrentava, que muita coisa mudou por lá.

Posso dizer que, a denúncia é um começo para enfrentar a opressão, mas ela não é a solução final. Como não conseguíamos mais nos encontrar, por uma série de consequências já expostas, as mulheres tomaram coragem e resolveram colocar em prática algumas mudanças no ambiente doméstico. Vejam só, elas nunca disseram durante toda a intervenção da pesquisa, que não gostavam de realizar o serviço doméstico. Elas se queixavam sim, de não serem reconhecidas e nem respeitadas pelo serviço que realizam. Se queixavam porque os homens as enxergavam como servas, dispostas a oferecer seu corpo e sua mão de obra sempre que solicitado. À

vista disso, para que você entenda os processos de mudança que aconteceram nesses assentamentos, vou aproveitar para contar sobre o encontro que realizamos somente com as mulheres em setembro de 2018 no assentamento Santa Inácia.

Esse encontro foi muito importante para todas nós mulheres, porque nesse dia, recebemos uma visite ilustre, direto da Universidade Autônoma do México, a Professora e Doutora Maria Guadalupe Huacuz Elias, que veio à Pelotas, numa parceria entre a UAM, a Escola de Humanidades da PUC/RS e o grupo de pesquisa D'Generus da UFPel. A figura 21 abaixo apresenta esse momento.

Figura 21: Grupo de Mulheres do Assentamento Santa Inácia, recebendo a visita da Professora Mexicana Maria Guadalupe Huacuz. Visita organizada por ocasião do Evento do I D'Generus/ Coordenado pela Prof.a e Dra. Márcia Alves da Silva/UFPel. Pinheiro Machado/RS.

Fonte: Acervo da Pesquisa, Setembro de 2018.

Depois de todas as apresentações feitas, fizemos uma *roda de conversa* para saber como estava a vida das mulheres, a relação com o trabalho, com a família e se de alguma maneira toda a trajetória delas adjuntas com a intervenção da pesquisa e com a Universidade, teria influenciado positivamente para construção de novas relações com a família e com o companheiro. Rapidamente uma participante da pesquisa respondeu: *Mas lá em casa, não tem mais essa história de cueca suja atirada no banheiro pra mim juntar, não. Pode ir lá e juntar! As coisas mudaram. A 'empregada' pediu as contas (risos)* (Assentada J, 2018).

Em seguida outra responde: *Acabou essa história de não me deixar participar dos encontros com as mulheres, pra ficar trabalhando com ele na roça (Assentada JD).* Como vocês podem perceber, as mudanças aconteceram por meio

da ação-prática. As mulheres perceberam que não bastava só denunciar, tinham que agir, colocar em prática tudo o que aprenderam sobre as relações de gênero e poder, sobre o machismo e o patriarcado, só assim elas poderiam mudar as relações de poder. Eu não sei se todas conseguiram se libertar das algemas da opressão. Algumas mulheres eu nunca mais tive contato. Mas espero profundamente, que contudo, elas tenham conseguido aquilo que poucas de nós consegue – ter direitos iguais aos homens.

Não obstante, é pertinente também contar sobre a única oficina artesanal que consegui desenvolver para os homens, ou mais especificamente falando para ‘o homem’. Sim, é isso mesmo. Primeiramente é necessário dizer que, à pedido deles, todos gostariam de aprender a confeccionar artesanalmente, uma peneira de feijão, utilizando como material natural a Taquara, que é uma gramínea nativa da região. Confesso que demorei meses até conseguir alguém, que soubesse trabalhar com essa técnica e que estivesse disposto a me ensinar. Assim que consegui resolver esse entrave, apressei-me e agendei uma data com os homens e com as mulheres que quisessem aprender. No dia marcado para realizar a oficina, assim que cheguei à cidade de Pinheiro Machado/RS, deparei-me com um acidente fatal envolvendo um carro e um ônibus. Como a comunidade é pequena e todo mundo se conhece, todos estavam muito comovidos com o trágico acidente.

Alguns acabaram se envolvendo em ajudar, o que acarretou com a presença de apenas um homem e quatro mulheres na oficina, como revela a Figura 22, 23, 24 e 25.

Figuras 22, 23, 24, 25: Oficina coletiva de peneira de feijão. Assentamento Santa Inácia Pinheiro Machado/RS.

Fonte: Acervo da Pesquisa, Nov. de 2018.

Mas o melhor da história está por vir. É claro que fiquei chateada por não ter conseguido atingir meus objetivos naquele dia, mas como diz o velho ditado: *Deus tarda, mas não falha*.

Numa bela tarde estava dando mais uma ajustada na escrita da minha dissertação, quando o celular apitou anunciando a chegada de novas mensagens no aplicativo *Whatsapp*. Larguei o que estava fazendo e fui ver do que se tratava. Era do grupo de mulheres do Assentamento Santa Inácia. Uma das integrantes estava enviando fotos da oficina, que os homens organizaram sozinhos, para continuar a produção das peneiras de feijão, onde inclusive, falaram sobre trabalho doméstico, gênero e patriarcado. As imagens 26 e 27 abaixo mostram a oficina,

Figura 26 e 27: homens do assentamento Santa Inácia se reunindo para confeccionar peneiras de feijão. Pinheiro Machado/RS.

Fonte: Acervo da Pesquisa, dezembro de 2018.

Como pedagoga, sempre aprendi que os sujeitos não aprendem do mesmo modo, existem vários modos de ensinar e várias maneiras de aprender. O modo como às pessoas sentem e pensam os desafios, isto é, como manejam e buscam a solução, é diferente de uma para outra. Adotar determinada estratégia, optar por certo caminho e decidir entre uma ou outra alternativa evidencia um jeito próprio e singular de lidar com as informações. Como se dá a aprendizagem humana? Essa resposta encontrei nas palavras de Paulo Freire (2002),

Ensinar não é transferir
conhecimento, mas

criar as possibilidades
Para sua produção ou a sua construção (p. 52).
Quem ensina
Aprende ao ensinar
E quem aprende
Ensina ao aprender (p.25)

Em poucas palavras, posso dizer que a conscientização dos sujeitos dessa pesquisa, assim como de quaisquer outros indivíduos é um processo histórico, que se desenvolve a partir de uma tomada de consciência. Paulo Freire (2005) nos ensina que os indivíduos percorrem alguns caminhos antes de chegar a uma conscientização verdadeiramente crítica, sendo este um desenvolvimento crítico da própria tomada de consciência. Para mudar a realidade nas relações de gênero nesses assentamentos os sujeitos precisaram estar conscientes de como são influenciados pelos padrões sociais. A consequência dessa conscientização implicou em um novo compromisso dos homens para com a família e a comunidade que fazem parte, já que criticamente conscientes de suas realidades de opressores, foram capazes de realizar uma ação que visou sua superação.

5.2. MULHERES E HOMENS: EMANCIPAÇÃO E RESISTÊNCIA PÓS GOLPE 2016

Com o golpe de estado de 2016, protagonizado por uma ampla aliança das classes conservadoras, nossas mentes foram obrigadas a conviver com ideias turvas de um golpismo oportunista e eleitoral, que pretende descaradamente aprofundar a discriminação racial, a misoginia, o sexismo, o machismo, a homofobia, a culpabilização do pobre, do jovem, dos assentados, dos quilombolas e dos movimentos sociais. Tais setores, não apenas fulminaram a ordem democrática, em tempo recorde, como também violaram a soberania do país; solaparam direitos dos trabalhadores; e estão retroagindo, de forma intensa a economia e o quadro social brasileiro para posição anterior a 2003. É como se tivéssemos voltando, por meio de uma máquina do tempo, numa viagem súbita a ao passado que julgávamos ter superado.

De modo geral, não se pode negar que o golpe foi uma questão de gênero, isto porque, o sexismo foi o elemento fundamental de crítica contra o governo Dilma. Boa parte das críticas feitas à figura da presidenta não foram sobre sua atuação na política, mas muito mais sobre o fato de ela ser mulher. Constatamos isso nos adesivos que foram colados nos carros no ano de 2015; Nos sites de notícias que incansavelmente publicavam matérias sobre suas roupas “inadequadas e fora de moda”; Nos comentários repletos de ódio publicados em páginas na internet.

A figura folclórica da mulher “bela, recatada e do lar” entrou no lugar de uma mulher forte, madura e porque não dizer idosa. Dilma Vana Rousseff, iniciou sua militância política aos 16 anos; integrou o movimento estudantil quando secundarista; ingressou no movimento de resistência contra a ditadura militar. Foi presa em 1970 por quase três anos e submetida à tortura. Com a volta do exílio, atuou em movimento de mulheres, teve militância em, [...] partidos políticos, ajudou a fundar um dos mais importantes partidos no período da redemocratização e seguiu com a militância partidária (ARAÚJO, 2018, p.41). Na trajetória em executivos governamentais (sem mencionar cargos em segundo escalão) Dilma Rousseff atuou como:

> [...] secretária de Finanças de Alceu Colares na prefeitura de Porto Alegre; secretária de Minas e Energia pelo estado do Rio Grande do Sul; ministra das Minas e Energia no primeiro governo Lula e, posteriormente, ministra-chefe da Casa Civil desses governos. Neste último cargo, tornou-se responsável pela coordenação e gestão de alguns dos principais programas de políticas públicas do governo Lula, associados com planejamento e execução e que foram carros-chefes das políticas sociais e de desenvolvimento (ARAÚJO, 2018, p.44).

Como podemos notar, são cargos públicos e políticos de governo em níveis estadual e nacional, normalmente identificados como masculinos, estratégicos e não usualmente destinados às mulheres. O que nos prova que a vivência política de Dilma e suas qualificações técnicas lhes credenciavam para ocupar o mais alto cargo existente na política brasileira até agora. Porém, isso não foi levado em conta. Os setores conservadores não estavam dispostos a ver as qualidades e capacidades. Num jogo misógino e ideológico, jogaram com o passado e o presente de Dilma simultaneamente. No passado foi julgada como perigosa e ingênua. No presente não bastou ser desprovida de qualquer virtude política, foi necessário ridicularizar sua imagem, transformá-la em uma pessoa assexuada, desprovida de atrativos e inteligência.

Ainda segundo Araújo 2018,

> O gênero foi acionado na maioria das vezes como recurso negativo da figura pública da mulher Dilma Rousseff, o que de certa forma é o padrão. Mas o espectro e diversificação das formas da deslegitimação foram tão amplos, que só estudos mais sistemáticos poderão analisar o seu efetivo impacto no processo do impeachment. De início o que surge é um período marcado por muito preconceito e misoginia. A história do golpe, de suas narrativas legitimadoras e de como o gênero constituiu uma dessas narrativas está começando a ser analisada. Ultrapassa o impeachment e expressa valores que ainda seguem bem arraigados em nossa sociedade (ARAÚJO, 2018, p.48).

Com antecedência precisamos proferir e lembrar que os partidos que patrocinaram o impeachment, ou melhor, o golpe contra a presidência de Dilma Rousseff, vem há muito tempo se ensaiando,

> [...] se modelando, legitimando-se junto ao povo, aproveitando o difundido analfabetismo político, tanto por alianças com pares, como pelo fundamentalismo religioso, de agências no poder midiático, no judiciário e no legislativo e pelo cultivo do medo à perda de privilégios, ao outro, a outra não igual, apelo a inseguranças e à demonização de indícios de viradas libertárias pregadas como ameaças à norma, à lei do pai, ao patriarca (CASTRO, 2018, p.129).

Quando saímos do campo da política e passamos a olhar para a vida da mulher trabalhadora, seja ela do campo ou da cidade, encontramos ainda mais problemas. A luta agora vem em prol da manutenção da vida, porque é uma questão de sobrevivência, não só das mulheres, mas da família e se tratando de mulheres camponesas à luta é pela permanência das famílias na terra. Os movimentos sociais que colocaram a presidenta no poder, correm risco de serem criminalizados por qualquer tipo de manifestação que se oponha aos interesses do governo. A proposta mais avançada que pode afetar os movimentos sociais é o Projeto de Lei do Senado (PLS) 272/2016, de autoria de Lasier Martins (PDT-RS), que no dia 31 de outubro/2018 quase foi votado na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) da casa, mas graças a uma manobra da oposição terá de passar por audiência pública. O PLS quer configurar como terrorismo os atos de “incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado”, com penas de até 30 anos de prisão (MST, *online, 2016*).

Programas populares como o *Bolsa Família* e o *Minha Casa, Minha Vida*, entre outros que são reconhecidos mundialmente como ferramentas de empoderamento da mulher brasileira, correm risco de desaparecer. Foi através do Bolsa Família, que mulheres passaram a protagonizar a vida doméstica e o trabalho. E, por meio do *Minha Casa, Minha Vida*, milhares de mulheres no país finalmente tiveram um lugar adequado para morar. Quando as decisões financeiras da família passaram a serem feitas pelas mulheres e não pelos homens, essas mulheres passaram a ter autonomia para se livrar de casamentos abusivos, passaram a ter capacidade de manter seus filhos na escola e de por alimento na mesa. Essas mulheres que obtiveram liberdade financeira pelo programa do governo federal passaram a trabalhar, ter renda própria e a estudar.

Para o homem e para a mulher camponeses (as), o novo quadro econômico e as perdas do trabalho realizado no campo, estão sendo difíceis de serem encaradas. Depois que o programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para Reforma Agrária sofreu cortes drásticos no Orçamento da União e foi suspenso no Rio Grande do Sul, as famílias passaram a perder mais de 30% da sua produção anual. Cerca de 13 mil famílias vivem em 327 assentamentos em 91 municípios. Dessas, 11.240 recebiam assistência técnica de três empresas contratadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra): Emater, Cooperativa de Trabalho em Serviços Técnicos (Coptec) e Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap) (BRASILdeFATO, 2018).

Os assentamentos dos quais residem os(as) participantes dessa pesquisa, eram atendidos pela COPTEC. Conforme os diálogos coletados, os técnicos tinham um papel importante para o projeto de construção da Reforma Agrária. É o que relata uma das mulheres atendidas pelo programa:

> Eles vinham todo o mês, ajudar a gente a melhorar nossas hortas, a ensinar a podar os pés de frutas na forma correta, a melhorar os tratos com a criação. Tiravam nossas dúvidas sobre as pragas na plantação. Agora, depois que acabou a Assistência, tudo ficou prejudicado e não tem como pagar para outros técnicos de fora (ASSENTADA J, 2018).

Os cortes no Orçamento da União para Ater comprometeram o desenvolvimento de áreas da Reforma Agrária em todo o país. A omissão do governo causou fragilidades às famílias, que não têm condições de contratar serviço particular

de assistência. Isso dificulta o encaminhamento de projetos, diminuindo tanto a produção como a renda.

Em busca de soluções, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou nos últimos anos inúmeras mobilizações, como ocupações de latifúndios, superintendências do Incra e ministérios do governo Temer. Diante da negativa do governo, as famílias resistem e algumas têm ajuda técnica de camponeses que se formaram em escolas do Movimento. “Em tempos de golpe não há conquistas imediatas, porém continuaremos produzindo, resistindo e cuidando dos nossos territórios”, afirma Silvia Marques, dirigente nacional do MST.

O golpe foi uma violência, a todas nós trabalhadoras e trabalhadores. Para a mulher, penso que foi ainda pior. Porque junto dele se instaurou uma ditadura machista, insidiosa e cínica, como é de esperar de todo setor conservador, mas que ainda não sabemos aonde isso vai nos levar. Digo isto porque durante a escrita dessa dissertação, esse processo ainda não acabou.

Ainda nas palavras de Castro 2018,

> Um dos desafios para a resistência é compreender que a onda neoconservadora que assola vários países e que, no Brasil, tomou a forma de um golpe político-econômico-cultural, instalando um regime de exceção, precisa para enfrentamento de uma “deseducação” contra o livre pensar, que recorra ao pensamento crítico, ou seja, um saber pensar para um saber agir, como há que mais demarcar que o golpe em curso mescla capitalismo neoliberal com patriarcado (CASTRO, 2018, p.133).

Apesar da conquista de algumas poucas bonanças que tivemos na era Lula, seguida pelo governo Dilma, a luta de nós mulheres continua como no passado, a buscar dignidade humana como uma conquista de cada dia, nunca deixando de esquecer que a vida social não se resume às grandes decisões tomadas pelos poderosos. Como nos ensina Saffioti (1987), a luta “[...] se constitui de ações pessoais e, sobretudo, coletivas, praticadas no dia a dia, [...] a *história oficial* é feita por homens e mulheres anônimos através da luta diária. Só a *história oficial* é feita pelos grandes homens” (p.112). E é contra esta história e esse poder, que não registra as lutas políticas-sociais e não respeita as diferenças físicas, de raça, religião, classe social, nacionalidade e sexo que estamos em batalha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo a influência da Educação Popular e da teoria Feminista, voltada para realidade do povo e para valorização dos saberes, na construção de novos saberes, essa pesquisa buscou trabalhar com metodologias incentivadoras a participação e ao empoderamento dos (as) sujeitos (as), permeado por um processo de construção de conhecimento pedagógico e político estimulador de transformação social, liberdade e felicidade.

O protagonismo político e social das mulheres demonstraram que elas estão em constante movimento de novas construções identitárias. A vida não para, segue... Se para muitas as transformações foram visíveis e aprazíveis, para outras é honesto escrever que nem tanto. Espero, contudo, que elas venham a ser reconhecidas pelo trabalho que realizam e deixem de receber o título de “ajudantes” do marido. Também não posso dizer que as mulheres dessa pesquisa tornaram-se feministas, mas posso afirmar que o feminismo trabalhou para politizar o privado e ajudou com toda certeza a melhorar o modo dessas mulheres verem a si, as outras e os outros. Por meio de uma reflexão crítica, o feminismo fortaleceu a luta das mulheres enquanto sujeitas políticas de direitos, que se materializa pelo direito à fala, no processo de autodeterminação de seus corpos, na luta por autonomia, na construção de outras formas de economia, nas relações de solidariedade, reciprocidade, amorosidade e sororidade. É legitimo dizer que a Educação Popular e a teoria Feminista às concedeu esse direito, de ser quem são, de se expressar, de ouvir e serem ouvidas e, sobretudo de se autocomprenderem no mundo e na comunidade onde vivem. Essa capacidade não é natural, foi construída em processos de aprendizagens que envolveram a própria construção das mulheres e dos homens como pessoas. Os resultados indicam que, embora ainda prevaleçam situações de desigualdades e de invisibilidade da mulher, além da tripla jornada de trabalho realizada por elas, a Educação Popular e os estudos Feministas possibilitaram, de maneira significativa, melhorias objetivas na realidade de vida e trabalho das mulheres, deslocando paulativamente as fronteiras da desigualdade.

Volto a afirmar, que o processo de naturalização da discriminação contra a mulher é exclusivamente sociocultural. Romper com as raízes do patriarcado exige uma reflexão complexa e de abrangência mundial, envolvendo concepções culturais,

sociais e políticas. A ideia não é simplificar o debate, afirmando que é necessário lutar contra o machismo, mas acima de tudo, conhecer melhor as potencialidades e limitações que as mulheres possuem, para harmonizá-las em benefício de todos e, particularmente, delas mesmas.

Entendemos que a transformação social só poderá ocorrer de forma eficaz, via processos educativos, populares e coletivos. Para tal, é fundamental que nós mulheres consigamos transformar o conhecimento existente sobre nós mesmas e sobre a realidade a partir das lentes dos feminismos, das nossas experiências e especificidades, criando e nos apropriando de métodos e procedimentos que se aproximem da nossa maneira de ser e estar no mundo (MORAES, 2018). É importante destacar a Educação Popular enquanto processo de humanização para a transformação. Porque acredito que cabe a educação a responsabilidade de abrir as janelas da mente para uma construção partilhada de sociedade mais humana e humanizada. O legado de Paulo Freire e os estudos feministas são inegáveis para esse pensamento pedagógico, visto que, não há neutralidade na educação, toda prática de ensino é carregada de ideologia. E nesse contexto atual o desafio da educação para transformação social é estimular, nas circunstâncias mais diferentes, a capacidade de intervenção e transformação na perspectiva social de autonomia, emancipação e empoderamento dos indivíduos contemplando toda a diversidade cultural na sua essência e existência. Essa pesquisa, como seguramente notada, não representa uma guerra contra os homens. Nosso objetivo não é se igualar aquilo que tanto criticamos do nosso opressor. Não queremos usurpar o seu lugar, ter o seu poder. Ao contrário disto, como nos ensina Heleieth Saffioti (1987), “a proposta consiste exatamente na humanização do homem, também castrado em muitas dimensões da vida (p.115). Esta luta feminina está muito longe de ser rancorosa, ressentida, amarga. Ao oposto disto, ela visa estabelecer a equidade entre os sujeitos para que ambos desfrutem um novo prazer de forma ampla. Assim, diante dessas reflexões, observo que mulheres e homens, adjunto ao movimento social MST do qual se identificam, precisam estar em constante busca pelo conhecimento, porque só ele é capaz de trazer respostas para os novos desafios que estão por vir, só ele é capaz de desorganizar os pilares, para construir novas relações de forma subversiva e revolucionária.

Para finalizar,

“Malditas sejam todas as cercas que impedem o

homem e a mulher

de viver e amar”

(Pedro Casaldáliga)

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, M.H.M.B. (org.). **História e Histórias de Vida** - destacados educadores fazem a história da educação rio-grandense. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____. **A aventura (auto) biográfica –** teoria & empiria. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. v. 1, p. 201-224.

ARAÚJO, CLARA. Incongruências e dubiedades, deslegitimação e legitimação: O golpe contra Dilma Rousseff. In: RUBIM, Linda & ARGOLO Fernanda (Org.). **O Golpe na perspectiva de Gênero.** Salvador: Eduf ba, 2018.

ARRUDA, J. J. & PILETTI, N. **Toda a História**. São Paulo: Ática, 1994.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2017. Mapas dos homicídios no Brasil. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BAUER, C. **Breve história da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Xamã, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASILdeFATO. **Temer acaba com assistência técnica para a Reforma Agrária.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/04/temer-acaba-com-assistencia-tecnica-para-a-reforma-agraria/> Acesso em: 30 de nov. 2018.

CASTRO, Mary Garcia. O Golpe 2016 e a demonização de gênero. In: RUBIM, Linda & ARGOLO Fernanda (Org.). **O Golpe na perspectiva de Gênero.** Salvador: Eduf ba, 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Massacres no Campo**. Violência - os recordes de 2016 (CPT Assessoria de Comunicação). Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/download/58-dados-2016/14059-violencia-os-recordes-de-2016-cpt-assessoria-de-comunicacao>. Acesso em: 16 jan. 2018.

DEERE, Carmem Diana. **O empoderamento da mulher:** direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

FEDERICI, Silvia**. Calibã e a bruxa:** Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido,** 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa- 21ª Edição- São Paulo. Editora Paz e Terra, 2002.

_____. **Que fazer**: Teoria e Prática em Educação Popular. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Conscientização, teoria e prática da libertação:** uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Editora Centauro, 2005.

_____. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, 30ª ed.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **Relações de Gênero em Assentamentos Rurais Vivências e Convivências Cotidianas de Homens e Mulheres.** In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2004, Belo Horizonte. Anais eletrônicos... Belo Horizonte: 2004. Disponível em <https://www.ufmg.br/congrext/Direitos/Direitos64.pdf> Acesso em: 27 out, 2018.

FURLIN, Neiva. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: Delma Pessanha Neves & Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras). **Mulheres camponesas:** trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

GARCÍA, M. F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero:** os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Fonte: 216 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004, <http://hdl.handle.net/11449/102966>. Acesso em 25 de out. 2018.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n.132, p. 595-609, set./dez. 2007.

_____. Divisão social e processo de trabalho na sociedade japonesa. Estudos Japoneses: **Revista do Centro de Estudos Japoneses da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 8, p. 35-42, 1988.

KOROL, Claudia. **Somos tierra, semilla, rebeldía**: Mujeres, tierra y territorios en América Latina. Coedición editorial: GRAIN, Acción por la Biodiversidad y América

Libre. Primera edición en castellano: octubre de 2016.

_____. **Hacia una pedagogía feminista**. Buenos Aires: El Colectivo, América Libre, 2007.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultura, 1985.

MEDEIROS, Alexsandro Melo. **Consciência Política.** Pedagogia do Oprimido, 2014. Disponível em: <https://www.portalconscienciapolitica.com.br/products/pedagogia-do-oprimido-resenha-critica/>. Acesso em: 17 jan. 2018.

MEDEIROS, L. S. & SABBATO, A. D. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. Em A. B. Adriana L. Lopes: **Mulheres na reforma agrária**; a experiência recente no Brasil (p. 240). Brasília: MDA: Nead Debate; 14, 2008. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204232-74145-lt_Mulheres_na_Reforma_A-1046705.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

MELLO, L. G. **Carolinas ou Aurélias?** Um panorama sobre a história das Mulheres. Disponível em: FAPA Ciências & Letras, 2013. Disponível em: <http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/193/178>. Acesso em 15 de nov. 2017.

MIGUEL, L. F. Política de Interesses, política do desvelo: representação e singularidade feminina. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 253-267, 2001.

MOUVEMENT, D. S.T. **Dph diálogos, propuestas, histórias para uma cidadania mundial**, 2010. Disponível em: O Setor de Gênero do MST: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8247.html>. Acesso em 15 de nov. 2017.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento.** Jan/2014. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/01/31/mulheres-do-mst-criam-novas-relacoes-de-genero-dentro-e-fora-do-movimento.html>. Acesso em 16 jan. 2018.

MST. **A história da luta pela terra**. Disponível em: MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2014. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 23 nov. 2017.

NEGRETTO, C.; SILVA, M. A**. Artesanato e MST:** Uma libertação possível. *In:* Encontro Internacional em Ciências Humanas, 1, 2017, Pelotas. **Anais do I EIPCH.**

Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas: caminhos da Pesquisa Contemporânea. Jaguarão: Editora CLAEC, 2017, p. 2208-2218.

OLIVEIRA, Wilson Sousa. **A imagem da mulher nos livros didáticos e relações de gênero.** ITABAIANA: GEPIADDE, Ano 5, V. 9.jan-jun de 2011.

PALUDO, Conceição. **MULHERES, resistência e luta em defesa da vida**. Organizadora: Conceição Paludo, São Leopoldo: CEBI, 2009.

PROJETO DE EXTENSÃO. TRABALHO ARTESANAL COM MULHERES DO MOVIMENTO DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Coordenadora Márcia Alves da Silva. Universidade Federal de Pelotas, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **A questão da mulher na perspectiva socialista.** Lutas Sociais, n. 27, São Paulo, 2011.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____ . **Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero**. In: MORAES SILVA, Maria Aparecida de (org.). Mulher em seis tempos. Araraquara: Unesp, 1991.

_____.**O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade**. Petrópolos: Vozes, 1976.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. **Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST.** Revista Estudos Femistas. [online]. 2004, vol.12, n.1, pp.321-330. ISSN 0104-026X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100017> Acesso em: 27 de out. 2018.

SANTO, Thais Marques de. **As publicações do setor de gênero do MST e as vivências de mulheres Sem Terra :** reflexões sobre desrespeito, reconhecimento e autonomia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS, Porto Alegre, 2016. Disponível em: < http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6691> Acesso em: 27 out, 2018.

SANTOS, Amaury da Silva. **Divisão sexual do trabalho e resistência do extrativismo na sociedade atual, um estudo no assentamento São Sebastião/SE.** In: VII Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2011, Fortaleza/CE. Disponível em: <file:///D:/Dados%20Usu%C3%A1rio/Downloads/12320-1-50796-1-10-20111109%20(2).pdf > Acesso em: 27 out, 2018.

SANTOS, Laiany Rose Souza. **O território camponês sob o enfoque de gênero:** a divisão sexual do trabalho e a agroecologia, 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/5515> Acesso em: 27 out. 2018.

SILIBRANDI, E. Urbanas e Rurais: a vida que se tem, a vida que se quer. Em M. R. Gustavo VENTURI, **A mulher nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 121-135.

SILVA, Márcia Alves da. **Trabalho feminino e o caráter participativo das cooperativas populares.** Sérgio Pedro Herbert, Heloísa Helena Duval de Azevedo, José Fernando Kieling, Danilo Romeu Streck (Orgs.). Participação e Práticas Educativas: A construção coletiva do conhecimento. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber livro, 2009.

SCOLESE, Eduardo. **Pioneiros do MST:** caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento. Rio de Janeiro: Record, 2008.

STÉDILE, J. P. Entrevista. **Divisão sexual do trabalho**. 20 anos BIONATUR Semente Agroecológicas. (C. Negretto, Entrevistador) Candiota/Assentamento Roça Nova - Região da Campanha, RS, Brasil. 02 dez. 2017.

VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: <http://www.gestrado.net.br/pdf/359.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

VISÍVEL E INVISÍVEL: a Vitimização de Mulheres no Brasil”. Março, 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

TERRA para Rose. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra67380/terra-para-rose>. Acesso em: 31 de Mar. 2019.

TIBURI, Marcia. **Feminismos em comum:** para todas, todes e todos. Rio de janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

MELLO, Marco. **Pesquisa Participante e Educação Popular:** da intenção ao gesto. Porto Alegre: Ed. Ísis; Diálogo-Pesquisa e Assessoria em Educação Popular; IPPOA – Instituto Popular Porto Alegre, 2005.

MORAES, Ana Paula da Silva. **A participação da mulher nos assentamentos rurais:** um estudo no Pontal do Paranapanema. Revista Retratos de Assentamentos, Araraquara-SP, v.14, n. 1. 2011. Disponível em: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/79> Acesso em: 27 out. 2018.

MORAES, Lorena Lima. **Pedagogia Feminista como processo educativo para a reflexão da política pública de ATER no Nordeste.** Revista Interritórios. Nova Caruaru, Caruaru – PE, v. 4, n. 6, 2018.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **A mulher nas diferentes sociedades**. São Paulo: [S.ed.], 1988.

_____. **A questão da mulher no MST**. São Paulo: [S.ed.], 1996.

_____. **Compreender e construir novas relações de gênero**. São Paulo: Peres, 1998.

_____. **Mulher Sem Terra**. São Paulo: [S.ed.], 2000.

_____. **Construindo o caminho**. [S.l.]: [S.ed.], 2001.

_____. **Construindo novas relações de gênero**: desafiando relações de poder. São Paulo:[S.ed.], 2003.

_____. **MST: lutas e conquistas**. São Paulo: [S. ed.], 2010.

_____. **Mulheres conscientes na luta permanente**. [S.l.]: [S.ed.], 2015.

_____. **Quem somos**. [S.d]. Disponível em: < http://www.mst.org.br/quem-somos/> Acesso em: 28 out. 2018.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento.** Jan/2014. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/01/31/mulheres-do-mst-criam-novas-relacoes-de-genero-dentro-e-fora-do-movimento.html> Acesso em: 10 out. 2018.

MST. **A história da luta pela terra**. Disponível em: MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2014. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 02 nov. 2017.

OLIVEIRA, Alex Sandro Dutra de. **Gênero e Divisão Sexual do Trabalho na Produção Leiteira.** 2015, 32f. Artigo (Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo) – Residencia Agrária, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

PAREDES, Julieta; GUSMÁN, Adriana. **El tejido de la rebeldia: qué és el feminismo comunitário?** La Paz: Mujeres Creando, 2014.

PIRES, Moacir Francisco. **Trabalho e relações de gênero no assentamento Sepé Tiaraju.** 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Santa Catarina. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102769> Acesso em: 27 out. 2018.

REFATI, Daiana Caroline. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** Revista NERA, Presidente Prudente, v 20, nº. 35pp. 83-107 Jan-Abr/2017. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/4100/3683> Acesso em: 27 out. 2018.

ROCHA, Ana. **Trabalhadoras da Faet: condição de trabalho e sobrecarga doméstica.** São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Mauricio Grobois, 2012.

Anexos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisador responsável: Carla Negretto
Instituição: Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Endereço: R. Cel. Alberto Rosa, 154 - Centro, Pelotas - RS, 96010-770
Telefone: (53) 3284-3200

Concordo em participar do estudo “Problematizando a Divisão Sexual do Trabalho em Assentamentos da Reforma Agrária”. Estou ciente de que estou sendo convidado a participar voluntariamente do mesmo.

PROCEDIMENTOS: Fui informado de que o objetivo geral será “problematizar as relações de gênero ligadas a divisão sexual do trabalho, nos assentamentos Alegrias e Santa Inácia”, cujos resultados serão mantidos em sigilo e somente serão usadas para fins de pesquisa. Estou ciente de que a minha participação envolverá " Diálogos por meio das ‘rodas de conversa, debates e palestras sobre a divisão de atribuições, tarefas de lugares sociais para mulheres e homens, decorrentes das relações sociais de sexo; Assim como anotações em um diário de campo e registro dos encontros por meio de fotografias”.

RISCOS E POSSÍVEIS REAÇÕES: *"Fui informado que os riscos são mínimos. Na ocorrência de alguma lesão mais grave, a SAMU 192 será imediatamente comunicada para proceder às devidas providências"*.

BENEFÍCIOS: *"O benefício de participar da pesquisa relaciona-se ao fato que os resultados serão incorporados ao conhecimento científico e posteriormente a situações de ensino-aprendizagem"*.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA: Como já me foi dito, minha participação neste estudo será voluntária e poderei interrompê-la a qualquer momento.

DESPESAS: Eu não terei que pagar por nenhum dos procedimentos, nem receberei compensações financeiras.

CONFIDENCIALIDADE: Estou ciente que a minha identidade permanecerá confidencial durante todas as etapas do estudo.

CONSENTIMENTO: Recebi claras explicações sobre o estudo, todas registradas neste formulário de consentimento. Os investigadores do estudo responderam e responderão, em qualquer etapa do estudo, a todas as minhas perguntas, até a minha completa satisfação. Portanto, estou de acordo em participar do estudo. Este Formulário de Consentimento Pré-Informado será assinado por mim e arquivado na instituição responsável pela pesquisa.

Nome do participante/representante legal:_____
Identidade:_____
ASSINATURA:_____ DATA: ____ / ____ / _____

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO INVESTIGADOR: Expliquei a natureza, objetivos, riscos e benefícios deste estudo. Coloquei-me à disposição para perguntas e as respondi em sua totalidade. O participante compreendeu minha explicação e aceitou, sem imposições, assinar este consentimento. Tenho como compromisso utilizar os dados e o material coletado para a publicação de relatórios e artigos científicos referentes a essa pesquisa. Se o participante tiver alguma dúvida ou preocupação sobre o estudo pode entrar em contato através do meu endereço acima. Para outras considerações ou dúvidas sobre a ética da pesquisa, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ESEF/UFPel – Rua Luís de Camões, 625 – CEP: 96055-630 - Pelotas/RS; Telefone CEP (53)3273-2752.

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL: _____